

cadernos do

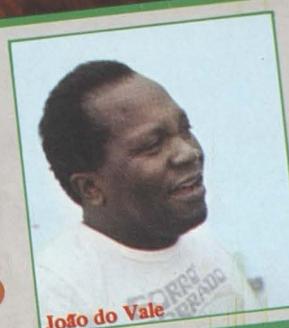
terceiro mundo

Sab/15 mai. - 1981 • Esc. 60S00 • MT 60,00 • PG 60S00 • CV 60,00 • Cr\$ 100,00 • Ano III • n° 33

como se prepara a 3ª guerra

BRASIL•ÁFRICA

De volta
às origens





TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

SOCOTRAM

Sociedade de Comercialização e
de Transformação de Madeira

**NOSSAS
MADEIRAS,
POR SUAS
QUALIDADES
EXCEPCIONAIS,
SÃO O
TERCEIRO
PRODUTO
DE EXPORTAÇÃO
DO PAÍS**

Para qualquer informação,
escrevam à:

SOCOTRAM
C.P. 184 - Bissau, Guiné - Bissau
Tel.: 3805 ou 2802

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

De novo, o grupo dos quatro

O lançamento das duas edições do Guia do Terceiro Mundo, um suplemento anual de cadernos de crescente projeção internacional, permitiu a reunião de parte da nossa equipe de direção – uma boa oportunidade para uma análise atualizada dos avanços de cadernos e dos problemas e desafios que se apresentam.

No México, o encontro, na sede da Felap – Federación Latinoamericana de Periodistas –, presidido por Neiva Moreira, reuniu os companheiros baseados naquele país e outros sediados em países da América Central, tendo à frente Geronimo Cardoso e Fernando Molina. Analisou-se a maneira como a revista está cumprindo a sua missão numa área politicamente decisiva, como é o México, e socialmente explosiva, como é o caso da América Central e Caribe. Resultado: decidiu-se por uma concentração no México do trabalho jornalístico desenvolvido na área, sempre voltado, no entanto, para nossos correspondentes e colaboradores sediados em outros países da região e que muitas vezes atuam enfrentando riscos e perigos.

Em Lisboa, além de Artur Batista e a equipe local, a reunião contou com a presença de Pablo Piacentini (Roma), Altair Campos (Brasil) e Luís Henrique (Angola). O "seminário" que se seguiu aos "comes e bebes" do exitoso lançamento do Guia 1981 em português foi proveitoso. Uma das decisões do encontro ampliou a área de cobertura da equipe de Lisboa, que se estenderá agora à África Central, preenchendo uma lacuna na revista, pois, sem dúvida, é reduzida a informação que chega do Chade, Niger, Mali e outros países centro-africanos onde fatos importantes estão acontecendo.

Esta edição está marcada pelos temas culturais que saem assim das últimas páginas de cadernos – atendendo aos protestos de muitos leitores – para a capa. O material de Mário Augusto Jakobskind sobre o retorno do Brasil às suas origens musicais fala por si. Mário esteve também em Angola recentemente e é um dos "picados" pela paixão africana. Sua matéria é um primeiro passo para uma permanente e mais profunda informação sobre esse fenômeno de importância histórica – o vínculo cultural África-América Latina-Caribe.

Além da excelente entrevista de Eduardo Galeano ("As veias abertas da América Latina"), um outro fato gratíssimo nesta edição e à nossa organização: o reaparecimento de Julia Maciel. Com Neiva Moreira, Pablo Piacentini e Beatriz Bissio, Julia foi uma das "madres fundadoras" da nossa revista nos idos de Buenos Aires em 1974. Todo o "grupo dos quatro" (não confundir com o "Bando dos Quatro") teve que deixar a Argentina sob a incômoda pontaria das metralhadoras do general Videla. Julia Maciel, teve que reorganizar a sua vida profissional em vários países por que passou e, agora reincorpora-se aos cadernos, do qual nunca esteve afastada nem política nem espiritualmente. Temos assim reunido, de novo, o grupo fundador. E isso é importante.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Placentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro • Juan Somavia • Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança • Wilfred Burchett

• Edições em português

▲ BRASIL
Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Nilton Caparelli

Representantes
Clóvis Sena (Brasil)
Paulo Cannabarro Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
David Gomes Araújo (Editor)
Maria Nakano

Revisão
José Gondim

Publicidade
Jesus Antunes

Documentação e Arquivo
Cláudia Guimarães

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Lapa, 180
(sobreloja "A") Tel. 242-1957

CEP 20.021 — Rio de Janeiro (RJ) —
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291 —

C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32 —
Inscrição Estadual n.º 81.341.400

Registro no INPI: Protocolo n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
Protocolo n.º 008915

▲ ANGOLA • CABO VERDE •
GUINÉ BISSAU • MOÇAMBIQUE •
PORTUGAL e SAO TOME e PRÍNCIPE

Editor
A. L. Campos

Administração
Ernesto Pádua

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
João Escadinhha

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/1.º
telefone 32 06 50 — Lisboa • 1200

Representações

Angola
Luis Henrique — Caixa Postal 3593 — Luanda

Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

• Edições em espanhol

Editor
Roberto Remo

▲ MEXICO • AMÉRICA CENTRAL •
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c. —
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - Telefone 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572 —
México, 20, DF.

▲ BOLÍVIA • CHILE • COLÔMBIA •
EQUADOR • PERU e VENEZUELA

(Edição Andina)

Publicada por DESCOS: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone 724-712

• Edições em inglês

▲ ESTADOS UNIDOS • CANADA •
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESAS NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das
seguintes agências: ANGOP (Angola),

AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter
Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA
(Palestina), e do pool de agências dos Países Não
Aliados. Mantém um intercâmbio editorial com
as revistas Nueva (Ecuador), Novembro
(Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal
Daily News, de Dar-Es-Salaam
(Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina —
Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize —
Bélgica — Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá —
Checoslováquia — Chile — Colômbia —
Costa Rica — Cuba — Dinamarca — El Salvador —
Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia —
Finlândia — França — Granada — Guiana — Guiné-
Bissau — Honduras — Iêmen Democrático — Índia —
Indonésia — Iraã — Iraque — Iugoslávia — Jamaica —
Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique —
Nicarágua — Nigéria — Panamá — Paraguai —
Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — Repú-
blica Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe —
Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname —
Santa Lúcia — Tailândia — Trindade Tobago —
Uruguai — União Soviética — Venezuela —
Vietnam — Zâmbia — Zimbábue.

Publicações destinadas a in-
formações e análise das realida-
des, aspirações e lutas dos pa-
íses emergentes, e a consolidar
uma Nova Ordem Informativa
Internacional.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livre-
ra UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda, BE-
LIZE: Cathedral Book Center, Belize City, BO-
LÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288,
La Paz, BRASIL: Fernando Chingalí Distribuidora
S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro,
CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748
Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book
Room, 180 Bloo St. West, Toronto, COLOMBIA:
Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13,
Bogotá, COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José, CHILE:
Distribuidor Sur, Dardignac 306, Santiago,
EQUADOR: Edicionesociales, Córdoval 601 y
Mendubro, Guayaquil — RAYD de Publicaciones,
Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo
Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258, EL
SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera
Calle Arco 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arco 708, San Salvador, ESTADOS UNI-
DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage
Ave., Chicago, Illinois — New World Resource
Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Li-
brería Las Américas, 152 East 23rd Street, New
York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100
Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del
Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Pa-
pyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114 St.
New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Books-
tore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA
94110 — Book Center, 518 Valencia St., San
Francisco, CA — Red and Black, 4736 University
Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D.
Student Center B-023, La Jolla, CA, FRANÇA:
Centre des Pays de Langues Espagnole et Portuga-
ise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris, GRÂ BRETA-
NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington
Park Street, London, GUINE-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Con-
selho Nacional da Cultura, HOLANDA: Athenaeum
Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam, HONDU-
RAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes",
Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa,
ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/
60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma —
Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spag-
nola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bian-
chi Vecchi, 45 Roma, MÉXICO: Unión de Expen-
dedores y Vendedores de Periódico, Humboldt No.
47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Pu-
blicaciones S.A., Mier y Pesado No. 130, México
12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de
Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias
em todo o país, MOÇAMBIQUE: Instituto do
Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo,
NICARÁGU: Ignacio Briones Torres, Reparto
Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas
No. 80, Quinta Soledad, Manágua, NICARÁGU, PA-
NAMA: Librería Cultural Parameña, S.A., Av. Es-
paña 16, Panamá, PERU: Distribuidora Runamarca,
Camará 878, Línea 1. PORTUGAL: Dijalor,
Rua Joaquim Antônio de Aguiar 66, Lisboa. POR-
TO RICO: Librerías La Tertulia, Avenida Marín
Esq. Av. González, Río Piedras — Pensamiento
Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Street, Rio
Piedras, P.R. 00929, REPÚBLICA DOMINICA-
NA: Centro de Estudios de la Educación, Juan
Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIG-
NE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo, RE-
PÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther
Hopfenmüller, Jeringstr. 155, 2102 Hamburgo, S.
TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e
Cultura Popular, SUÉCIA: Wenngren-Williams
AB, S-10425, Stockholm, VENEZUELA: Publica-
ciones Españolas, S.A., Ave México Lechosso a Pte.
Brion, Caracas.

Nesta Edição

4 Cartas

5 Editorial: Diálogo Norte-Sul, Ninguém ouve o Terceiro Mundo

Matéria de capa: Como se prepara a Terceira Guerra

9 Mr. Reagan e os cowboys, *Mark Fried*
11 O dilema é entre a vida e a morte, *Cedric Belfrage*
14 As memórias de Kissinger: Às vésperas do apocalipse, *Noam Chomsky*
18 Os alquimistas de uma nova conflagração, *Roberto Remo*

como se
prepara a
3^a guerra

BRASIL-ÁFRICA

De volta
às origens



América Latina

- 26 Belize: O longo caminho à independência, *Roberto Bardini*
29 Haiti: Só restarão as árvores e os animais, *George Danton*
32 El Salvador: "Construiremos uma democracia popular", entrevista com o comandante Cienfuegos, *Diego Achard*
34 Venezuela: Alinhando-se aos Estados Unidos, *Roberto Batalla*

Norte-Sul

- 36 Direito do mar à deriva, *José Montserrat*

África

- 41 Zimbabwe: Bulawayo, a guerra não acabou, *Pedro Sanches*
44 Sudão: Numeiry por um fio, *Gabriel Omotozo*

Ásia

- 46 Paquistão: Um novo Irã pode explodir, *M. M. Havelock*
48 Kuait: Uma eleição para poucos, *Said Madani*
50 Índia: O poder da burguesia, *Fred Halliday*
53 Turquia: A nova ordem da Junta, *Agustín Castaño*
55 China: A grande ilusão, *Narinder Koshla*
57 Indonésia: Um arquipélago superpovoado, *Mohamed Salem*

Cultura

- 58 Especial: Brasil-África, de volta às origens, *Mário Augusto Jacobskind*
As mesmas raízes
Um maestro na África, *Norma da Silva*
74 Nicomedes Santa Cruz, ida e volta, *José C. Gondim*
A História da América vista por dentro, entrevista com Eduardo Galeano, *Julia Maciel*



Belize rumo à independência



Zia Ul-Haq

Comunicação

- 78 Comunicação transnacional e auto-suficiência nacional, *Herbert Schiller*

86 Panorama Tricontinental

- 93 Ciência e tecnologia
Ciência para matar

94 Minorias

- Os corsos não querem morrer, *Pablo Piacentini*

CARTAS LETTERS CARTAS



Intercâmbio

Temos recebido numerosas cartas de leitores desejosos de se corresponderem com pessoas de outros países através da ponte que a nossa revista lhes oferece para se conhecerem. A partir desta edição, iremos publicando apenas os nomes e endereços, sem citar trechos das cartas, exceto se elas colocam outras questões:

- Mateus Zeremias (19 anos, angolano): C. P. 1482, Huambo, República Popular de Angola.
- Demarco Gotardo (brasileiro): Av. Dr. Roberto Calmon, 72 — 29.200 — Guarapari — Espírito Santo — Brasil
- Guidborgogne Carneiro Nunes da Silva (20 anos, brasileiro): Av. das Nações, Acamp. Saturnino Brito, casa 5 — 70.200 — Brasília, DF — Brasil
- Makanda Pedro de Marcela (angolano): C. P. 10044 — Luanda, República Popular de Angola
- José César de Oliveira (angolano): C. P. 990 — Luanda, República Popular de Angola

Leitura a bordo

No dia em que eu viajava de Nova Iorque para Lagos, Nigéria, visitei a *Liberation Bookstore* (Livraria Libertação), no Harlem, a fim de comprar material de leitura para a minha viagem de quatro meses. Dos quinze dólares que gastei, o melhor investimento foi, sem dúvida, o último número da vossa edição em inglês (*Third World*). Nos últimos quatro anos de minha existência, dos vinte neste planeta chamado Terra, tenho procurado uma publicação que abrangesse Ásia, África, América Latina e o Caribe desde uma perspectiva de 360 graus, isto é, não de 90 graus,¹ como em geral acontece com a imprensa ocidental.

Ainda que esse tenha sido o meu primeiro contato com *Third World* (*cadernos*), estou certo de

que a cobertura histórica e analítica dos povos, fatos e situações do Terceiro Mundo apresentados na vossa publicação, colocam-se definitivamente entre a vanguarda no gênero.

Certamente, quando eu voltar a ler *Third World* (o que só ocorrerá quando eu retornar da minha viagem, já que lamentavelmente a vossa publicação não está sendo vendida comercialmente em Lagos) já estarei livre da euforia deste momento e poderei julgar a revista com maior objetividade e espírito de crítica construtiva.

Um dos artigos da seção de Cultura tratava de um grupo musical chamado Vissungo, do Brasil. A meu ver, o Vissungo que vocês apresentam é um dos poucos que não entrou no circuito nefasto da comercialização. Já que eu sou dos que apreciam (e lutam por preservar) as raízes culturais, e por estar trabalhando nesse sentido na costa nordeste dos Estados Unidos, gostaria que vocês me facilitassem um contato com o grupo Vissungo. Continuem na linha progressista de vocês!

Michael Ward, Lagos, Nigéria

Trabalho escolar

Nosso grupo apresentou o melhor trabalho sobre o Brasil que foi feito tendo como fontes de consulta os *cadernos* e o Guia do Terceiro Mundo 80. Poucos são os alunos que conseguiram comprar o Guia, pois acabou em todas as livrarias.

T. C. Costa, Beira, Moçambique

Coincidência com a matéria de capa

(...) Com todas as pretensões belicistas do cowboy Reagan, a civilização correria o risco de desaparecer numa hecatombe atômica. Porém, a verdade é que o sistema tem condições de travar qualquer ato de loucura que possa levar os Estados Unidos à sua última e definitiva guerra e a consequente destruição do mundo.

João Carlos Medeiros, Lisboa, Portugal

(1) O ângulo reto em inglês é "right angle", quer dizer, ângulo "direito" e o leitor faz a comparação com a perspectiva ideológica de direita. (N. da R.)

Ninguém ouve o Terceiro Mundo

Um grupo de países em desenvolvimento, entre os quais figuram o México, a Índia, a Argélia e a Tanzânia e umas poucas nações industrializadas como a Áustria, a Alemanha Federal e o Canadá, fizeram esforços diplomáticos nos últimos meses na esperança de reatar o chamado — otimistamente — “diálogo Norte-Sul”.

Os líderes dessas nações realizaram diversos encontros que deveriam culminar numa Conferência de Cúpula de uns 25 Chefes de Estado. Esta seria uma “mini-cúpula” preparatória para outra posterior, aberta a todas as nações. No dia 13 de março passado, encontraram-se em Viena os ministros de Relações Exteriores dos onze governos comprometidos com a organização da reunião: foi decidido que o encontro será realizado no balneário mexicano de Cancún, entre 22 e 23 de outubro deste ano.

Apesar dos preparativos estarem avançados, mesmo depois do encontro na capital austríaca, continuava-se numa total incerteza a respeito da possibilidade de se conseguir, não um êxito, mas pelo menos uma disponibilidade negociadora por parte de quem tem a capacidade de decisão no campo econômico mundial. Essa sensação estava centrada num só país e num só homem: nos Estados Unidos, que representam cinco por cento da população mundial, e em seu atual Presidente, Ronald Reagan.

Da maneira como foram colocadas as negociações Norte-Sul, fica impossível avançar no sentido de uma solução sem a participação positiva da superpotência. Efetivamente, se em 1977 o diálogo se frustrou, foi por causa da posição intransigente

assumida pelos Estados Unidos e pelo reduzido núcleo de nações ricas que o governo de Washington encabeçou.

Se, nessa época, a atitude norte-americana era rígida e relutante às concessões em favor do Terceiro Mundo, agora o é em maior grau. É bastante conhecida a identificação de Reagan com posturas ultraconservadoras. No quadro das Nações Unidas, a nova administração norte-americana efetuou drásticos cortes nas contribuições de seu país a diferentes programas e fundos de cooperação daquele Organização, colocando-os diante de uma crise financeira que se traduziu na anulação ou na redução de numerosos projetos em desenvolvimento. A mesma sorte tiveram os programas norte-americanos de cooperação.

Quanto à Conferência de Cancún, o Presidente norte-americano condicionou sua assistência ao fato de que ela se realize depois da reunião dos Chefes de Estado das sete grandes potências industriais. Como esta foi fixada para julho próximo, os ministros resolveram, em Viena, desistir de realizar a preparatória na data que tinha sido prevista (junho) e adiá-la para outubro.

Com essa atitude, o que o governo norte-americano espera é conseguir uma posição unitária das sete potências sob sua liderança, e chegar com um bom peso à mesa de debates de Cancún. Tudo indica que o comportamento de Reagan será o mesmo ou ainda mais inflexível que o adotado pelos seus predecessores durante os falidos debates Norte-Sul de Paris, entre 1976 e 1977.

Isso significaria, salvo mudanças imprevisíveis (o que é lícito desejar mas sem cair em ilusões distantes da realidade), que os graves desequilíbrios entre o Norte e o Sul continuarão de pé, aprofundando-se as diferenças e as desigualdades entre ambas as partes do planeta. Assim como fracassaram, em Paris, as discussões globais sobre as medidas e as mudanças estruturais necessárias para diminuir a brecha entre ricos e pobres, os encontros posteriores a respeito dos aspectos específicos do diálogo Norte-Sul também não trouxeram nenhum resultado: a Conferência de Buenos Aires sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento, a Unctad V em Manilha, a Onudi (sobre desenvolvimento industrial) em Nova Déli, a Conferência de Viena sobre Ciência e Tecnologia e muitas outras, inclusive as negociações sobre preferências em relação aos produtos básicos que o Terceiro Mundo exporta e o seu fundo comum.

Em todos esses casos, entretanto, a situação econômica dos países subdesenvolvidos foi-se agravando. Se, em 1977, calculava-se que a dívida externa dessas nações aproximava-se dos 200 milhões de dólares, hoje calcula-se que essa soma astronômica, que envolve um dos problemas mais preocupantes do Terceiro Mundo, se duplicou.

A recessão mundial e a consequente retração da demanda por parte dos países industrializados provocou sérias baixas nos preços reais das matérias-primas, isto é, das exportações do Terceiro Mundo, com a notória exceção do petróleo.

Como consequência desse quadro, todas as previsões que, a nível das Nações Unidas, tinham-se efetuado desde o começo dos anos setenta — nem

sempre com sentido de responsabilidade — resultaram inexatas e, em alguns setores, marcaram tendências contrárias às prognosticadas.

Tinham-se propiciado medidas para não criar obstáculos às exportações do Sul e, em particular, facilitar o acesso de suas manufaturas aos mercados do Norte.

Essas medidas, combinadas com a cessão de um por cento do Produto Nacional Bruto (PNB) das nações industrializadas, para planos de desenvolvimento e fundos financeiros, deveriam ter contribuído para diminuir a brecha. Deveria ter crescido também a participação do Terceiro Mundo no comércio e na produção industrial mundial. Mas, ao contrário, essas metas não foram atingidas, com a única exceção dos países escandinavos e a Holanda. Impôs-se um protecionismo que afetou as mercadorias do Terceiro Mundo.

O programa das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial fixou uma meta, segundo a qual o Terceiro Mundo deveria chegar, em 1990, a participar do produto industrial mundial com uma porcentagem situada entre 20 e 25%. Essa porcentagem foi de nove por cento entre 1970 e 1977 e as últimas avaliações indicam que em 1979-1980 houve um retrocesso. Já se sabe que essa meta não será, nem de perto, atingida.

A Comissão Brandt emitiu um importante diagnóstico dessa situação e lançou algumas propostas positivas às grandes potências ocidentais: elas receberam e as arquivaram durante sua última reunião de cúpula (Veneza, 1980).

A Comissão analisou a projeção das receitas, tomando como hipótese uma taxa anual de cinco por cento, quer dizer, um alto índice de cresci-

mento nos países mais subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, que têm uma renda per capita anual não maior que 100 dólares. Depois, comparou-a com uma hipótese de crescimento médio mínimo de um por cento nos países mais desenvolvidos, que têm uma renda de mais de dez mil dólares anuais. Devido a essa grande diferença, a projeção deu cinco dólares ao ano para os primeiros e, para os segundos, 100 dólares.

Por isso, nem mesmo nessa hipótese abstrata e aparentemente ideal as distâncias se encurtariam, mas, ao contrário, os ricos continuariam se distanciando dos pobres.

O mais inquietante é que, mesmo que esse grupo de países mergulhados na extrema miséria sejam os destinatários preferenciais da cooperação atual em conjunto, o ritmo médio de seu crescimento econômico se acha muito abaixo de cinco por cento.

Esse panorama de crescente disparidade, de grandes regiões exploradas e mergulhadas na indigência diante das sociedades que incorrem no esbanjamento, constitui a principal fonte de tensão em todo o planeta.

As crises econômicas nos países dependentes dão lugar, frequentemente, a uma instabilidade política capaz de expressar-se em convulsões sociais.

Se estas acontecem em lugares de importância estratégica, podem suscitar conflitos entre as grandes potências, como nos mostra a história recente, e levar a disputa e a tensão bélica a níveis de altíssima gravidade.

Um bom método para atacar as causas desses males é o estrutural que, como reivindica sistematicamente o Movimento dos Países Não-Alinhados, passa por transferências reais de recursos do Norte

para o Sul e por uma orgânica série de medidas que conduzem à constituição de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

O método oposto atua em detrimento do anterior e consiste em manter o status-quo internacional enquanto se acelera a corrida armamentista em duas direções: uma, a nível dos blocos, procurando uma superioridade estratégica total e outra, no sentido dos países subdesenvolvidos, dando ao *establishment* oligárquico-militar os meios para garantir pela força, toda vez que ache necessário, que esses povos continuem sob a dependência do sistema transnacional.

Esse caminho de injustiça, violência e risco foi o escolhido pelo governo Reagan. Por um lado, ele aumentou a dotação de armamentos a regimes repressivos como o salvadorenho e anuncia que ajudará a subversão contra um governo legítimo, institucionalizado e reconhecido universalmente como é o de Angola, enquanto privilegiou sua relação com ditaduras como a da Coréia do Sul. E por outro lado, solicitou um forte aumento do orçamento bélico que o governo Carter já tinha elevado a cinco por cento anual: Reagan aumentará numa média de 8,5% durante os cinco próximos anos.

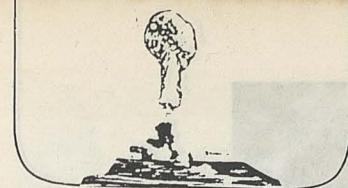
Em virtude dessa escalada que não poderá deixar de ser seguida pela União Soviética, os Estados Unidos gastarão, no próximo quinquênio, a terrível soma de 1.300 bilhões de dólares, equivalentes a mais de três vezes o total do endividamento externo acumulado pelos três bilhões de habitantes do Terceiro Mundo.

Em meio a essa sombria realidade, os esforços em reatar esse diálogo que uma minoria rica não quer estabelecer, adquirem o caráter de um imperativo irrenunciável, porém, ao mesmo tempo, de uma desesperada e patética tentativa. □

como se prepara a 3.ª guerra



Depois da tomada da Casa Branca pelos Republicanos, a tensão no mundo vem crescendo e preocupando todos aqueles que lutam por um futuro próspero e pacífico para a humanidade. Em todos os continentes, o dedo de Reagan está presente apoiando conservadores, racistas, expansionistas, belicistas. A matéria de capa desta edição, que, na realidade são quatro – “Mr. Reagan e os Cowboys”; “O dilema é entre a vida e a morte”; “As memórias de Kissinger”; e “Os alquimistas de uma nova conflagração” – procura analisar esse novo momento político que vivemos hoje no mundo e suas perigosas consequências, diante de conquistas e afirmações de um pequeno grupo de capitalistas insensíveis pela ambição de poder



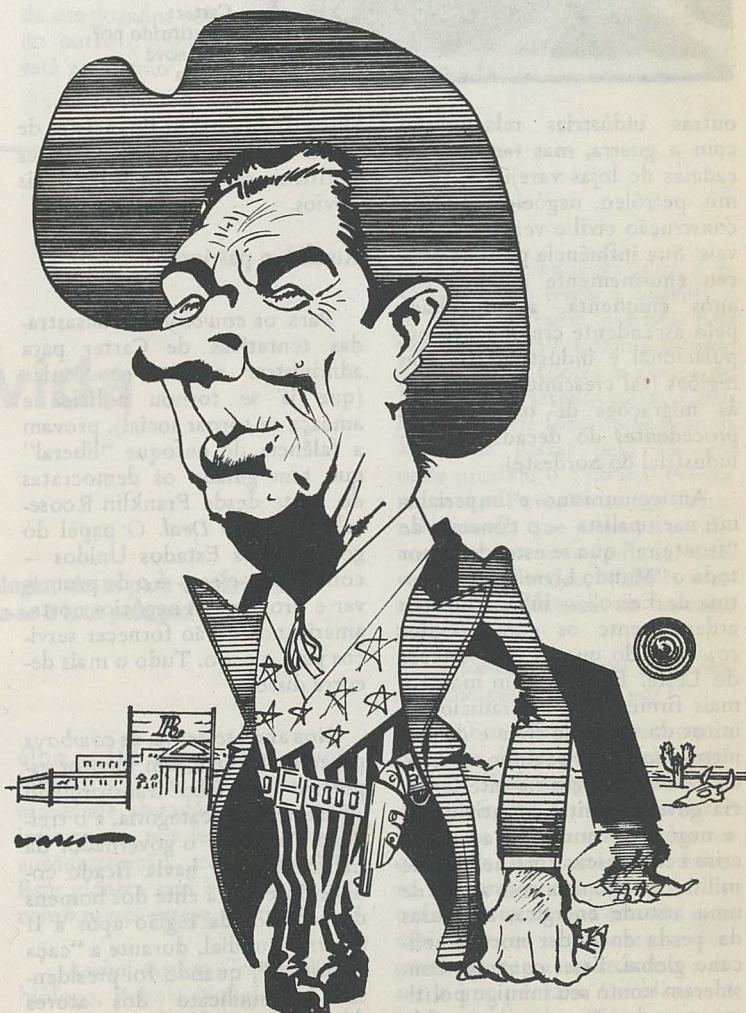
Mr. Reagan e os cowboys

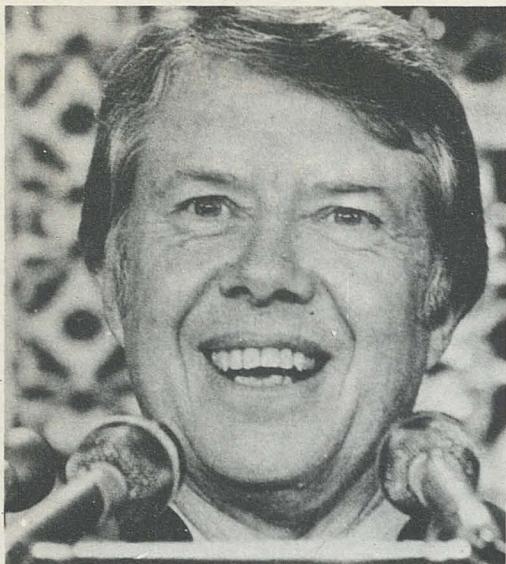
As forças que selecionaram e prepararam o envelhecido ator para o assalto ao trono imperial

Mark Fried

O fato de Ronald Reagan ter-se tornado quase um sinônimo da imagem do cowboy do Oeste selvagem, não é um mero acidente. Na América Latina, isso está claro na sua retórica do "Big Stick", que invoca os espíritos de Teddy Roosevelt e dos *Rough Riders* que desembarcaram e ocuparam Cuba na década de 1890. Entre o público norte-americano, no entanto, tal fato deve-se sobretudo à propaganda feita para ligar Reagan aos "tradicionalis valores americanos" dos pioneiros do Oeste: orgulhoso e independente, forte e pronto para enfrentar todo e qualquer desafio. Esta é uma imagem facilmente vendida para um povo que repentinamente descobre que o seu país é odiado em todo o mundo e simplesmente não consegue entender por quê.

Para o *establishment* político, que tem conduzido o império norte-americano quase ininterruptamente desde o seu surgimento, os cowboys representam a Nova Direita: uma elite político-econômica com base no sudoeste, que tem ameaçado o controle do aparelho estatal por parte desse *establishment*. Esses capitalistas fizeram suas fortunas a partir da II Guerra Mundial, baseadas principalmente no setor de eletrônica de alta tecnologia e





Carter:
substituído por
uma nova
direita

outras indústrias relacionadas com a guerra, mas também em cadeias de lojas varejistas, turismo, petróleo, negócios agrários, construção civil e venda de imóveis. Sua influência política cresceu enormemente a partir dos anos cinquenta, acompanhada pelo ascendente crescimento populacional e industrial das suas regiões (tal crescimento deveu-se às migrações de trabalhadores procedentes do decadente pólo industrial do nordeste).

Anticomunismo e imperialismo nacionalista — o conceito de “fronteira” que se estenderia por todo o “Mundo Livre” até a “Cortina de Ferro” — inflamam mais ardente mente os corações dos cowboys do que os dos yankees do Leste. Eles também mantêm mais firmemente os tradicionais mitos do mercado livre e do homem que se fez sozinho na vida. Os cowboys vêem na interferência governamental em atividades e negócios “normais” a raiz da crise econômica, e na debilidade militar, combinada com a falta de uma atitude energética, as causas da perda do poder norte-americano global. Esses cowboys consideram como seu inimigo político mortal um esgotado estabili-

shment, do qual os financistas de Nova Iorque e seus porta-vozes políticos são os símbolos mais óbvios.

Ronald, o patriota

Para os cowboys, as desastradas tentativas de Carter para administrar a crise econômica (que já se tornou política e ameaça se tornar social), provam a falência do enfoque “liberal” que tem guiado os democratas do Leste desde Franklin Roosevelt e o *New Deal*. O papel do governo dos Estados Unidos — consideram eles — é o de promover e proteger os negócios norte-americanos e não fornecer serviços para o povo. Tudo o mais corre disso.

Nos anos sessenta, os cowboys pegaram Reagan, um locutor esportivo de rádio transformado em ator de 2^a categoria, e o treinaram para ser o governador da Califórnia. Ele havia ficado conhecido entre a elite dos homens de negócios da região após a II Guerra Mundial, durante a “caça às bruxas”, quando foi presidente do sindicato dos atores de Hollywood (*Screen Actors*

Guild). Reagan denunciou as greves dos trabalhadores das indústrias cinematográficas, entre 1945 e 1948, como “comunistas” e tomou parte com seu colega californiano Richard Nixon, na onda da grande inquisição política que “põe a descoberto comunistas” debaixo de muitas camas de Hollywood. Patrioticamente entregando as fichas dos atores e técnicos para os inquisidores, ele contribuiu substancialmente para a famosa “lista negra”, que pôs na rua centenas de pessoas, após a sentença de prisão dos “Dez de Hollywood” (entre eles, Charles Chaplin, Lilian Hellmann, etc...).

Como todos os candidatos à presidência, neste século, Reagan é milionário, mas mantendo a tradição do *cowboy*: ele nasceu pobre e conseguiu sua fortuna fazendo o jogo daqueles que já a possuíam.

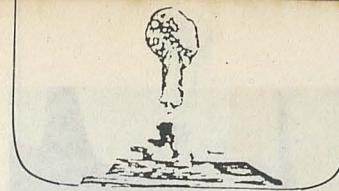
O alarme que fez soar contra o “Perigo Vermelho” e a medíocre imagem projetada nos seus filmes e papéis da televisão, chamaram a atenção dos estrategistas cowboys que estavam à procura de um homem para ser o testa-de-ferro de sua cruzada. Pessoalmente amável e sem manchas de escândalos, ele parece o perfeito porta-voz para a sua ideologia simplista, destinada a fazer uma lavagem cerebral nos americanos: Deus, família e a bandeira de listras e estrelas.

Governo nas sombras

A partir do início dos anos sessenta, mas sobretudo desde que o escândalo de Watergate derrubou o primeiro governo cowboy (o de Richard Nixon), a Nova Direita tem gasto bilhões de dólares para desenvolver uma máquina política a nível nacional capaz de tomar conta do Partido Republicano e, em última análise, do Congresso e da Presidência da República. Ligções com grupos direitistas tais

como seitas religiosas evangélicas, grupos antiintegração racial e antiaborto e com a tradicional ala ultradireitista *Minutemen*, *John Birch Society* e a *Ku Klux Klan*, ajudaram a desenvolver a ideologia. Logo, uma espécie de "governo nas sombras" foi estabelecido em Washington e Califórnia, nas instituições onde economistas, estrategistas militares e *experts* em assuntos estrangeiros de ideologias convergentes, passaram a desenvolver as políticas a serem seguidas, uma vez que o assalto dos *cowboys* à cena política começou a render frutos.

Destes "think tanks" (bancos de cérebros) — The American Enterprise Institute; Georgetown



University's for Strategic and International Studies; The Heritage Foundation, em Washington; The Hoover Institute on War, Revolution and Peace, em Stanford, Califórnia — Reagan recrutou seus conselheiros pessoais e as personalidades de sua administração.

Nos apocalípticos cenários destes *experts*, o mundo é um tabuleiro de xadrez, onde o avanço de um jogador sobre o território do outro é indicativo de "quem está ganhando" e onde um posi-

cionamento estratégico pode prevenir a perda de "peças" chaves. E onde tanto a estratégia como a força bruta decidirão quem dará o xeque-mate final.

Apesar de sua vocação pelos grandes negócios, os *cowboys* darão maior peso ao valor estratégico de um país do que a simples fatores econômicos — pois não é só a economia dos Estados Unidos que depende da manutenção do império, e sim a legitimidade de todo o sistema. Questionar isso, seria questionar a crença de que os Estados Unidos é bom, livre, poderoso e o paladino da liberdade em todo o planeta — coisa que nenhum político norte-americano estaria disposto a fazer. □

O dilema é entre a vida e a morte

George Wald, Prêmio Nobel de Biologia, alerta para os perigos de um holocausto nuclear e entrega-se à luta pela paz

Cedric Belfrage

Gosso universo tem uns 20 bilhões de anos, o sistema solar seis bilhões, a Terra 4.700 milhões, a vida na Terra uns três bilhões, a vida humana três milhões, a civilização talvez uns dez mil anos. Em consequência do desenvolvimento, dá-se mais um passo há uns 200 anos: a revolução industrial. E nesses dois séculos, principalmente nos

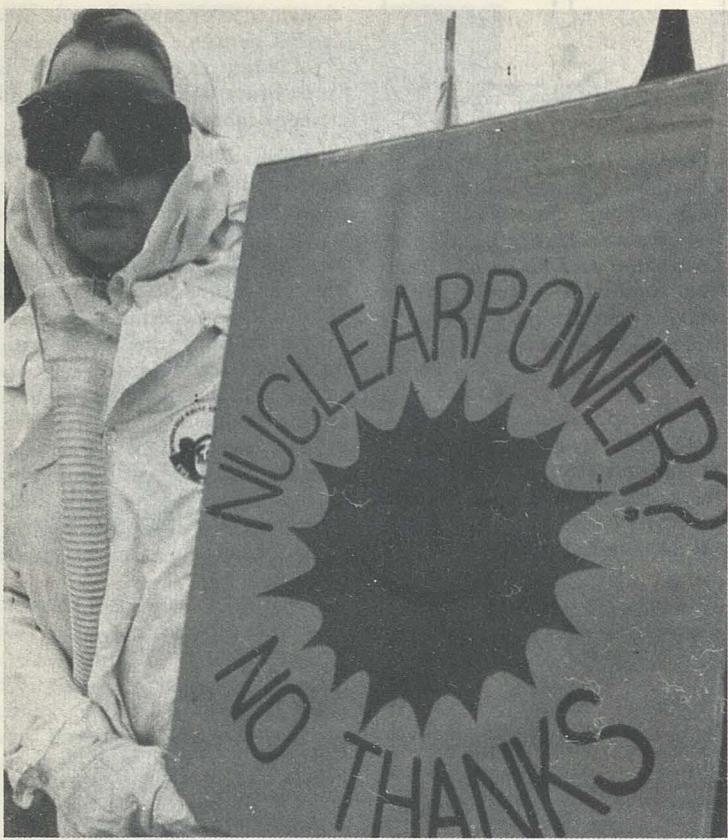
últimos 100 anos, essa revolução industrial — que prometeu à humanidade abundância e prazeres infinitos — nos levou à beira da autodestruição como espécie. Este planeta está hoje ameaçado como nunca esteve antes."

Assim explica George Wald, biólogo, Prêmio Nobel em 1967 e professor da Universidade de

Harvard há cinquenta anos, a vivência que o levou a converter-se num militante político pela paz desde 1969, quando se uniu à campanha contra a guerra do Vietnã. Aos setenta e cinco anos de idade, esse filho de imigrantes acaba de passar pelo México, onde presidiu o Tribunal Permanente dos Povos (o antigo Tribunal Russell) que julgou e condenou moralmente a Junta salvadorenha. No México, Wald conversou com *cadernos do terceiro mundo*:

Quando começou sua preocupação pela causa da paz?

— Em 1969, os estudantes e docentes do *Massachusetts Institute of Technology* organizaram um seminário de três dias sobre a ciência e sua utilização contra o homem. Pediram-me que falasse. Era uma época de revolta estudantil em todo o mundo e eu sabia que os estudantes se perguntavam se eu me animaria a dizer o que pensava. Decidi que o faria e falei sobre "Uma geração



As manifestações antinucleares são apoiadas por Wald

em busca de um futuro". A base da intranquilidade estudantil era, a meu ver, que os jovens inconscientemente compreendiam que talvez não tivessem *nenhum* futuro. A palestra foi gravada e a revista *New Yorker* publicou-a. Imediatamente tive as três semanas de fama que correspondem a um norte-americano quando acontece algo assim: fui solicitado para entrevistas, programas de televisão, tudo isso...

E o Prêmio Nobel também ajudou...

— O prêmio abriu-me as portas e deu mais peso ao que eu queria dizer. Estar na oposição tornou-se para mim a única forma de vida possível. E o surpreendente é que quando explico às pessoas a verdade nua e crua, dizem-me: "Sim, é isso mesmo."

Qual é essa verdade?

— Eu costumo dizer que os Estados Unidos são um sistema unipartidário, disfarçado sob a aparência de dois partidos, que servem aos mesmos senhores. E o público comenta: *Yeah, that's right!* Digo-lhes que nossa metade do mundo, o chamado "Mundo Livre", não é senão a maior coleção de ditaduras militares da história, e assim por diante.

Considera que sua atividade seja política?

— Eu não tenho filiação partidária, mas sei que se existe algo a fazer, deve ser feito politicamente. A organização é necessária. De modo que... sim, faço política.

Quais são os princípios de sua proposta política?

— Minhas convicções são as que todo norte-americano aprende na infância e estão claramente expressas na Declaração de Independência dos Estados Unidos e na Oração de Gettysburg de Abraham Lincoln: os direitos dos povos são inalienáveis e os governos devem ser do povo, pelo povo e para o povo. Certamente não é um governo assim o que temos nos Estados Unidos e esses direitos são cotidianamente violados pelo nosso país.

Não o acusam de comunista por dizer isso?

— Muitas vezes ouço essas acusações. Uma vez, um pastor me escreveu uma carta assinada — a maior parte dos ataques que recebo são anônimos — na qual dizia ter apostado com seus colegas que eu era membro do Partido Comunista, com carteira e tudo. Em resposta, enviei-lhe artigos que escrevi na revista *Science* em defesa de três cientistas soviéticos presos. Isso calou sua boca. Eu não sou comunista. Sou um biólogo, um cientista, mas também procuro atuar com decência. E esta é uma matéria-prima muito rara em nossos dias.

Meu ideal é o de Lincoln; minhas preocupações são a justiça, a liberdade dos povos, os direitos humanos. Não tenho uma idéia clara de como se chega a esse ideal. A tragédia de minha geração é não ter encontrado uma fórmula política satisfatória.

A covardia dos intelectuais

É essa a causa do apoliticismo das universidades norte-americanas de hoje?

— Bom, vejo que os intelectuais ao meu redor retiraram-se para as suas especialidades. Estamos na era da especialização e se tornou perigoso sair-se da especialidade de cada um. Dão-se conta disso e ficam, seguros, em suas covas.

No entanto, muitos estão sempre disponíveis quando se trata de assinar um protesto contra a União Soviética.

— Claro, é um grande alívio. Gostaríamos de sair defendendo corajosamente os direitos humanos, mas se o fizermos com relação a um aliado dos Estados Unidos, corremos perigo. Aí, se alguém acha uma violação aos direitos humanos na União Soviética, então não só pode sair defendendo um ideal, como também, além disso, o aplaudem por essa atitude.

Eu estou rodeado de cientistas que não vacilam em protestar pela intervenção soviética no Afeganistão, mas nunca fariam nada em favor do movimento de libertação em El Salvador. "Temos que sobreviver", argumentam. Mas o que quer dizer isso? Que se a gente quiser continuar recebendo fundos para nossas pesquisas temos que ficar calados. Não "fazer onda". Não sair à superfície.

Minha especialidade é defender a vida

Em troca, você dirige todas as baterias contra o governo norte-americano.

— Sim. E por duas razões. Em primeiro lugar, é o meu país. Em segundo lugar, acho que muitos dos problemas do mundo poderiam ser corrigidos se corrigíssemos os Estados Unidos. Nós somos responsáveis pela maior parte da contaminação industrial do mundo. Ao usar matérias-primas não-renováveis, numa escala da qual nenhum outro país sequer se aproxima, somos responsáveis pela devastação do planeta.

E nossa Declaração de Independência não fala dos direitos inalienáveis dos norte-americanos, mas de direitos *humanos* inalienáveis. Então, já que nosso governo é responsável por cruel-



dades, bestialidades e opressão em tantas partes do mundo...

... você decidiu "fazer onda"...

— Eu sei que a administração de minha universidade não está de acordo e que muitos dos meus próprios colegas desaprovam minha conduta. Eu sei o que dizem: "Aí vai outro desses malditos Prêmios Nobel que pensa que porque recebeu um prêmio em biologia ou química pode falar qualquer coisa".

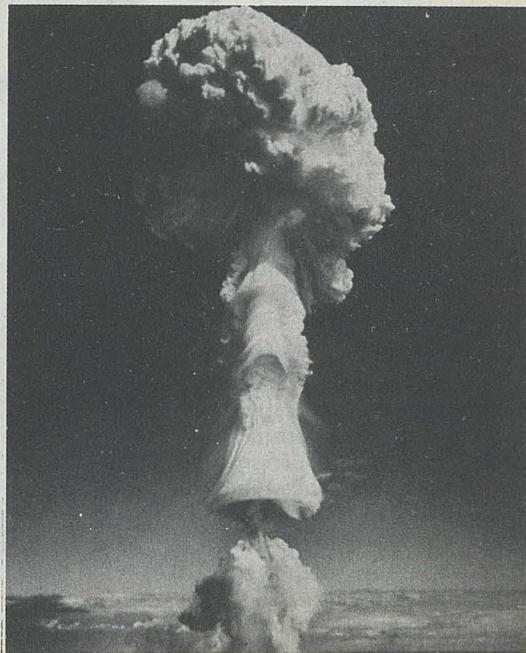
E eu respondo: Não, não estou fora do meu campo. Sou um biólogo. Dedico-me a estudar a vida. Como biólogo, minha tarefa não consiste só em observar como a natureza está "entrando pelo cano", mas que tenho de cuidá-la. E a vida está tão ameaçada... Eu sou membro da Federação de Cientistas Americanos, que publica o Boletim de Cien-

tistas Nucleares, uma revista muito equilibrada e acadêmica onde podem ser lidas interessantes discussões sobre o que aconteceria se fossem utilizadas as armas atômicas. Ficaria alguém vivo no mundo? Não estamos falando dos países beligerantes. Os materiais radiativos iriam para a atmosfera para estratosfera e ficariam ali eternamente. Para sempre, pelo menos em termos humanos. Sobreveria alguém, digamos, por exemplo, nos planaltos da Nova Guiné? Como cientista, minha opinião é de que muito provavelmente ninguém conseguiria sobreviver.

As baratas, talvez?

— Provavelmente as baratas, algumas plantas e uma ou outra forma de vida submarina, já que os mares estarão bastante contaminados, mas não sofrerão a radiação que viria da atmosfera.

De modo que o dilema é entre a vida e a morte. E no momento atual, estamos aproximando-nos de uma guerra nuclear total com uma rapidez e uma irresponsabilidade aterradoras. □



Segundo Wald, se fossem utilizadas armas atômicas, os materiais radiativos iriam para a atmosfera e para a estratosfera e ficariam ali eternamente: "Ninguém conseguiria sobreviver"

Às vésperas do apocalipse

Para onde vai uma política externa baseada na ignorância, na força bruta e na necessidade de mostrar "coragem", levando as tensões "até os limites"?

Noam Chomsky*

No seu muito promovido e amplamente traduzido livro de memórias (que, na realidade, é uma primeira parte, já que vai apenas até o fim do primeiro período presidencial de Nixon, janeiro de 1973), Henry Kissinger dedica muitas das 1.500 páginas "à filosofia" e às lições da História. O autor, considerado por algumas pessoas como "o expoente máximo do sério e exuberante pragmatismo norte-americano", escreve que "a responsabilidade do homem-de-Estado é lutar contra a transitoriedade e não insistir em ser retribuído pela eternidade" e que "não pode haver paz sem equilíbrio, nem justiça sem repressão". O resto da argumentação é tão insípido como esses exemplos sugerem. As memórias de quem conduziu a política externa da nação mais poderosa do planeta nos anos críticos de 1969 a 1977, parecem escritas por um medíocre empresário que aprendeu a disfarçar seu pensamento obtuso com uma verborragia pretensiosa.

"Trata-se de equilíbrio", mas o que é que significa esse conceito-chave na filosofia kissingeriana? Na sua opinião, o equilíbrio é assegurado obstruindo-se "as ambições geopolíticas de Moscou": "Não podíamos igno-



Kissinger

* Professor de linguística no Massachusetts Institute of Technology, autor de várias obras já consideradas "clássicas" em sua especialidade e analista político independente, famoso durante a década passada por sua militância contra a guerra do Vietnã.

rar, como nossos predecessores – explica Kissinger – o papel da União Soviética na guerra do Vietnã, ao abastecer maciçamente o Vietnã do Norte". Para quem supõe que os Estados Unidos são o dono do mundo, tal raciocínio é de uma lógica impecável. Entre as ameaças ao "equilíbrio", estariam também "as guerras por encomenda que travam a Síria e a Índia", a recusa de Hanói em pactuar a paz segundo os termos propostos por Kissinger e a vitória eleitoral de Salvador Allende no Chile: "facetas de um desafio comunista global". Os Estados Unidos devem continuar sendo o "baluarte dos povos livres em toda parte". Como na Guatemala, Filipinas, Chile, Irã, Indochina, República Dominicana, El Salvador, etc, etc.

Moscou zomba da moral

Depreende-se, de diversas citações semelhantes, o real significado de "equilíbrio" e de "estabilidade": isto é, estes aumentam ou diminuem segundo se fortaleça ou enfraqueça a dominação dos Estados Unidos sobre o sistema mundial. Qualquer diminuição é devida, no raciocínio kissingeriano, à briga global comandada por Moscou, que "trava uma guerra permanente pelo controle das mentes" e "zomba do direito internacional que condena a interferência nos assuntos internos dos países", ao apadrinhar "insurreições, revoluções e subversões" sem nenhuma consideração pelos "conceitos ocidentais de boa vontade". Tão diferentes dos norte-americanos, segundo o ex-Secretário de Estado, os soviéticos só se preocupam com o seu "interesse egoísta", de modo que não têm importância os "apelos a um sentimento moral de comunidade".

No entanto, na década de 60, os intelectuais europeus começaram a duvidar de que toda a culpa da Guerra Fria recaísse so-

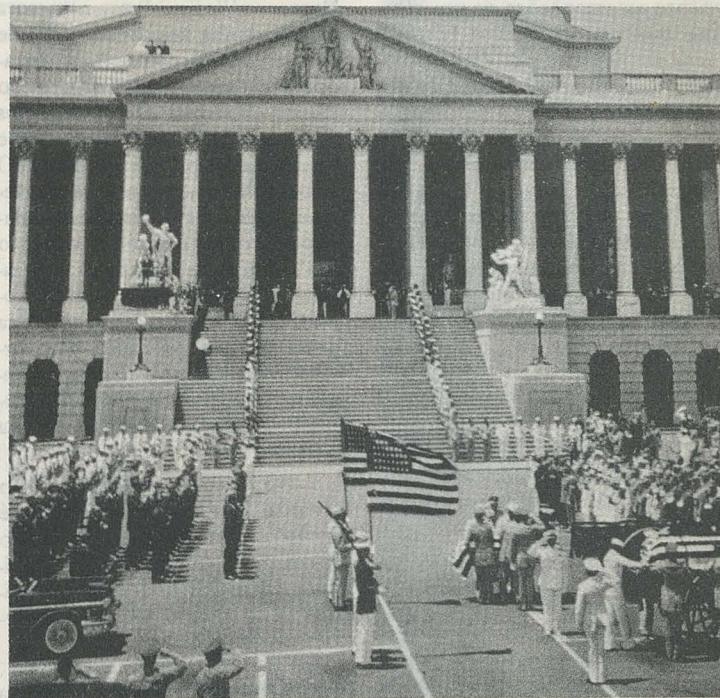


intervenções e subversões promovidas pelos Estados Unidos são contribuições à "estabilidade".

Poder abstrato

O "mal-estar" dos Estados Unidos é tão profundo que seu tratamento não requer "habilidade de especialistas" mas sim "filosofia", devido particularmente à "nefasto mudança" na natureza do poder: "A capacidade de destruir demonstrou ser difícil de ser utilizada como ameaça efetiva, inclusive contra países que não têm condições de fazer represálias". Assim, o poder "tornou-se abstrato, intangível, evasivo", como sem dúvida podem corroborar os camponeses vietnamitas sobre os quais a superpotência jogou bombas, napalm e desfolhantes "abstratos".

Certamente, esses conceitos não devem ser interpretados



Retorna à Casa Branca o estilo kissingeriano



Nas "Memórias", o Plano Marshall é a expressão de nosso idealismo e da liderança moral dos EUA"

como um esforço do autor das memórias em analisar a história contemporânea. São simplesmente as emanações de um cérebro que não entende a História nem se interessa por ela. Apologista incondicional do uso do poder para estabelecer a dominação global dos Estados Unidos, Kissinger foi designado gerente desse poder por aqueles que realmente o detêm. Os motivos e interesses reais que movem estes últimos não são assunto de um só parágrafo das memórias.

Idealismo

É claro que é pura bobagem Kissinger reivindicar ter introduzido o conceito de "geopolítica" na política norte-americana. Mentes mais realistas têm um conceito muito mais racional do problema. A revista *Business Week*, por exemplo, reclamou, em seu número de 28 de janeiro de 1980, uma "revitalização da geopolítica", argumentando que a trinta anos atrás "Washington planejou a proteção de matérias-primas vitais por meio de opera-

ções militares de emergência e atividades intensivas de inteligência" (ou seja, de espionagem). Numa análise realista, a mesma revista tinha explicado (7 de abril de 1975) como, "alimentados inicialmente pelos dólares do Plano Marshall, os negócios norte-americanos prosperaram e estenderam-se além-mar... O guarda-chuva do poderio norte-americano estava sempre presente para conter o desenvolvimento das tendências negativas... A ascensão das empresas transnacionais foi a expressão econômica desse quadro político, uma ordem mundial estável para os negócios que começa a desmoronar" em meados da década passada.

No discurso de Kissinger, no entanto, o Plano Marshall não é senão "a expressão de nosso idealismo", como também "da liderança moral dos Estados Unidos" em todo o período posterior à segunda guerra.

Kissinger admira a sentença de Bismarck: "A coragem e o êxito não têm relação de causa e

efeito; são a mesma coisa". Para Kissinger, coragem é a disposição de esmagar os oponentes incapazes de responder e "enfrentar o risco de um Armagedon", a batalha que — segundo o Apocalipse bíblico — precederá o juízo final.

Bombas para melhorar os "modos"

O ex-Secretário de Estado de Nixon e Ford relata, com orgulho, por exemplo, como os bombardeios e as minas (em Hanói, Haiphong e no superpovoado delta do rio Mekong) "melhoraram muito os 'modos' de Hanói". Os bombardeios foram iniciados com a esperança de que isso fizesse com que os soviéticos cancelassem uma reunião de cúpula já programada, confessa Kissinger. O que não impediu, no entanto, que ele, pessoalmente, criticasse duramente os jornalistas que, nesse momento, tinham dito a mesma coisa. Não é, certamente, difícil manifestar esse tipo de "coragem" quando o inimigo é muito fraco para replicar e confia-se em que os outros (no caso, os soviéticos) sejam suficientemente corados para não responder com idêntica "coragem".

Kissinger não tem nada de interessante a dizer sobre os objetivos ou os marcos de sua política, mas centenas de páginas são dedicadas a detalhar suas hábeis negociações e suas vitórias em epopeicos combates-debates contra seus malvados adversários, desde "Ducky" (Le Duc Tho, negociador vietnamita em Paris, laureado juntamente com Kissinger com o Prêmio Nobel da Paz em 1973, que foi recusado pelo asiático e aceito pelo norte-americano) até os seus colegas universitários. De acordo com o testemunho de Kissinger, seus interlocutores são todos mentecaptos. Nosso super-homem só titubeou uma vez, quando se enfrentou com o "colosso de De Gaulle".

Kissinger tenta explicar a De Gaulle por quê os Estados Unidos devem continuar esmagando a Indochina:

— Uma retirada repentina nos criaria um problema de credibilidade.

— Onde? pergunta De Gaulle.

— No Oriente Médio.

— Que engraçado! comenta o general, de cima. Eu achava que no Oriente Médio quem tinha problemas de credibilidade eram os inimigos de vocês...

O leitor poderá perguntar se De Gaulle deixou as coisas assim ou continuou a conversa, demolindo os argumentos de Kissinger que justificavam a destruição da Indochina. Em todo caso, Kissinger não disse como terminou a conversa nem explica, em parte alguma de seu livro, como os Estados Unidos garantiam sua "credibilidade" com uma conduta de criminosos de guerra.

Jogando dominó

As memórias confirmam a acusação de que Kissinger sempre considerou o Camboja (atual Camboja) como um problema secundário. Inflamada a guerra do Vietnã pelas suas iniciativas — um fato que aparece claramente na leitura, apesar de suas patéticas tentativas de autojustificarse — o conflito estendeu-se ao Camboja numa operação de apoio aos objetivos norte-americanos no Vietnã do Sul. Mas, na realidade, o Vietnã também era um problema secundário. Segundo Kissinger, a guerra foi feita para conseguir "credibilidade", enquanto quem o antecedeu buscava "demonstrar que uma 'guerra de libertação' é coisa cara, perigosa e está destinada ao fracasso" (general Maxwell Taylor, em declarações ao Senado, fevereiro de 1966). Uns e outros quiseram evitar o *efeito de dominó*, quer dizer, o perigo de que os êxitos econômicos e so-



ciais da Indochina libertada "disseminassem a podridão" por todo o sistema que estava sob dominação norte-americana.

Naturalmente, as lembranças de Kissinger são cheias de fervor patriótico: "nossa entrada na guerra foi o resultado (...) de um idealismo inocente, do desejo de corrigir todos os males do mundo e da fé na boa vontade dos Estados Unidos e em sua eficiência." Na realidade, desde que, nos anos 40, os Estados Unidos começaram a ajudar o colonialismo francês na Indochina, os analistas norte-americanos mais lúcidos (como John Paul Vann, coordenador das operações da missão norte-americana) sempre tiveram bem claro que, ao fazê-lo, enfrentavam um vigoroso movimento nacionalista. A boa vontade e o idealismo eram tão raros como a consistência dos comentários de Kissinger que, por um lado, sustenta que os vietnamitas "têm pouco sentido de nacionalidade" e, por outro, reconhece que "lutaram durante séculos para determinar seu destino nacional".

Kissinger contra todos

Num esforço para conseguir o "equilíbrio", Kissinger encontra inimigos por toda parte: em primeiro lugar, a União Soviética e seus diversos "procuradores", mas também a burocracia e o Congresso norte-americano, os meios de comunicação, seus colegas universitários, os especialistas em controle de armamentos, os jovens (que, na realidade, não estariam contra a guerra, mas sim protestavam "estimulados por um sentimento de culpa animado pela psiquiatria moderna e a retórica radical que a clas-

se média alta converteu em moda"), a opinião pública norte-americana e, por último, o mundo todo.

Assim, enquanto os Estados Unidos bombardeavam Hanói no natal de 1972, Kissinger queixava-se de que "nenhum de nossos aliados da Otan nos apoiou" nesse "nobre" esforço de conseguir a paz. Pior ainda, "a opinião mundial esqueceu-se das transgressões de Hanói" e passou a considerar o regime de Ho Chi Minh "como vítima da 'opressão' norte-americana, quando na realidade foi ele quem desencadeou todas as guerras na Indochina". Esse argumento se repete ao longo de toda a obra, mas não consegue ser demonstrado nas 1.500 páginas. Não podemos entrar aqui numa análise detalhada dos fatos, como a sabotagem norte-



De Gaulle: demolindo os argumentos de Kissinger

americana aos acordos de Genebra de 1954, o apoio maciço dos Estados Unidos à França em sua luta contra o movimento de libertação, o bombardeio e a invasão do Vietnã do Sul nos anos 60, a derrubada do governo do Laos em 1958, etc, etc. No discurso de Kissinger, fatos como esses são irrelevantes. E o autor nunca se detém para perguntar por quê o mundo deu tão pouco crédito aos seus argumentos e por quê "nossa guerra contra a agressão tornou-se símbolo da maldade fundamental dos Estados Unidos".

No momento em que a chamada "síndrome do Vietnã" alastrava-se pelos Estados Unidos diante das perspectivas nada improváveis de novas intervenções norte-americanas no exterior, vale a pena deter-se nas considerações de Kissinger sobre a Indochina. Para o ex-Secretário de Estado, os vietnamitas do norte e do sul eram inimigos terríveis. O "estilo diplomático" de Hanói parece-lhe "enlouquecedor" pelo seu mórbido receio e a feroz convicção na justiça da sua causa, em contraste com o estilo norte-americano "baseado em nossa fé na eficácia da boa vontade e na importância da negociação", assim como em "uma ética tolerante".

De suas visitas ao Vietnã, Kissinger conserva a imagem de "norte-americanos idealistas trabalhando em difíceis condições para levar governo, saúde e desenvolvimento a um povo aterrorizado e surpreendido". Em sua ingenuidade e idealismo, os norte-americanos não podiam brigar "com as complexidades da psicologia vietnamita", nem mesmo com seu idioma, "cujos matizes e significados sutis escapam à nossa compreensão". Finalmente, a insistência de Kissinger na "arrogância" e "insolência" dos vietnamitas revela-se como atitude colonialista ou mesmo racista. □

Os alquimistas de uma nova conflagração

O homem nunca esteve tão perto da sua autodestruição. Será que há tempo para evitá-la?

Roberto Remo

No dia 28 de junho de 1914 um atentado tirou a vida do príncipe herdeiro do Império austro-húngaro e poucos dias depois estourou na Europa a grande conflagração entre as potências imperialistas que a história conhece como Primeira Guerra Mundial. Sessenta e sete anos mais tarde, um jovem neonazista, John Hinckley, acertou um tiro no peito de quem representa o império mais poderoso que o planeta jamais conheceu. Os acontecimentos que se desencadearam fizeram com que o mundo todo ficasse de fôlego suspenso, esse mundo que nunca antes esteve tão perto de uma guerra que pode perfeitamente não ser a Terceira, mas sim a última...

Golpe na Casa Branca

Nas horas em que se esperou a divulgação do primeiro boletim médico tranquilizador sobre a saúde do presidente Ronald Reagan, o mundo assistiu atônito à imagem televisada do general Alexander Haig declarando, no melhor estilo das quarteladas latino-americanas, que ele tinha a situação sob controle. Enquanto isso, a imprensa descobria que o filho do vice-presidente George Bush tinha programado, para essa mesma noite, um jantar ínti-

mo com o irmão do jovem que acabava de atirar em Reagan. Suspeitando de uma conspiração, o ministro de Defesa Caspar Weinberger colocou em alerta as forças militares norte-americanas no mundo. Haig teve um sério desentendimento com Weinberger e conseguiu impor sua decisão de suspender o estado de emergência. Pouco antes, ele tinha-se "equivocado" ao assinalar que "constitucionalmente" o Secretário de Estado era o seguinte na linha de sucessão do Presidente e do Vice-Presidente. Segundo essa teoria, Haig estaria hoje no comando efetivo do império, se Reagan tivesse ficado incapacitado e Bush — nesses instantes, voando do Texas para Washington — se afogasse no escândalo da hipotética conspiração.

Nessa mesma hora, Reagan encontrava-se a caminho da sala de operações com seus três homens de confiança — o conselheiro Edwin Meese, o chefe da equipe presidencial James Baker e seu assistente, Michael Deaver — e perguntava-lhes: "quem está tomando conta da loja?"

Essa frase, interpretada pela imprensa como uma demonstração do extraordinário bom humor do ex-ator ferido, foi uma clara advertência para a *troika*

Meese-Baker-Deaver, que rapidamente se instalou na Casa Branca para recuperar o controle efetivo da "loja". Em poucas horas, tudo voltou à "normalidade" e, antes que o Presidente saísse do hospital, Haig e Weinberger já estavam prudentemente longe, em missões especiais pelo Oriente Médio e Europa, respectivamente, enquanto Bush assumia apenas as funções protocolares de Reagan.

O susto passou. A hipótese de uma conspiração foi rapidamente — talvez demasiadamente rápido — descartada. Nenhuma "potência hostil" tentou tirar partido da confusão, atacando de surpresa os Estados Unidos...

Mas a crise pôs em evidência a fragilidade da estrutura do poder imperial e a existência de profundas divergências em seu seio. Não se trata de simples rivalidades pessoais ou ambições desmedidas, mas sim a luta entre interesses e programas divergentes.

Talvez fosse para dirimir uma dessas controvérsias que Reagan dirigia-se a um encontro com Da-



vid Rockefeller no trágico 30 de março em que foi baleado.

O projeto trilateral

Presidente do *Chase Manhattan Bank*, Rockefeller criou, no princípio da década passada, a Comissão Trilateral onde empresários, políticos e intelectuais europeus, japoneses e norte-americanos deveriam coordenar uma estratégia comum das transnacionais no âmbito do planeta. De suas fileiras saíram a maioria dos membros do anterior governo de Washington. A identificação entre a Trilateral e a administração Carter chegou a ser tão estreita que Reagan iniciou sua campanha eleitoral prometendo que não haveria "trilateralistas" no seu governo.

Na opinião de Luis Maira (um dos poucos "washingtonólogos" latino-americanos), Reagan re-

presenta a convergência de interesses de: 1) os pequenos e médios produtores, que pedem uma política protecionista para defenderem-se da competição de manufaturas provenientes do Terceiro Mundo, como, por exemplo, os sapatos brasileiros; 2) o setor de empresas de grande porte que perderam competitividade diante do Japão e da Alemanha Ocidental, particularmente a indústria automobilística; e 3) o complexo industrial-militar que viu com maus olhos a política de *détente* com a URSS e se beneficia com o aumento dos gastos bélicos.

O Projeto Trilateral, em compensação, recomenda a colaboração com a União Soviética e o campo socialista para favorecer a transferência de bens, tecnologias, e recursos financeiros para o Leste e tem claras divergências com as pretensões ultranacionistas das quais Reagan é portavoz.

Para conseguir algum apoio (ou pelo menos neutralidade) desses capitais transnacionais, Reagan acabou por recrutar para a

Suspeitando de uma conspiração, o ministro de Defesa Caspar Weinberger colocou em alerta as forças militares norte-americanas no mundo.

sua equipe dois notórios "trilateralistas": o vice-presidente George Bush e o ministro da Defesa Caspar Weinberger. Assim, se por morte ou incapacidade, o presidente tivesse de ser substituído, seu sucessor constitucional seria um homem alheio à coalizão que levou Reagan à Casa Branca.

Quem manda na Casa Branca?

Ao ser escrita esta análise, dias depois do atentado, já é óbvio que o "negócio" não está nas mãos de Haig, nem nas de Bush ou Weinberger. Nem mesmo nas do próprio Reagan.

Haig apostou e perdeu. Deverá considerar-se feliz se conseguir, pelo menos, conservar seu cargo de principal responsável pela política externa norte-americana em meio à onda de críticas adversas a seu comportamento durante a crise. Bush, por seu lado, foi extremamente cuidadoso em não demonstrar nenhuma ambição, limitando-se a coordenar as reuniões do gabinete na ausência do Presidente. Weinber-

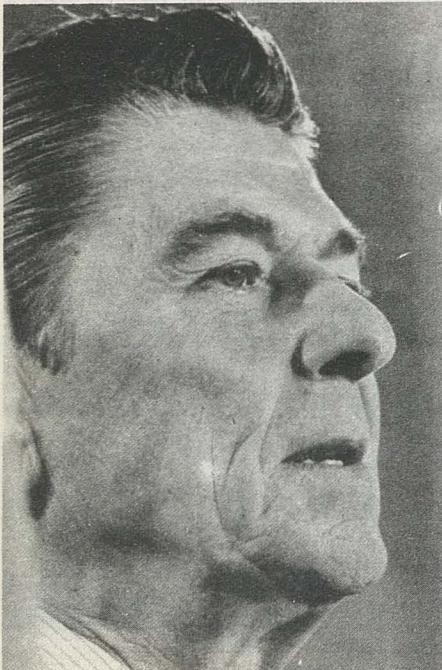
ger cedeu diante de Haig, quando este ordenou-lhe suspender o estado de emergência que o Secretário de Defesa tinha decretado, evidenciando a debilidade de sua posição.

Quanto a Reagan, seu controle efetivo sobre o governo já era, antes do atentado, tema de discussão pública. Em seu último número de março, a revista conservadora *US News* perguntava-se como um país pode ser dirigido por um Presidente que só trabalha uma média de sete horas diárias, "irrita-se quando tem que ler muito, prefere ser informado oralmente (...) e está sempre disposto a delegar a outros a tomada de decisões". A revista cita a deputada democrata Patrícia Schroeder: "Ele gosta de falar de velhos filmes e, de repente, termina o tempo e não se pôde discutir nada em detalhe com ele." Outro político comenta que "a gente às vezes se pergunta, principalmente quando fala de economia, se realmente ele entende a complexidade dos problemas".

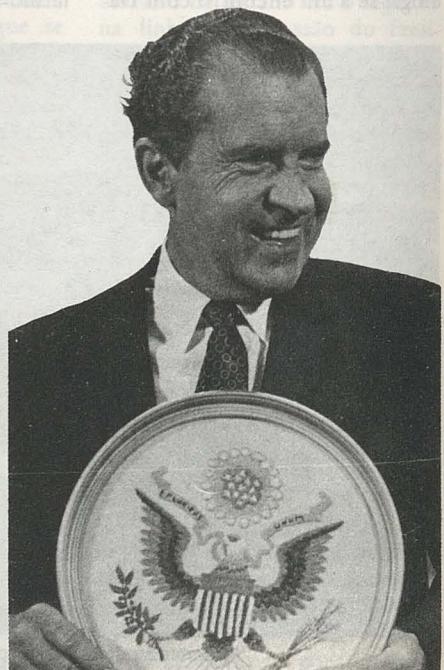
"A única função que Reagan não delega a seus subordinados", conclui a reportagem, "é a de vendedor chefe". O Presidente seria, assim, uma espécie de relações públicas que "vende" aos políticos, à imprensa, ao público e aos diplomatas estrangeiros, as políticas que outros elaboram. Na Casa Branca, o poder está nas mãos do trio de assessores já citado ("monstro de três cabeças", segundo a expressão de Haig, citada por *Newsweek*) e de um quarto homem, o assessor de segurança nacional Richard Allen. São eles que têm acesso direto ao Presidente, controlam as informações e visitas que recebe, preparam os memorandos que lhe. Talvez seja certo, como afirma *US News*, que "quem toma a decisão final é o presidente". Mas são esses homens que lhe dizem sobre o quê decidir e quais são as opções.

Pôquer ou xadrez?

Nos Estados Unidos começa a causar alarme o fato do poder



Duas formas diferentes na disputa com a URSS: para Nixon era um jogo de pôquer, onde podem sentar à mesa outros parceiros e valem o bléfe, as armadilhas e a audácia; para Reagan, é um jogo de xadrez, com apenas dois participantes em busca de um inapelável xequemate



executivo ser controlado por funcionários que não foram eleitos democraticamente. Mais pragmáticos, os estadistas do resto do mundo se preocupam menos com a legitimidade dessa situação e se interrogam sobre o rumo para onde é conduzida a política norte-americana.

Foram muitos os observadores que, durante a campanha eleitoral, deram pouca importância às declarações belicistas de Reagan. Estas se explicariam como reflexo do sentimento de indignação nacional pelo cativério dos reféns no Irã e não teriam mais valor do que qualquer outra demagogia eleitoral. Além disso, Nixon também se formou ideologicamente nos tempos do macartismo e, no entanto, foi ele quem inaugurou, com os primeiros tratados Salt, a época da "distensão" nas relações soviético-norte-americanas.

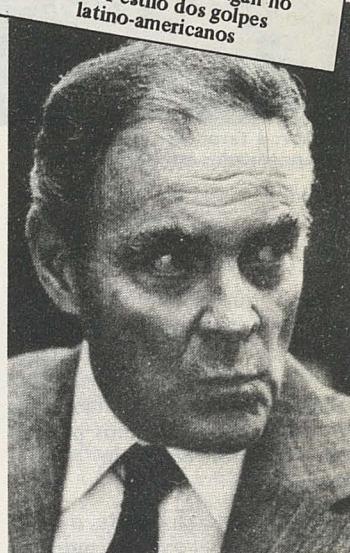
Excelente jogador de pôquer, Nixon sugeria o enfrentamento com a União Soviética como numa mesa de jogo, na qual se podem admitir outros participantes (especialmente a China e a Europa) e onde o bléfe, as armadilhas e a audácia se combinam na conquista de relativas vantagens. As fichas ganhas numa rodada podem ser perdidas na próxima e a contenda continuará eternamente, enquanto os jogadores tiverem algo a apostar.

Para a atual administração republicana, no entanto, o enfrentamento com a URSS é uma partida de xadrez que só admite dois disputantes e na qual cada movimento só tem sentido em função do xeque-mate final que deverá derrotar inapelavelmente um deles.

Richard Pipes — colega de Kissinger na Universidade de Harvard e membro do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca — afirmou, em declarações à imprensa, que os soviéticos deveriam optar entre mudar



Haig na Otan: preparando-se psicologicamente para o poder. Haig na Casa Branca: sem conseguir esconder sua ambição, assume o lugar de Reagan no melhor estilo dos golpes latino-americanos



de modelo para adequá-lo ao gosto ocidental "ou ir à guerra". "Não há outra alternativa", enfatizou.

A Casa Branca teve que esclarecer que esse funcionário falava a título pessoal. Caspar Weinberger afirmou que os Estados Unidos logo começariam a instalar bombas de nêutrons em seus mísseis estacionados na Europa. Haig esclareceu que ainda não havia uma posição definida sobre o assunto.

Canhões em vez de pão

A sucessão diária de declarações e desmentidos tornou praticamente impossível conhecer qual é, definitivamente, a verdadeira e oficial opinião da Casa Branca sobre qualquer assunto, se é que ela existe.

Mas, por trás dos discursos, existem fatos que falam por si mesmos. No projeto de orçamento para o ano fiscal 1981-82 que Reagan enviou ao Congresso

— e que já foi aprovado, com modificações mínimas, pelo Senado — os gastos militares aumentaram em 4.400 milhões de dólares, alcançando a cifra recorde de 189 bilhões. Um aumento significativo, se levarmos em conta que os gastos totais previstos nesse primeiro "orçamento Reagan" são cinco por cento maiores que os do último orçamento da administração Carter.

A administração Reagan pretende eliminar totalmente os programas governamentais de obras públicas locais, serviços legais para os pobres e subsídios ao transporte de massas. Serão substancialmente reduzidos os programas de treinamento técnico para desempregados, ajuda alimentícia às famílias com receitas menores do que o chamado "nível de pobreza", assistência médica estatal e bolsas para estudantes de menores recursos. Em contrapartida, aumentarão as verbas destinadas ao desenvolvimento da energia nuclear, as



Breznev: a favor de negociações com os EUA sobre a limitação e redução dos armamentos estratégicos

pensões para os veteranos de guerra, a ajuda externa militar e, logicamente, as forças armadas.

Será que é uma casualidade que entre as quatro maiores empresas que abastecem o Pentágono está a *General Electric*, cuja imagem televisiva foi personificada durante muitos anos por um obscuro ator chamado Ronald Reagan?

Coincidências à parte, o certo é que os *cowboys* do sudeste norte-americano (Ver artigo neste número) são os principais beneficiários desse aumento do orçamento militar. Suas indústrias eletrônica, espacial, de aviação e comunicações formam o atual coração daquilo que Eisenhower chamava de "complexo industrial-militar". Grande parte das empresas que abastecem o Pentágono têm sua sede no estado da Califórnia, onde Reagan foi governador. Juntamente com as instaladas no Texas, essas firmas recebem um de cada cinco dólares dos gastos bélicos norte-americanos.

Isso ilustra um aspecto da rivalidade entre os *cowboys* do sudeste e os *yankees* da costa leste, que têm capitais muito mais voltados para o exterior e, portanto, com outra ótica internacional.

O que é mau para a URSS é bom para os EUA

Economistas norte-americanos vinculados à indústria bélica

tentam demonstrar que o incremento nos gastos militares deve acarretar a criação de empregos e o desenvolvimento de novas tecnologias no campo da eletrônica, das telecomunicações e da computação. A médio prazo, isso deveria contribuir para uma recuperação do conjunto da economia norte-americana. A exatidão dessas previsões é discutível, à luz da experiência dos últimos anos da administração Carter, quando já se registrava um notável crescimento dos gastos bélicos sem que, por isso, diminuíssem a inflação e o desemprego.

Mas esse renovado impulso à corrida armamentista também persegue outros objetivos. Entre eles, o de debilitar a União Soviética, obrigando-a a aumentar seus gastos de defesa. É sabido que, com um produto bruto inferior ao dos Estados Unidos, a União Soviética deve fazer um esforço bélico proporcionalmente maior para manter o atual equilíbrio de forças. Assim, Moscou pode fortalecer sua defesa, mas às custas da debilitação de sua economia. Segundo o raciocínio dos estrategistas americanos, se o objetivo de elevar o nível de vida reivindicado pelos últimos planos quinquenais sofrer novos atrasos, isso poderia criar descontentamentos internos que solapariam o poder soviético e sua imagem no mundo.

Assim, enquanto Leonid Brezhnev exortava, em seu informe ao recente Congresso do Partido Comunista Soviético, a "conti-

nuar sem dilatações as negociações com os Estados Unidos sobre a limitação e a redução de armamentos estratégicos", o secretário norte-americano da Marinha John Lehman afirmava que "não existem razões legais" para cumprir os acordos Salt I e II sobre esse tipo de armas nucleares. O secretário de Estado Alexander Haig disse que isso não refletia a posição oficial, mas quem é que pode saber qual é a verdadeira postura da Casa Branca, entre tantas afirmações e desmentidos contraditórios?

Quem disparar primeiro, ganha

O certo é que desde algum tempo, os analistas de instituições conservadoras como a Universidade de Stanford e o Instituto Hoover vêm elaborando um "novo conceito" de guerra nuclear. Na opinião dessa corrente de pensamento (da qual provêm muitos dos quadros do atual Conselho de Segurança Nacional), se deveria rediscutir a tradicional tese de que "não há vencedores numa guerra nuclear".

Segundo os conceitos que prevalecem no Pentágono até hoje, o poder nuclear teria um "efeito dissuasivo": ninguém se atreveria a embarcar numa guerra total, já que a potência atacante ficaria tão destruída quanto a agredida e todos sairiam perdendo. Agora, em compensação, a tendência é pensar que poderia haver um "ganhador". Essa tese não só é perigosa, porque elimina as prevenções contra o emprego de armas atômicas, como também e, principalmente, porque a relativa vantagem num conflito de tais características é do atacante, que conta com o fator surpresa. Assim, numa grave crise, o raciocínio predominante já não seria o de que nenhum dos lados se animará a apertar o botão vermelho. Como no *Far West*, os duelistas deverão olhar-se nos olhos, certos de

que só sobreviverá aquele que saiba prever os movimentos do adversário... e "puxar" primeiro.

Se nessa lógica está inserida uma tática que consiste em "levar a tensão até o limite" (Ver artigo de Noam Chomsky sobre Henry Kissinger neste número), podemos estar seguros de que os sobressaltos serão muitos nos tempos vindouros.

Guerra atômica limitada?

Para agravar as coisas, a tese do "ataque atômico preventivo" complementa-se com a tendência do Pentágono em aperfeiçoar armas atômicas "não-estratégicas", tais como a bomba de nêutrons. São explosivos atômicos de poder *limitado* (quer dizer, capazes de causar 100 mil mortes e não um milhão) instalados sobre os chamados "vetores táticos" (ou seja, mísseis ou aviões não-intercontinentais), que deveriam ser capazes de decidir a sorte de um conflito localizado, sem desencadear automaticamente uma guerra nuclear total. Nos "cenários" ideais que os estrategistas planejam, a lógica pode parecer perfeita. Mas, por acaso, pode-se pensar que a União Soviética ficaria de braços cruzados se Israel, animado por Washington, lançar-



uma bomba atômica sobre a parte islâmica de Beirute, no quadro do atual conflito "limitado" do Líbano?

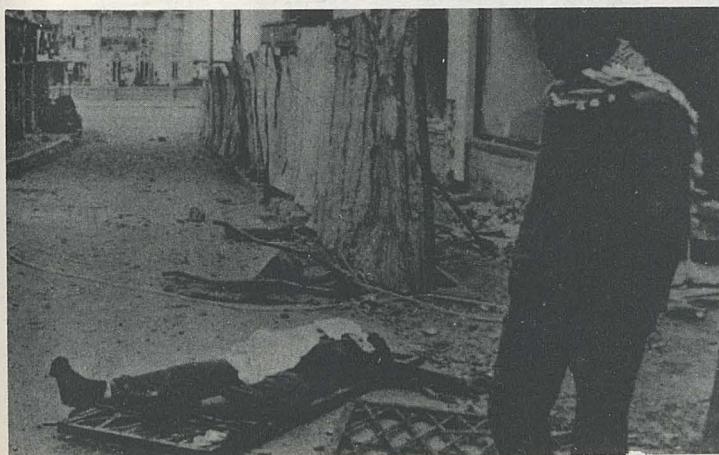
Os europeus acham que não, e, por isso, o Parlamento holandês acaba de aprovar uma resolução que condiciona o estabelecimento de novas ogivas atômicas norte-americanas em seu território ao reatamento das conversações sobre desarmamento com a URSS. Em linhas gerais, esse foi o tom das respostas que o secretário de Defesa Caspar Weinberger recebeu a seus pedidos de que os aliados da Otan aumentassem seus orçamentos de defesa. Mas, apesar de todo o alvoroço em torno da situação da Polônia, os principais focos de tensão continuam no Terceiro Mundo. (A complexa crise polaca gira em torno de problemas e debates *internos* a respeito do modelo de desenvolvimento. Nenhum dos grandes protagonistas — o Estado, o Partido, a Igreja e os sindicatos independentes — sequer levantaram a hipótese de que a Polônia abandone o Pacto de Var-

sóvia, ou seja, não existe ameaça alguma ao *status-quo* europeu.)

Na periferia subdesenvolvida, contudo, a revivida "diplomacia das canhoneiras" exacerbá os conflitos, que se tornaram candentes em, pelo menos, três pontos: o Oriente Médio, a África Austral e a América Central.

O Líbano é uma mecha acesa

Numa recente reportagem sobre o Líbano, nossa revista alertava (Ver *cadernos do terceiro mundo* nº 23): "Aqui pode estourar a Terceira Guerra Mundial". Uma advertência que recobra atualidade com o reinfício da guerra civil nos primeiros dias de abril. No fundo, o problema atual do Líbano não é senão uma outra faceta do problema palestino, mas Haig insistiu, em sua recente visita à região, na necessidade de formar uma "frente anti-soviética" que incluiria tanto Israel e Egito como a Jordânia e a Arábia Saudita. Como era de se esperar, as monarquias anticomunistas desses dois últimos países repudiaram qualquer aliança desse tipo e insistiram em exigir a retirada de Israel de todas as terras árabes ocupadas. Afinal de contas, foi para libertar Jerusalém que a Conferência Islâmica decidiu proclamar a *jihad* (guerra santa). Qualquer que seja o vitorioso nas próximas eleições israelenses, as senhas que o novo governo sionista receberá de Washington não serão de pressão para negociar uma solução com os "terroristas" palestinos mas sim de "sinal verde" para continuar colonizando as terras árabes e apoiando os direitistas libaneses contra a coalizão palestino-progressistas. Em contrapartida, os governos árabes chamados "moderados" tenderão a distanciar-se cada vez mais de Washington, sob pena de que a oficialidade nacionalista ou as grandes massas decidam fazê-lo por sua conta. "Turbulências" desse tipo no Cairo, Amã ou Riad serão



O retorno da violência ao Líbano pode ser um dos estopins da 3ª Guerra



Os EUA apóiam o apartheid e financiam a Unita contra Angola

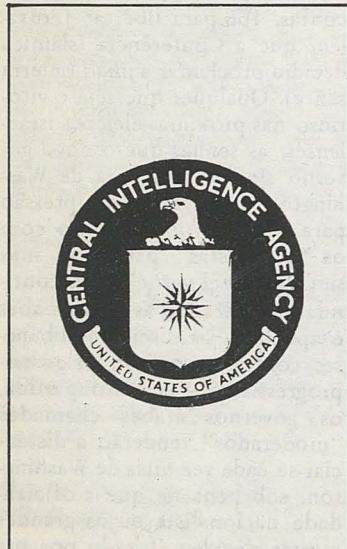
interpretadas pelo Pentágono como "ameaças soviéticas ao abastecimento ocidental de petróleo". E a mecha estará acesa...

O apartheid contra-ataca

Se havia uma zona no mundo onde as perspectivas pareciam

boas ao começar 1981, esta era o "cone sul" do continente africano. O Zimbabwe tornou-se independente em 1980, pondo fim a um dos últimos baluartes colonial-racistas depois de quinze anos de luta armada. Uma conferência internacional devia decidir a transição pacífica à independência da Namíbia, ilegalmente ocupada pela África do Sul e, neste último país, berço do odioso *apartheid*, a pressão internacional parecia ter conseguido forçar os primeiros passos de uma lenta "abertura" em benefício das grandes maiorias marginalizadas pela discriminação racial. A subida de Reagan à Casa Branca mudou radicalmente o panorama. Sentindo-se respaldado, o regime de Pretória adotou uma linha intransigente que fez naufragar a Conferência de Genebra sobre a Namíbia, iniciou uma escalada de agressões armadas a Moçambique e intensificou as que, a partir do território namíbiano, vinha realizando contra Angola, ao mesmo tempo que interditava as publicações legais editadas no país por jornalistas negros.

O símbolo da CIA: uma presença ainda mais forte depois de Reagan



Em lugar de condenar tais ações — mesmo que fosse só verbalmente, como algumas vezes fez a administração de Carter — Reagan solicitou ao Congresso fundos para financiar as atividades da Unita contra Angola, enquanto sua embaixadora nas Nações Unidas se entrevistava com uma delegação militar sul-africana. (Face ao escândalo da imprensa liberal, a embaixadora Kirkpatrick argumentou, primeiro, que devia conversar com todos para definir uma política. Quando lhe responderam que as leis norte-americanas proíbem expressamente os contatos oficiais com militares sul-africanos, ela disse que não sabia com quem tinha se entrevistado.)

A evolução posterior é previsível: desprovidos de canais legais, as maiorias sul-africanas e namíbias tenderão a engrossar as fileiras dos movimentos de libertação. Argumentando um "direito de perseguição" que a legislação internacional nunca reconheceu, o regime de Pretória intensificará as agressões a Moçambique e Angola. Se esses países agredidos exercerem seu direito de solicitar ajuda a governos amigos, o Pentágono encontrará pretextos para iniciar repressões contra a "intervenção soviética" e...

O vulcão centro-americano

Não menos inquietante é o panorama na América Central, região que Reagan denominou de "pátio da frente" dos Estados Unidos, utilizando uma frase que quis ser engraçada mas não teve nenhuma graça para os latino-americanos, já cansados das incursões militares gringas num pátio que, antes, era o de trás. Enquanto em Miami, os velhos guardas somozistas treinam publicamente, a Nicarágua é agredida economicamente pelos Estados Unidos, que lhe cortou a

ajuda financeira e alimentar. Se o governo sandinista se visse forçado a recorrer a algum país socialista para defender-se ou evitar que falte pão para o seu povo, Washington poria a boca no mundo por tão "descarada intervenção soviética". Enquanto isso, em El Salvador, as forças da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional continuam sua ofensiva apesar da assistência militar e financeira dos Estados Unidos à junta presidida por Napoleão Duarte e à presença no país de um número de assessores militares norte-americanos que oscila entre 54 e 500, conforme as estimativas que vêm de Washington ou dos rebeldes farabundistas.

A FMLN e a Frente Democrática Revolucionária iniciaram gestões no sentido de negociar uma saída política ao conflito salvadorenho e suas iniciativas receberam o apoio da Igreja



Católica local, do Vaticano e da Internacional Socialista. No entanto, Washington se nega a patrocinar este acordo convencida de que um genuíno processo de autodeterminação só poderia conduzir, como no Zimbábue, a uma vitória do movimento revolucionário. Prevendo uma evolução da situação salvadorenha semelhante à que levou à intervenção maciça dos Estados Unidos no Vietnã, um ex-embaixador norte-americano em El Salvador publicou no *Los Angeles Times* um comentário intitulado "Reagan está louco?"

Antes que seja tarde demais

Não faltam, certamente, razões para se duvidar da sensatez

de uma política que poderia conduzir indefectivelmente a uma Terceira Guerra Mundial. Essa possibilidade foi admitida — e justificada — pelo próprio Alexander Haig que disse na Comissão do Senado que estudava sua ratificação como Secretário de Estado: "Existem coisas piores do que a guerra e coisas muito mais importantes do que a paz."

Desde que, em 1945, as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foram arrasadas pela bomba atômica, os apelos para se evitar uma guerra nuclear têm sido muito frequentes mas incapazes de impedir que os arsenais das potências continuem sendo abarrotados. Mas o verdadeiro perigo de um holocausto atômico nunca foi tão grande como nos dias que vivemos.

O *Journal of Peace Research* (revista norueguesa considerada como a mais séria e imparcial das publicações pacifistas) alerta em seu último número que, no atual estado de rivalidade entre os dois grandes blocos, "parece razoável se esperar que a interação de forças nacionais, regionais e globais provoque, na década dos 80, uma guerra generalizada, que facilmente poderia incluir a ameaça de emprego de armas nucleares. Nestas circunstâncias, parece prudente preocupar-se de forma ativa pelo advento da Terceira Guerra Mundial."

"A história moderna — escreveu o diplomata norte-americano George Kennan, em janeiro deste ano — não nos proporciona exemplo algum de desenvolvimento de forças armadas em grande escala por parte de potências rivais que, no final, não tenha levado a uma deflagração de hostilidades." O artigo, publicado pela influente revista norteamericana *Atlantic* trazia um título alarmante: "Detenham esta loucura!"

Só falta acrescentar: *antes que seja tarde demais.* □

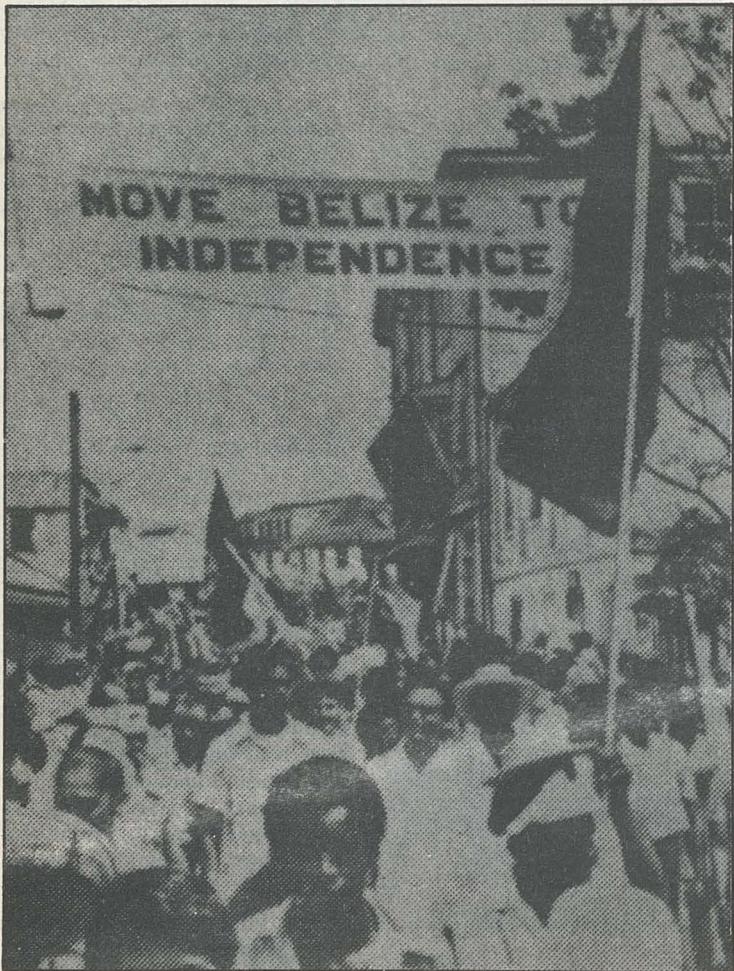


El Salvador, "o pátio da frente dos EUA": uma frase "de brincadeira" que não esconde as intenções norte-americanas

O longo caminho à independência

Afinal chega-se a um acordo com a Guatemala, mas os problemas de segurança ainda não foram resolvidos

Roberto Bardini



Depois de vários anos de negociações diplomáticas, tensões fronteiriças e ameaças de invasão, a 11 de março de 1981, representantes da Grã-Bretanha, Guatemala e Belize subscreveram em Londres um documento de 16 pontos que contém as bases para um futuro acordo "honrável e definitivo", estabelecendo para o final deste ano a data da independência do país, terminando para sempre – pelo menos aparentemente – com a reivindicação guatemalteca por esse território.

Antes da assinatura do convênio tripartite, a 25ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em novembro de 1980, já tinha resolvido que 1981 seria o ano da independência de Belize. O resultado da votação tinha sido de 139 votos a favor, sete abstenções (Marrocos, Israel, Bolívia, Uruguai, Paraguai, El Salvador, Honduras) e nenhum contra.

A esmagadora maioria da votação demonstrou, uma vez mais, que o direito de Belize à emancipação total do Reino Unido continua ganhando terreno a nível internacional e deixa isolado o regime guatemalteco, que há meio século vem reclamando

a soberania sobre o país vizinho. A primeira resolução da ONU sobre Belize data de 1975. Os Estados Unidos votaram pela primeira vez a favor da independência da pequena nação centro-americana em 1980.

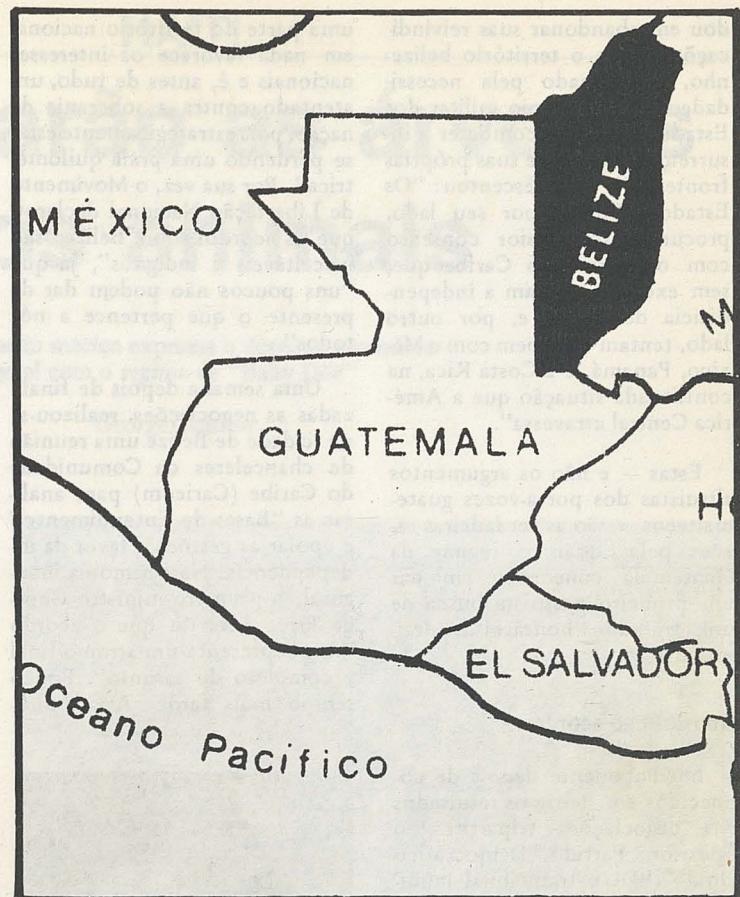
As bases do entendimento

Mediante o acordo tripartite subscrito em março, denominado "Bases de Entendimento", os negociadores britânicos e belizenhos conseguiram que a Guatemala reconhecesse a próxima independência de Belize, marcada para fins de setembro ou princípio de outubro, em troca de certas concessões. Segundo o estipulado, a Guatemala obtém acesso livre e permanente ao mar do Caribe através das águas territoriais belizenhas e direitos de exploração de sua plataforma submarina, o uso das ilhotas Zapotillo e Ranguana, inclusive do fundo marinho, zonas francas portuárias na cidade de Belize (capital do país) e Punta Gorda, e livre trânsito em estradas na direção às duas cidades.

Belize, por sua vez, colaborará na construção de oleodutos a partir de três terminais para território guatemalteco. Ambos os governos realizarão a prospecção e a exploração conjunta do fundo marinho em áreas ainda não-determinadas, e negociarão um tratado de segurança no qual os dois países se comprometem a impedir o uso de seus respectivos territórios para eventuais "ações subversivas" contra o outro. Finalmente, também fica estabelecido que Belize obterá zonas francas portuárias na Guatemala de forma proporcional às que receberem os guatemaltecos em seu território.

A ingerência dos EUA

Depois da assinatura das "Bases de Entendimento" — e em contraste com declarações



anteriores, nas quais predominava o tom bélico — o presidente da Guatemala, general Romeo Lucas García, disse que o problema de Belize "deve ser visto de forma objetiva e realista, e à luz das circunstâncias atuais do mundo, que luta para que o colonialismo se acabe".

As surpresas não terminaram aí: Roberto Herrera Ibagurren, assessor da chancelaria da Guatemala, expressou que "é necessário mudar a realidade e hoje em dia a livre determinação dos povos é fundamental". Por sua vez, o Embaixador guatemalteco no México, Jorge Palmieri, declarou: "Amamos a terra belizena e por isso nos dói deixá-la, mas desejamos a felicidade de seus habitantes e queremos que Beli-

ze possa ser uma nova república, vizinhos a quem desejamos ajudar e ter sempre como irmãos".

A contrastante mudança de atitude e o repentino anticolonialismo dos porta-vozes guatemaltecos causou certa surpresa entre alguns observadores internacionais. Entretanto, Robert Leslie, responsável pela secretaria geral para a Independência de Belize, forneceu a chave da questão: "A administração de Ronald Reagan desempenhou um papel determinante para que a Guatemala reconhecesse nosso direito à autodeterminação", declarou Leslie a *cadernos do terceiro mundo*.

Esse funcionário explicou: "O governo guatemalteco concor-

dou em abandonar suas reivindicações sobre o território belízinho, pressionado pela necessidade de obter apoio militar dos Estados Unidos e combater a insurreição dentro de suas próprias fronteiras". E acrescentou: "Os Estados Unidos, por seu lado, procuram um maior consenso com os países do Caribe que, sem exceção, apóiam a independência de Belize e, por outro lado, tentam ficar bem com o México, Panamá, e a Costa Rica, na conflituada situação que a América Central atravessa".

Estas — e não os argumentos altruistas dos porta-vozes guatemaltecos — são as verdadeiras razões pelas quais o regime da Guatemala concordou em dar um primeiro passo na busca de um tratado "honrável e definitivo".

Oposição ao acordo

Imediatamente depois de conhecidos em Belize os resultados das negociações tripartites, o opositor Partido Democrático Unido (PDU), tradicional inimigo da independência, foi protagonista de violentos incidentes na capital ao manifestar-se contra o acordo. Na Guatemala, a situação foi semelhante: a Democracia Cristã, a Frente de Unidade Nacional e o ultradireitista Movimento de Libertação Nacional, liderado por Mario Sandoval Alarcón, emitiram, cada um, comunicados condenando as "Bases de Entendimento".

A Democracia Cristã afirmou que o documento subscrito em Londres, "visto a partir da perspectiva dos interesses da Guatemala e dos guatemaltecos, é negativo e se efetivou sem deixar nenhum benefício para nosso país, tendo-nos causado muitos prejuízos". A Frente Unida Nacional também se manifestou: "Outorgar a independência a

uma parte do território nacional em nada favorece os interesses nacionais e é, antes de tudo, um atentado contra a soberania da nação, pois estrategicamente está-se perdendo uma praia quilométrica". Por sua vez, o Movimento de Libertação Nacional declarou que os acordos sobre Belize "são inaceitáveis e indignos", já que "uns poucos não podem dar de presente o que pertence a nós todos".

Uma semana depois de finalizadas as negociações, realizou-se na cidade de Belize uma reunião de chanceleres da Comunidade do Caribe (Caricom) para analisar as "Bases de Entendimento" e apoiar as gestões a favor da independência. Na cerimônia inaugural, o primeiro ministro George Price advertiu que o acordo "não representa um arranjo final e completo do assunto". Pouco tempo mais tarde, Assad Sho-

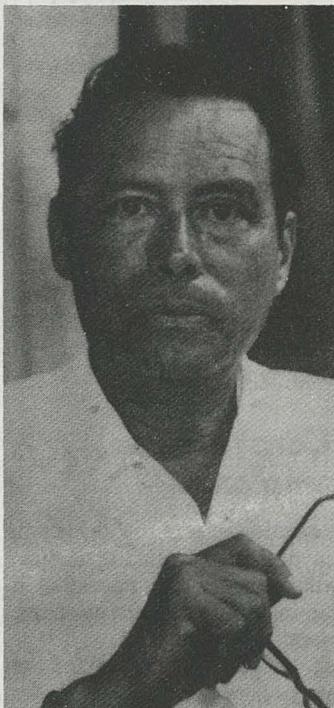
man, Ministro da Saúde, Habitação e Cooperativas, declarou na Costa Rica que "Belize ainda tem uma invasão guatemalteca" e expressou sua esperança de que, depois de assinado o convênio definitivo, essa possibilidade seja descartada.

O problema da defesa

Belize conta com uma Força Defensiva Voluntária de cerca de 800 homens e mulheres, que — em termos militares e diante da eventualidade de um ataque da Guatemala — equivale a zero. Este é um dos problemas que ainda resta solucionar: Como é que se resolverá o aspecto defensivo, caso se produza a independência definitiva de Belize em fins de 1981?

Consultadas a respeito, fontes do governo belízinho revelaram a *cadernos do terceiro mundo* que os "britânicos têm grande responsabilidade, já que a disputa sempre foi entre a Inglaterra e a Guatemala". Acentaram que a Grã-Bretanha "declarou estar disposta a participar na segurança de Belize depois da independência" mas que os belízinhos "se sentiriam mais seguros se outros países amigos colaborassem na defesa: Canadá, Panamá, México como também os países membros da Comunidade Britânica, particularmente os do Caribe".

Porta-vozes oficiais calculam que a garantia militar inglesa poderia ter um prazo de cinco ou seis anos e que, durante esse tempo, poderia se organizar aquilo que eles chamam de "força defensiva multinacional", embora estejam conscientes de que esse é um conceito novo na área das relações internacionais. Enquanto isso, existirá uma situação paradoxal: Belize chegará à sua independência protegida por um exército da metrópole que durante anos foi o ocupante colonial... □



Price: "o acordo não representa um arranjo final e completo do assunto"

Só restarão as árvores e os animais

A emigração maciça expressa o descontentamento geral com o regime de "Baby Doc"

George Danton

O negócio do momento no Haiti não é o tão promovido investimento na zona franca de Porto Príncipe (onde cada dólar de mercadoria exportada aos Estados Unidos deixa 38 centavos de ganho líquido), e sim a compra de barcos.

A operação é simples. Se você conta com oito ou nove mil dólares, pode comprar à vista alguns dos velhos veleiros que fazem percursos regulares entre Porto Príncipe e algumas das capitais provinciais costeiras. Por mais mil dólares, poderá contratar um piloto. O passo seguinte é lançar a notícia de que está para sair uma viagem para Miami. Se a embarcação tem uns quinze metros de comprimento poderá acomodar sobre sua coberta aproximadamente uns cem passageiros, todos eles dispostos a pagar, cada um, 200 dólares pela viagem. Com três ou quatro mil dólares mais, distribuídos entre um comandante, um juiz e um par de autoridades portuárias, ninguém verá a partida. Naturalmente, não haverá companhia de seguro no mundo que queira cobrir os riscos da expedição, pois se ela chegar ao destino, os navios guarda-costas norte-americanos apreenderão o navio por estar ilegalmente em suas águas. Mas isso não importa: em menos



Velhos veleiros para um negócio às custas de muitas vidas humanas

de uma semana você terá embolsado 20 mil dólares, ou seja, terá recuperado seu investimento com um ganho líquido de 50%.

Uns 16 mil haitianos chegaram nessas condições aos Estados Unidos em 1980. Ninguém sabe quantos morreram no caminho, mas os sobreviventes contam histórias aterrorizantes de barcos inteiros desaparecidos, passageiros mortos de fome e de sede em alto mar e de capitães que jogaram na água metade de sua "carga" para evitar um naufrágio iminente. Algumas fontes falam de uns 3% de mortos. Para outros, a cifra é ainda maior. Tudo isso se sabe em Porto Príncipe.

Porém, no pauperizado noroeste, os filhos seguem pressionando os pais para que vendam suas parcelas de terra a fim de pagar a travessia.

Fugindo da fome

"Ninguém pode parar com isso e as autoridades parecem muito contentes com a fuga, já que nada se faz para enfrentar a situação", comenta um sacerdote que chamaremos "Jean-Paul", pois foi feito um compromisso de não se revelar seu nome verdadeiro. Cada vez há menos terras e ela é cada vez mais árida e pobre. Não há canais para pro-

por soluções nem possibilidade de que se ouça uma voz de protesto.

"Partem os que têm certa consciência, os que trabalharam conosco no desenvolvimento comunitário. Os que vêm os problemas, quiseram fazer algo, mas não podem fazer nada sozinhos e não encontram outra saída. Se os que se vão fossem somente os mais pobres, a gente entenderia. É a falta de trabalho. São refugiados econômicos. Porém, os que fogem estão em idade de trabalhar e podem fazê-lo. Há aqueles que pagam entre 1.600 e 2 mil dólares para chegar a Miami."

No Haiti, isso é muito dinheiro. Um visto (falso) para os Estados Unidos pode ser comprado por dois mil dólares. Um universitário, com um pouco de sorte, pode conseguir-lo legalmente. Nos Estados Unidos há mais médicos haitianos que no próprio Haiti, enquanto que na província do noroeste há um só médico e 20 camas de hospital para 75 mil pessoas. Três mil pessoas morreram de fome durante a última seca, que se prolongou por quatro anos. "As colheitas são cada vez piores — explica o padre Jean-Paul — por causa das condições atmosféricas, da erosão, da seca. E a única solução que se dá ao problema da fome é a ajuda alimentar. Cada vez que há um desastre, são chamados os norte-americanos. A Care (uma organização norte-americana de assistência humanitária) dá milho, trigo, óleo. E cada vez que se distribuem alimentos, as pessoas se tornam mais pobres, retrocedem em seu desenvolvimento, perdem seu senso comunitário porque têm que lutar por esse alimento. Tornam-se, enfim, cada vez mais dependentes em relação às fontes dessa suposta 'ajuda para o desenvolvimento'..."

Jean-Paul acredita que os problemas dos camponeses teriam solução se fossem executados

projetos de irrigação nas planícies de Labre e dos Mosquitos, que poderiam tornar aproveitáveis mais de 30 mil hectares para a agricultura. Porém "a gente percebe que ninguém pensa nessa solução e que, na realidade, essas terras pertencem a umas trinta famílias que vivem em Porto Príncipe".

Enquanto isso, 40% dos camponeses haitianos têm uma receita anual de 14 dólares. Segundo as estatísticas oficiais, o analfabetismo é de 87%. Nossa sacerdote estima que a porcentagem é maior, "talvez entre 90 e 92%. Apenas um entre cada dez habitantes pode ler o suficiente para entender uma ata de batismo".

Escravos

Do noroeste da ilha sai a maioria dos que buscam trabalho no exterior. Frequentemente, sua primeira escala é a capital, Porto Príncipe, onde um de cada três habitantes é um imigrante do interior. Do meio milhão que vive na capital, uns 200 mil moram em *bidonvilles* (favelas) de papelão e lata. Milhares de pessoas dormem nas ruas, praças e galerias comerciais. Todos sonham em partir um dia.

E o governo os estimula. "Necessita-se de cortadores de cana na República Dominicana!" Em 1979, o Haiti recebeu 1.250 mil dólares pela "venda" de uns 15 mil trabalhadores braçais que ganhavam dois dólares de diária. A cada duas semanas ele são descontados em um dólar, poupança forçada com a promessa de ser devolvida no fim da safra... e que jamais recebem. O resto é gasto em vales, que só servem para comprar no armazém que a empresa tem no local.

Em agosto de 1979, a venerável Sociedade Antiescravagista londrina denunciou o caso como uma forma dissimulada (não muito) de escravidão. Os do-

cumentos dos trabalhadores ficam em poder dos contratadores que trabalham para a transnacional *Gulf and Western*. Um haitiano sem documentos fora das plantações é um homem perdido em qualquer parte da República Dominicana.

"Durante o dia — relata um funcionário internacional de nível diplomático no Haiti — há severo controle na fronteira. Porém, à noite os deixam passar. Há militares esperando-os do outro lado, os prendem (é ilegal cruzar a fronteira sem visto) e quando há 150 ou 200 deles, os colocam em caminhões e são vendidos às plantações a dez dólares por cabeça, junto com os 'fugitivos' que tentaram escapar das barraças onde eles são amontoados."

Os mais corajosos, tentam chegar à Martinica ou Guadalupe, onde o *créole* (idioma local) não difere muito do que se fala no Haiti. E apesar das severas restrições migratórias da administração colonial francesa, há entre 25 e 30 mil haitianos em Guadalupe.

Trezentos mil haitianos na República Dominicana, 230 mil em Brooklin (a maior cidade haitiana, depois de Porto Príncipe), milhares deles estão distribuídos por todo o Caribe. "Há pessoas — comenta um professor — que pensam que há haitianos no mundo todo. Que se chegam na Checoslováquia encontrarão com algum primo distante com o qual falarão o *créole*".

Refugiados políticos?

Como quase sempre acontece, o problema da emigração haitiana só foi conhecido pelo mundo quando começou a afetar os Estados Unidos. Barcos repletos de haitianos chegaram no ano passado às costas da Flórida junto com a muito divulgada emigração cubana. No entanto, enquanto esses últimos foram tratados

pela imprensa como heróis e pelas autoridades de migração como "refugiados políticos", os haitianos eram detidos como imigrantes ilegais e eram deportados. A comunidade negra e círculos liberais denunciaram esse tratamento diferente como um caso de racismo e, em junho passado, um juiz considerou como um direito para quatro mil haitianos que entraram ilegalmente que seus casos fossem julgados individualmente nas cortes, se pedissem asilo político. Em julho, outro juiz descobriu — baseando-se no testemunho de um *toton macoute* (polícia secreta do Haiti) arrependido — que o presidente vitalício Jean-Claude Duvalier havia ordenado a prisão de todo haitiano repatriado.

Em novembro, 200 haitianos se afogaram nas ilhas de Cayo Lobos, Baamas, em frente à costa norte-americana. Os sobreviventes, apinhados sobre uma ilhota não maior do que um campo de futebol, tiveram que ser levados à força para os barcos que iam repatriá-los e declararam que preferiam morrer de fome nessas ilhas desertas do que voltar para o Haiti.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas

para os Refugiados Políticos, há uns 25 mil haitianos ilegais nas Baamas e o governo local ameaça deportá-los, alegando que "prejudicam a economia do país". Em caráter privado, os funcionários de migração das Baamas reconhecem que os haitianos aceitam trabalhos que seus compatriotas não querem realizar por baixos salários, especialmente no campo. Porém, a capacidade do arquipélago de absorvê-los teria chegado a seu limite, sendo deportados cerca de 400 imigrantes, em média, por mês. Se esse ritmo não se acelerou, isso se deve à expectativa pela decisão que os tribunais norte-americanos irão adotar pois, eventualmente, poderiam dar às Baamas uma alternativa menos cruel para livrarse dos indesejáveis.

Apartheid idiomático

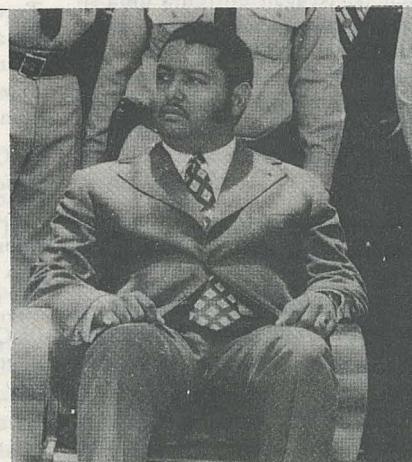
A decisão da justiça dos Estados Unidos tem óbvias implicações políticas. Admitir os haitianos como refugiados políticos equivaleria a uma condenação ao regime de Duvalier, velho aliado dos Estados Unidos, e ao sistema econômico de total abertura ao capital estrangeiro, que é precisamente o modelo que a Casa Branca propõe para o Caribe. O presidente vitalício "Baby Doc"

Duvalier não parece duvidar de que goza das simpatias de Reagan. Logo que se soube que este havia ganho as eleições, ele esqueceu todas as promessas de "abertura" e desencadeou, a partir dos primeiros dias de dezembro, uma onda repressiva contra jornalistas, sacerdotes, políticos oposicionistas e defensores dos direitos humanos. Os que conseguiram escapar da prisão não encontraram outro caminho a não ser o exílio.

Todo o país dá a impressão de ter se convertido em uma grande prisão, da qual seus habitantes só pensam em escapar. "É como o colonialismo interno que existe na África do Sul", comenta um perito agrícola estrangeiro. "A economia camponesa não mudou desde a época da colônia. Só se substituiu o colonizador branco por uma minoria negra e mulata, uns 5 ou 6% da população que monopoliza o poder político, econômico, cultural. Confinam as massas rurais — que constituem 80% da população — em reservas semelhantes aos 'bantustões' sul-africanos. E essa minoria de burgueses, comerciantes, importadores e exportadores, é bilíngue: fala o idioma nacional, o *créole*, e também o francês, fazendo deste o idioma oficial, para isolar a massa de toda participação no poder. É uma barreira linguística que funciona do mesmo modo que a barreira racial no *apartheid*".

Desarticulada a oposição interna por sucessivos golpes, a fuga se converte na única forma possível de expressar uma reação. "Penso — comenta o padre anônimo — que o êxodo é a primeira expressão do descontentamento geral no Haiti. É como se o povo tivesse se levantado em massa. Eu ouço muito bem os camponeses dizerem: Se isso continuar assim, vamos deixar o país vazio, para que eles só possam mandar nas árvores, nos rios e nos animais..." □

O presidente vitalício do Haiti, o "Baby Doc": depois da vitória de Reagan, o esquecimento das promessas de "abertura" e a repressão à oposição



“Construiremos uma democracia popular”

O comandante Cienfuegos nega que a FMLN tenha armas soviéticas e adverte para os perigos da regionalização do conflito

Diego Achard

Esta entrevista exclusiva com o comandante Germán Cienfuegos, um dos cinco membros da direção unificada da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), foi realizada em território salvadorenho libertado. Numa pausa entre os combates, Cienfuegos tirou um tempo de seu descanso para fazer chegar ao público latino-americano e terceiromundista a palavra da FMLN. Pelo trabalho consequente de *cadernos do terceiro mundo* e pela grande relação que tem nosso colaborador Diego Achard com as forças progressistas salvadorenhas, em meio a medidas extremas de segurança, o comandante Cienfuegos partilhou com ele e — por meio da entrevista — com todos os nossos leitores, de alguns momentos de um dos dias mais “quentes” do combate.

Especula-se a possibilidade do governo salvadorenho propor à Organização dos Estados Americanos (OEA) a formação de uma força interamericana de intervenção. Acha possível que isso aconteça?

— O povo está preparado para o pior. Mas devemos impedir essa intervenção que prolongaria a guerra e regionalizaria o conflito.

A mudança na Casa Branca teve alguma relação com a decisão da Frente Farabundo Martí de deflagrar uma grande ofensiva em janeiro?

— Em questões políticas, a data sempre é relativa. Sem dúvida, em nosso país, a política

norte-americana tem muita incidência. Reagan enfrenta uma situação complicada já que nós ganhamos uma posição de força a partir da ofensiva de janeiro e isso nos dá uma grande capacidade ofensiva em todos os campos.

Vietnamização da América Central

E a possibilidade de uma intervenção da Guatemala e de Honduras?

— Temos informação confirmada de que a Guatemala está criando uma ponte logística limitada, com a ajuda de alguns aviões que foram levados para di-



Guerrilheiros salvadorenhos

versas bases aéreas de El Salvador. Mas nosso Comando Geral fez um informe advertindo sobre o perigo de uma política irresponsável e aventureira dos Estados Unidos, que estão por trás da Guatemala.

Em primeiro lugar, vai-se generalizar a guerra em Honduras. Atrás de El Salvador, como se sabe, existe uma zona montanhosa muito extensa (em território hondurenho) que nos veríamos obrigados a ocupar em caso de uma intervenção de tropas de outros países. Por outro lado, entendemos que a reação do povo costa-riquenho criaria uma situação de crise nesse país. E o Tratado do Canal do Panamá seria posto em perigo. Também se intensificaria o apoio que nos dão os irmãos revolucionários da Guatemala e seu comando.

Quer dizer, o conflito se regionalizaria...

— Isso mesmo. Não é o que queremos, mas se essa intervenção se intensificar, teremos que dar esse passo.

Qual o papel do México nesse quadro?

— A política defendida pelo governo mexicano é um muro de contenção para impedir uma intervenção em grande escala, que poderia estender-se desde a Gu-



tem a até o Canal do Panamá. A política independente e soberana do México é um exemplo.

Apesar da possibilidade de uma intervenção, vocês afirmaram que poderia haver um diálogo com os Estados Unidos. Em quê consistiria esse diálogo?

— Em diversas ocasiões, o governo dos Estados Unidos enviou mensagens por alguns intermediadores. Nós consideramos os Estados Unidos um vizinho importante e nossa atitude sempre refletiu nossa disposição de ter relações construtivas com eles, independentemente de quem esteja no governo. Mas temos notado ultimamente uma atitude provocadora e irresponsável por parte do Departamento de Estado e do Pentágono, que põe em perigo a paz na América Central.

Medidas de governo

Quais as medidas que vocês adotariam caso chegasse ao poder em El Salvador?

— Um país pobre como o nosso está submetido, na primeira etapa de sua libertação, a uma forte dependência econômica. Nós pensamos que o desenvolvimento econômico deve estimular, por um lado, a empresa privada e, por outro, as empresas estatais mistas e cooperativas.

Não pensam então num sistema socialista?

— Nossa governo não será socialista. Será um governo baseado na democracia popular e combinará todas as formas de organização econômica e política.

No entanto, insiste-se em que vocês são marxistas-leninistas...

— Nós somos farabundistas.

O que quer dizer isso?

— O farabundismo nasceu em 1930, com a idéia de ganhar a independência política, de romper o laço e as correntes da dependência a que nos submetiam as potências estrangeiras, como a Inglaterra. Essa é a primeira característica: a luta pela independência, pela soberania, pela autodeterminação. No terreno da luta popular, o farabundismo representa uma aliança de operários e camponeses com os setores democráticos, inclusive as camadas médias e os pequenos empresários.

Quais seriam as definições no campo internacional?

— Isso também está definido em nosso programa de governo democrático revolucionário: teremos relações com todos os Estados e governos do mundo sem exceção e sem discriminação. Consideramos que ampliar as relações com todos os países é uma garantia para consolidar nossa posição soberana de autodeterminação e independência que nos permitirá um desenvolvimento econômico, político e social autônomo.

As armas da FMLN

Uma das metas das missões de alto nível enviadas por Reagan à Europa e à América Latina era convencer os governos visitados de que o armamento usado pela Frente Farabundo Martí é de procedência soviética, vietnamita e até chinesa. No entanto, nos dias que passei em El Salvador,

pude comprovar que vocês têm armas norte-americanas, belgas e israelenses. Como se explica isso?

— As peças de artilharia que utilizamos são norte-americanas. Nas unidades de infantaria temos rifles belgas e alemães, Galil israelenses e M-1 norte americanos, além de outras armas de países ocidentais. A campanha de Reagan é outra cortina de fumaça: quer fazer crer que a FMLN tem armas soviéticas e chinesas que não conhecemos nem sabemos manejá-las.

Como está organizada a FMLN?

— A direção suprema política e militar é o Comando Geral, formado por cinco comandantes: Salvador Cayetano Carpio, Jorge Handal, Roberto Roca, Joaquín Villalobos e eu. Esse é o comando político-militar, que dirige a guerra e a política da FMLN. E controla uma série de comandos insurreicionais nas diversas frentes (occidental, central e oriental).

O que é um comando insurreccional?

— O comando insurreccional é o mais ligado ao povo, à diferença das unidades estratégicas militares, que são unidades do exército regular e irregular. O comando insurreccional inclui a milícia popular, os comitês populares, enfim, todo o povo que vai se incorporando.

Comandante, queríamos finalizar esta entrevista perguntando-lhe algo pessoal. Quais são as raízes do seu compromisso político?

— Como muitos companheiros, procedemos do que poderíamos chamar de setores cristãos revolucionários que, neste momento, formam a grande maioria da militância.

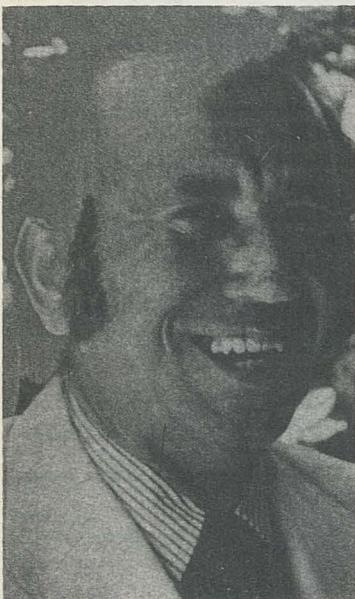
Com que idade se incorporou à luta política?

— Tinha uns 16 anos. Era estudante do colégio católico dos jesuítas. □

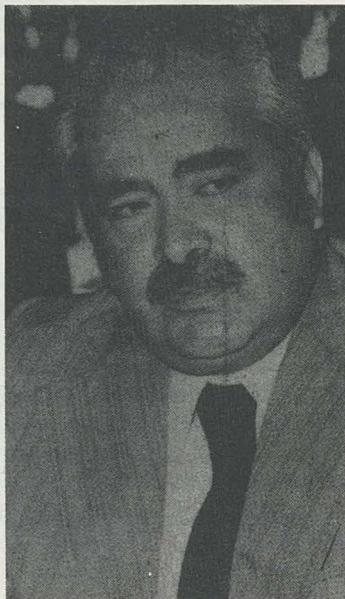
Alinhando-se aos EUA

O apoio do governo democrata-cristão à Junta salvadorenha enfrenta uma crescente oposição interna

Roberto Batalla



Carlos Andrés Pérez



Herrera Campins

As posições do governo democrata-cristão da Venezuela em relação à Nicarágua, El Salvador e o Caribe em geral, têm provocado desentendimentos com as diferentes forças políticas do país, pela aproximação cada vez maior à política exterior dos Estados Unidos.

Em um recente informe destinado a analisar a crise salvadorenha ("Dissent paper on El Salvador and Central America") o establishment norte-americano destaca oito fatores que incidem no destino do conflito. Um deles é a política do governo venezuelano na área. Diz o informe:

"O governo de Herrera Campins se converteu em um aliado indispensável de nossa política na América Central. A política venezuelana em relação a El Salvador e, de fato, em relação à maioria dos assuntos regionais e globais — coincide em grande parte com a nossa. Os democratas cristãos do Copei (PDC venezuelano) se identificam com seus colegas da Junta salvadorenha e os apoiam. O apoio venezuelano, tanto em termos econômicos como de segurança, complementa e dá uma necessária legitimidade aos nossos próprios esforços."

Por outro lado, o mesmo informe assinala os fatores inter-

nos que pressionam o governo e influenciam sua conduta na área. Entre eles, os problemas econômicos (inflação, desemprego, elevado custo de vida) que criam um ambiente de intransquilidade. A oposição social-democrata e de esquerda não tem hesitado em criticar, em duros termos, a política externa do presidente Herrera Campins.

Estamos envergonhados

Diante de um comunicado da chancelaria venezuelana em apoio à Junta salvadorenha, Carlos Andrés Pérez, ex-presidente e líder do poderoso partido social-democrata "Ação Democrática", afirmou: "A crise política e social de El Salvador tem sido conduzida perigosamente. Não é verdade de que a Junta desse país represente o povo salvadorenho.

"É inquietante e lamentável que um setor da Democracia Cristã esteja fazendo o jogo da Junta nesta dramática situação que custa dezenas de vidas a El Salvador todos os dias. Não são somente pequenos grupos de guerrilheiros que estão lutando contra a Junta militar, e sim a imensa maioria da população que está em desacordo com esta situação..."

Teodoro Petkoff, presidente do Movimento ao Socialismo, a terceira força eleitoral do país, declarou que "em relação a El Salvador e à interferência aberta do governo venezuelano nos assuntos desse país, meu partido

tem um julgamento político e moral contrário... Nos sentimos envergonhados por essa intervenção, que não se limita somente ao plano político, mas que abrange o terreno econômico, e o que é muito pior, o militar".

Em outra oportunidade ("O Diário", 21/01/81), o mesmo Carlos Andrés Pérez afirmou: "A política externa da Venezuela tomou um caráter partidário, sectário, orientado pelo específico interesse de estimular e favorecer governos democratas-cristãos na região, ou pelo menos fortalecer os movimentos dessa tendência."

Desprestígio

Pérez sustenta também que a "Democracia Cristã lançou por terra seu prestígio e condição indiscutível de força democrática

ca, com o seu apoio à Junta salvadorenha, que significa respaldar a oligarquia desse país com a miragem da presidência de um de seus líderes, Napoléon Duarte: o 'homem de palha' dos militares."

Pérez declara-se partidário de uma solução pacífica e, quando existiu a possibilidade de um acordo nacional, afirmou que apoiou a corrente social-democrata e os militares democratas liderados pelo coronel Majano.

Interrogado sobre a possível intervenção armada dos Estados Unidos, disse: "Não me resta a menor dúvida de que esta possibilidade existe. Não creio porém, que a desejem ou que a estejam preparando. Devo pensar que o governo dos Estados Unidos entende e comprehende o que isso significaria para suas relações

com a América Latina, assim como também para sua política global frente ao bloco soviético. O que teriam então para argumentar no caso do Afeganistão?"

O governo venezuelano tentou obter do Pacto Andino um apoio explícito à sua linha política no caso salvadorenho. Porem, essa tentativa fracassou. O próprio Pacto está em grave crise interna e dificilmente poderá ter, a curto prazo, um papel relevante na América Central.

Nesse contexto, as recentes viagens do chanceler Zambrano ao Brasil, Argentina e Chile, foram interpretadas em Caracas como uma tentativa de superar o perigo de um isolamento internacional, que seria grave para um país que mantém litígios fronteiriços com dois de seus vizinhos: a Colômbia e a Guiana. □

O outro lado da verdade

cadernos do
terceiro
mundo

cadernos do
terceiro
mundo

cadernos do
terceiro
mundo

Receba terceiro mundo por um ano pagando apenas: (assinale com um "x")

Cr\$ 1.050,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____

Cidade _____

Estado _____

Data / / Assinatura _____

CEP _____

Preencha e envie hoje mesmo este cupom, anexando cheque ou valor postal em nome de

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Lapa, 180 • Sobreloja "A" • Telefone 242-1957 • Rio de Janeiro

Direitos do mar à deriva

A atitude intransigente da nova administração norte-americana e os interesses das transnacionais põem em perigo as pacientes e longas negociações sobre um patrimônio comum da humanidade

J. Montserrat Filho

No momento em que viajava no metrô de Nova Iorque, John Temple Swing, delegado norte-americano à Conferência da ONU sobre Direito do Mar, leu num jornal que acabava de ser demitido por Reagan e Haig. Entrevistado posteriormente, o diplomata declarou que, sem dúvida, estava deprimido com a evidente falta de cortesia, mas não surpreendido com a nova posição dos EUA na citada conferência.

Swing deu a entender, diplomaticamente, que ambas as indelicadezas são efeitos de uma mesma causa. Tanto a forma grosseira como foi afastado do seu cargo, sem aviso prévio, como a decisão de sabotar a Conferência, precisamente no momento em que começa a dar resultados positivos após sete longos anos de negociações, são atitudes típicas do novo estilo, rústico e intolerante, que Reagan estabeleceu na Casa Branca. A moda é ser "duro" e trovejar em vez de falar, não importando que tudo acabe em pura e simples estupidez. Mas o próprio Swing deixou de lado o natural rancor e, sensatamente, se encarregou de advertir: "O governo poderá ter uma surpresa se pensa que, ao rejeitar o que já foi aprovado, vai conseguir ainda mais, adotando uma linha dura."

E o que é que já foi aprovado na Conferência e que Reagan

pretende rejeitar? Nada menos que o princípio segundo o qual as fantásticas riquezas minerais do fundo dos mares e oceanos, fora da jurisdição dos países, são patrimônio comum da humanidade, não podem ser objeto de apropriação particular e não devem ser exploradas só em benefício de corporações transnacionais, mas também em proveito de todos os países, inclusive as nações pobres, sem recursos, que

são a maioria e já estão cansadas de sentir na própria carne a atuação das empresas transnacionais quando ninguém as controla.

Como é que se poderia conseguir a concretização desse princípio? Sete anos de negociações com as grandes potências capitalistas protegendo os interesses das corporações transnacionais e, por outro lado, o resto do mundo, deram a resposta possível e



A comunidade mundial admite a participação das corporações transnacionais na exploração das riquezas do mar, mas sob o controle de uma autoridade internacional

imparcial: por meio da criação de uma agência especial das Nações Unidas, que exerçeria o controle de toda exploração do subsolo marinho. E essa agência, organização ou autoridade internacional promoveria, também, a exploração direta de determinadas áreas, usando para isso a tecnologia dos países desenvolvidos e repartindo os benefícios desse trabalho entre todas as nações, independentemente de seus níveis de desenvolvimento. Por cada concessão de exploração às empresas privadas, a Agência exploraria uma área de igual tamanho.

Obviamente isso foi uma solução de compromisso. A comunidade mundial admite a participação das corporações transnacionais, em virtude de seu inegável poderio financeiro e tecnológico, mas sob o controle de uma autoridade internacional, na qual to-

dos os países do mundo gozariam de iguais direitos, e — condição imprescindível — em troca da tecnologia necessária. As transnacionais poderiam, sim, explorar os fabulosos nódulos marinhos de cobre, níquel, cobalto e manganês, avaliados em três bilhões de dólares, mas só mediante um acordo com a agência especial da ONU e concedendo, em compensação, os recursos tecnológicos indispensáveis para que esta realize suas próprias explorações minerais submarinas.

Isso representa um compromisso vantajoso para a comunidade mundial. Por um lado, impediria o saque delirante e irracional das riquezas do fundo dos mares e, por outro, quebraria o monopólio tecnológico das corporações transnacionais numa atividade de importância inestimável para todos os povos.

Os trustes querem mais

Pode-se conceber uma solução mais realista e justa nas condições atuais do mundo? Para as empresas transnacionais seria um bom negócio, pois teriam acesso às riquezas que elas tanto cobiçam, de maneira legalizada, reconhecida e garantida internacionalmente, sem lutas encarniçadas com grupos rivais e competidores.

Tudo isso foi posto no papel, de forma civilizada, e se elaborou um projeto de Tratado sobre Direito do Mar, com possibilidades de ser assinado este ano por todos os países (mais de 150), inclusive os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental, que foram os que mais resistiram nos sete anos de negociações.

Porém, no ano passado, quando o projeto tinha acabado de ser esboçado em seus 320 artigos, surgiu, tanto nos Estados Unidos como na Alemanha Ocidental, uma violenta reação das corporações transnacionais. E a pressão foi tão forte que, em ambos os países, foram aprovadas leis permitindo a livre exploração do fundo dos mares por parte dos monopólios, numa manobra totalmente arbitrária e insustentável do ponto de vista do Direito Internacional.

O objetivo era neutralizar e desmoralizar de antemão o Tratado, que seria a expressão da vontade e dos interesses de todo o conjunto de nações. Os círculos dominantes nos Estados Unidos e potências aliadas revelaram-se abertamente contra as conquistas da Conferência sobre Direito do Mar, querendo impor uma lei nacional em prejuízo de um acordo internacional.

Razoável a princípio, Carter começou a fazer concessões aos setores ultraconservadores, pen-

sando com certeza na reeleição, mas, na realidade, abriu o caminho para a vitória de Reagan.

Este demorou apenas dois meses para executar o que constava da plataforma republicana desde a Convenção de seu partido, realizada no ano passado em Detroit: rejeitar qualquer acordo internacional, que "iniba os direitos norte-americanos de exploração dos abundantes recursos minerais do fundo marinho". Argumentou-se, sem nenhum respeito para o resto do mundo, que "está sendo desperdiçada muita preocupação com nações incapazes de explorar o subsolo marinho, em detrimento dos interesses norte-americanos sobre o assunto". Daí a grosseira demissão dos delegados norte-americanos na Conferência e o "claro rompimento" com o que estava acertado até pouco tempo.

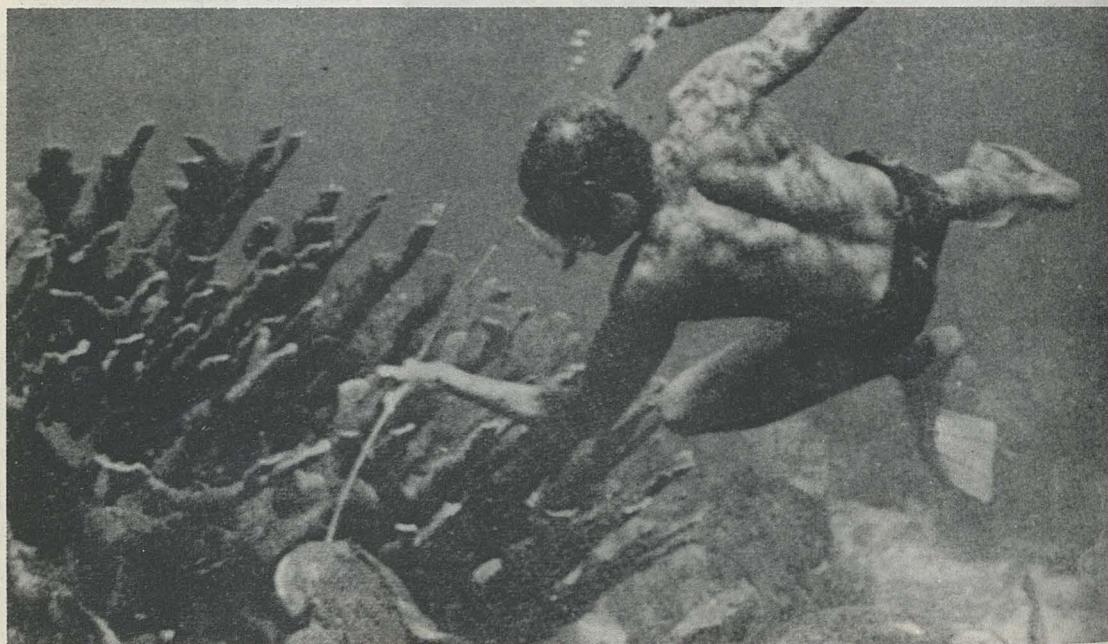
Era previsível: Reagan não teve a menor consideração com o

enorme trabalho realizado durante todos esses anos e cumpriu, com o devido rigor, as exigências dos grandes monopólios a quem oferece todos os benefícios de sua política econômica. Segundo o ex-chanceler venezuelano Simón Consalvi, o que procura é "impôr a lei da selva no fundo dos mares".

As transnacionais já se lançaram à conquista do novo Eldorado. Mas é muito provável que não consigam o que tão desesperadamente perseguem. O mundo mudou bastante e já existem forças suficientes contra sua ação predatória e rapineira. Um número cada vez maior de países, quando não se articulam para nacionalizar as transnacionais com a finalidade de estancar a sangria que elas provocam, empenham-se em disciplinar com crescente

rigor os negócios e as remessas de lucros dessas corporações que alcançam somas astronômicas. Na América Latina, por cada dólar investido, elas recebem quatro de volta.

Agora, por exemplo, a maioria esmagadora dos países, cobrindo um amplo leque, já se mobiliza para responder à prepotência de Reagan contando, inclusive, com o aval da Europa Ocidental, contrária a uma ruptura tão vergonhosa. Integrando essa frente de resistência à "lei da selva no fundo dos mares", os presidentes Figueiredo, do Brasil, e Turbay Ayala, da Colômbia, na declaração conjunta de Bogotá, souberam defender a necessidade de "coordinar esforços para que a Autoridade Internacional que administre os fundos marinhos e oceânicos (...), tenha um caráter que permita benefícios universais". Impõe-se a união para a luta. □



Depois de Reagan assumir o poder, os EUA não querem mais repartir as riquezas do mar

As negociações

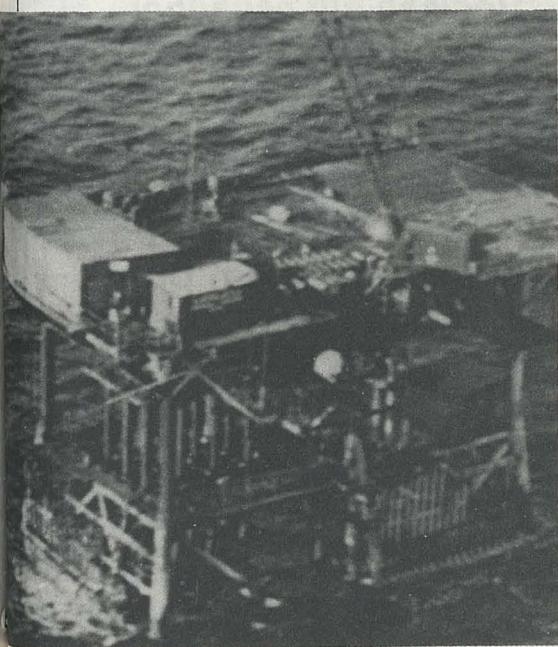
Os mares e oceanos cobrem 370 dos 510 milhões de quilômetros quadrados da superfície do planeta e sua posse ou controle é um dos mais antigos problemas do direito internacional. Para encontrar uma solução definitiva aos múltiplos problemas da legislação marinha, as Nações Unidas convocaram em 1958 a Primeira Conferência Internacional sobre Direito do Mar (Confemar).

A Terceira Confemar reuniu-se pela primeira vez em dezembro de 1973 e desde então mantém sessões anuais, com a participação de 158 países, sem ter conseguido ainda um acordo definitivo. Na sessão do ano passado, no entanto, chegou-se a redigir o chamado Texto Integrado Oficioso para Fins de Negociações, que despertou esperanças sobre a possibilidade de se chegar a um texto final em 1981.

O Texto Integrado está dividido em três partes, uma para cada Comissão da Confemar. A primeira trata dos problemas de jurisdição e, em linhas gerais, concordaria sobre o estabelecimento de uma faixa de soberania de três a 12 milhas e "uma zona econômica exclusiva" de 200 milhas, o que implica um convênio entre as posições extremas: de um lado, os países do Terceiro Mundo que reivindicam 200 milhas de mar territorial e do outro, as grandes potências que só reconhecem as três milhas tradicionais. A segunda comissão — a menos conflituada — ocupa-se da preservação do ambiente marinho e da pesquisa científica. Na terceira, estudam-se os aspectos relativos ao leito marinho fora da jurisdição nacional, os problemas da exploração econômica de seus recursos e a partilha equitativa dos benefícios que dela emanem. É aí que a atitude intransigente do governo norte-americano ameaça fazer fracassar longos anos de pacientes negociações.

O acordo a que se tinha chegado no Texto Integrado estabelece que essa zona é "patrimônio comum de toda a humanidade". No entanto, esse princípio choça-se com o fato de que são grandes empresas transnacionais quem tem a tecnologia e o capital necessários para explorar esses recursos, particularmente os chamados "nódulos polimétálicos" (pequenas esferas cor de café que jazem nos fundos marinhos e são ricas em metais estratégicos como manganês, níquel, cobre, cobalto, chumbo, vanádio e titânio).

O princípio do acordo agora vetado pelos Estados Unidos previa o controle da exploração dessas riquezas por parte do Conselho Internacional do Mar, composto por 36 Estados, que deveria conciliar os interesses dos países investidores nas explorações (e suas empresas transnacionais), dos países produtores de metais que poderiam sofrer com essa competição, e o resto dos países do Terceiro Mundo que merecem uma distribuição equitativa desse "patrimônio comum da humanidade".



comercio exterior

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.

Edições do BANCOMEXT

**Do centralismo
protecionista ao regime
liberal (1837 - 1872)**

**Nota, seleção e comentários
de Luís Córdova 350 pp. \$ 60.00**

***Jorge Witker e
Leonel Pérez Nieto
Aspectos jurídicos do
comércio exterior do
México 374 pp. \$ 150.00**

***Miguel Lerdo de Tejada
Comércio exterior do
México (desde a conquista
até hoje)**

**Edição fac-símile
350 pp. \$ 60.00
(edição em espanhol
esgotada) 488 pp.
135 ilustrações a cor
\$ 250.00**

**Envie correspondência, cheque ou ordem postal
em nome do:**

**Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.
Departamento de Publicações
Av. Chapultepec 230 - 2.º And.
México 7, D.F.**

***Comércio Exterior
Órgão oficial do
Bancomext**

**Publicação mensal
Distribuição gratuita**

Bulawayo, a guerra não acabou

A rebelião de antigos guerrilheiros contra o primeiro governo independente do país não impede que Robert Mugabe continue aplicando seu programa de reformas

Pedro Sanches



A quase um ano da independência, o Zimbabwe ainda não conseguiu dissipar o fantasma da guerra. Um número não determinado, mas que parece ser elevado, de antigos guerrilheiros abandonou nas últimas semanas seus acampamentos na região de Bulawayo e infiltrou-se no interior do país, desobedecendo às ordens governamentais de integração ao exército nacional.

Os observadores não acreditam na possibilidade de se repeti-

rem batalhas tão graves como as registradas em princípios de fevereiro em Bulawayo, já que os ex-guerrilheiros que fugiram do controle governamental não dispõem de armamento pesado e estão distanciados de suas bases de apoio. Mas mantém-se a instabilidade no sudeste do país diante do medo de que esses rebeldes passem a agir como grupos de bandidos com o apoio de forças políticas e governos estrangeiros interessados em desestabilizar a ex-colônia (que os britânicos chamavam Rodésia).

Os combates de fevereiro, que deixaram um saldo de mais de 200 mortos e centenas de feridos, foram a consequência lógica de incidentes semelhantes em novembro do ano passado. Em ambos os casos, os distúrbios foram provocados por ex-combatentes em Bulawayo, segunda cidade do Zimbabwe e tradicional baluarte da União Popular Africana do Zimbabwe (Zapu), o movimento criado por Joshua Nkomo, historicamente baseado na etnia *ndebele* que habita o sudoeste do país.

Os incidentes tiveram conotações tribais, mas sua raiz é essencialmente política, relacionada com a consolidação e a expansão em todo o país do prestígio da União Nacional Africana do Zimbabwe (Zanu), que o primeiro-ministro Robert Mugabe preside. Depois de longos anos de rivalidade, a Zanu e à Zapu constituíram, em 1975, a Frente Patriótica. Essa coligação anticolonialista voltou a dividir-se em 1980 e, nas eleições de fevereiro desse mesmo ano (para a designação do primeiro governo independente), a Zanu obteve uma maioria esmagadora. Inclusive na região do sudoeste, o partido do Primeiro-Ministro conquistou uma crescente adesão em detrimento de Nkomo, como ficou demonstrado nas eleições municipais de outubro do ano passado, que foram o prelúdio da primeira série de conflitos.

Por sua vez, a rebelião de fevereiro está, sem dúvida, vinculada à reorganização ministerial efetuada em princípio de janeiro e à crise governamental que ela provocou. Nessa ocasião, Robert Mugabe decidiu, entre outras modificações no gabinete, destituir Joshua Nkomo da pasta do Interior, acusado de lentidão e incapacidade na reestruturação da polícia e das forças de segurança restantes, ainda dirigidas por oficiais do antigo regime racista de Ian Smith.

O copresidente da Frente Patriótica estaria perdendo a liderança no seio de seu próprio partido e Mugabe decidiu demiti-lo depois das revelações do general Peter Walls (ex-comandante do exército rodesiano, expulso em setembro último do Zimbabwe por planejar um golpe de Estado), que afirmou ter organizado encontros secretos de Nkomo com representantes sul-africanos. Sem dúvida, a atuação ambígua do então Ministro do Interior nos incidentes de Bulawayo contribuiu para aquela decisão.

Num esforço para evitar a quebra total da coalizão governante, Mugabe ofereceu a Nkomo o Ministério dos Serviços Públicos, mas este recusou, alegando que assim ficaria distanciado do setor de defesa e segurança do país. Depois de um período de crise no qual a ruptura entre os dois copresidentes da Frente Patriótica parecia inevitável, Nkomo aceitou ficar como Ministro sem pasta, o que lhe permite manter seu posto no estratégico Comitê de Segurança, de apenas quatro membros. Também ficou sob sua responsabilidade o processo de integração dos antigos guerrilheiros da Zapu e da Zanu no exército nacional, que conserva grande parte dos oficiais e dos soldados do regime anterior, de acordo com o que ficara estipulado nas negociações que precederam a independência.

Bulawayo torna a explodir

No momento em que a situação parecia esclarecida (apesar de Nkomo abster-se de comentar favoravelmente a fórmula negociada) e enquanto se procedia à remoção de forças do Zipra (braço armado da Zapu) da região de Salisbury (em breve, Harare), no dia 8 de fevereiro, soldados leais a Nkomo assaltaram paíóis em Entumbane, na periferia de Bulawayo e atacaram os guerrilheiros do Zanla (braço armado da Zanu) aí acantonados. A partir de outros pontos de concentração do Zipra, forças rebeldes formaram uma coluna que avançou sobre Bulawayo com blindados e artilharia pesada, aparentemente com o objetivo de estabelecer uma capital rebelde. Em outras zonas do país, especialmente em Connemara, província de Midlands, registraram-se violentos combates entre guerrilheiros das duas facções. Unidades da polícia e do exército nacional intervieram para pôr fim aos combates.

No Parlamento, em Salisbury, o Primeiro-Ministro garantiu que os dissidentes seriam "esmagados" e disse ter ordenado à força aérea para bombardear as colunas de blindados que ameaçavam penetrar em Bulawayo.

O efeito de dissuasão da aviação foi decisivo. Os insurgentes retrocederam para refugiar-se na densa selva de Kenmaur, evitando-se assim o bombardeio. Dias mais tarde, os amotinados do Zipra renderam-se depois de negociações nas quais Nkomo interveio manifestando seu apoio à atuação do governo e do exército nacional.

Alguns dos seguidores de Nkomo vincularam os acontecimentos à crise ministerial de janeiro, na qual seu líder teria sido "humilhado" por Mugabe, que teria tentado "livrar-se" dele. Por seu lado, o Primeiro-Ministro

foi claro diante do Parlamento: "se existem pessoas planejando uma nova insurreição, saibam que estamos preparados para essa eventualidade". Para Mugabe, a rebelião dos ex-guerrilheiros do Zipra mostrou a "sinistra intervenção de organizações provocadoras que não foram identificadas".

Balanço positivo

Os sangrentos incidentes de Bulawayo transformaram novamente o Zimbabwe em um ótimo assunto para as agências transnacionais de informação. No entanto, embora isso tivesse deteriorado sua imagem internacional, o balanço de um ano de existência do jovem Estado é muito positivo em vários aspectos.

Descrito pela propaganda do regime de Ian Smith como "um diabólico marxista-leninista", que, uma vez no poder, iniciaria a perseguição racista eliminando os colonos brancos de todas as posições sociais e econômicas adquiridas durante a época colonial, Robert Mugabe, com grande habilidade e tato político, soube impor-se diante da comunidade branca que hoje reconhece nele "um grande estadista, com excepcional capacidade de moderação e diálogo". Essa reputação e a prática cuidadosa de seu governo permitiram que não se produzissem as temidas fugas de técnicos e quadros nem grandes atos de sabotagem econômica. O aparelho produtivo e administrativo continuou funcionando regularmente, de acordo com uma das metas que tinham sido traçadas pelo primeiro governo da maioria negra.

Isso não impediu que se introduzissem ou que estejam programadas reformas estruturais, mas sempre garantindo à burguesia branca que o processo será graduativo e que ela conservará um

espaço de atuação, apesar da perda de sua posição privilegiada.

Embora ainda esteja na fase de projeto um vasto programa de reforma agrária, as modificações já introduzidas na propriedade da terra permitiram uma considerável redução dos latifúndios da minoria branca, principalmente nas propriedades não-cultivadas ou subexploradas. As restituições de terras e a abolição de reservas tribais foram feitas sob formas cooperativas de produção agrícola, sistema que o governo tenta promover prioritariamente. O respeito aos direitos dos proprietários brancos não-absenteístas foi simultâneo com a abolição das leis que institucionalizavam o sistema de exploração do campesinato, e o aumento dos salários mínimos agrícolas e urbanos.

Quanto às empresas transnacionais, negocia-se com elas uma participação nacional superior a 50%. Recentemente, o Ministro das Finanças, Enos Nkala, anunciou que o governo zimbabweano concluiu as negociações com um grupo financeiro da África do Sul para compra de 61% das ações do *Rhobank*, terceiro banco do país.

Outra medida de importância foi a aquisição pelo governo de Mugabe, em janeiro, da maioria das ações do grupo sul-africano *Argus*, proprietário dos principais jornais diários do Zimbabwe. Com a criação, semanas depois, da empresa estatal *Mass Media*, uma das armas mais importantes no desenvolvimento do país — a informação — deixou de estar nas mãos de estrangeiros.

Um programa para o futuro

Essa política moderada, de passos gradativos, baseada num programa de reconciliação e progresso, produziu resultados notáveis no campo econômico. O crescimento, no último quinquê-



Mugabe (esquerda) e Nkomo: sem diálogo

nio antes da independência, tinha registrado uma taxa anual negativa de 11%, principalmente devido à guerra de libertação. Ao terminar 1980, a taxa de crescimento econômico foi positiva e superior a seis por cento. A reativação verificou-se em todos os setores. A agricultura apresentou uma expansão de 15% e este ano vai alcançar a maior colheita conhecida de milho, calculada em dois milhões de toneladas.

Em fins de fevereiro, Bernard Chidzero, Ministro do Planejamento e Desenvolvimento, divulgou o programa econômico do governo para os próximos anos, que fixa um crescimento anual médio de oito por cento. Segundo esse documento de 20 páginas, o objetivo final é "realizar uma sociedade igualitária e socialista nas condições de uma democracia" e pronuncia-se por "uma profunda transformação do sistema atual". Destaca-se a necessidade de uma fase de transição na qual "o setor público e o privado podem-se ajudar reciprocamente e desenvolver-se de maneira harmônica". O principal setor de realização de transformações socialistas será, segundo se afirma no programa governa-

mental, o agrário, com a criação de pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

Um número significativo dessas empresas deverá ser de propriedade cooperativa, entendendo-se por isso a "participação popular, democrática e socialista na propriedade e na administração dos recursos naturais".

Quanto aos investimentos, o governo estimulará a "participação de empresas privadas nas atividades produtivas que criem empregos para os zimbabweanos e que contribuam para o desenvolvimento econômico". Os investimentos estrangeiros serão aceitos em diversos setores, sempre que incluam uma participação nacional, dentro de um "sadio equilíbrio" entre investimentos internos e externos.

Os objetivos indicados com maior ênfase no programa do governo referem-se às medidas tendentes a reduzir a brecha que separa as receitas da população negra da branca, diferença "gravemente injusta, que constitui uma ameaça à paz social e à estabilidade do país", e ao combate ao desemprego entre a população de origem africana. □

Numeiry por um fio

Ao alinhar-se com o regime egípcio, o ditador sudanês corre o risco de atiçar a oposição interna e externa

Gabriel Omotozo



General Jaafar El Numeiry

O general Jaafar El Numeiry é o chefe de Estado africano que mais enfrentou tentativas de golpes contra o seu governo desde que em 25 de maio de 1969 tomou o poder utilizando o mesmo sistema. Nesse interim, ele já debelou 12 complôs, o que dá uma média de um para cada ano de governo.

Em 16 de março passado, Numeiry anunciou a última das iniciativas, cujas características muito lembravam as do golpe liderado por ele próprio. Os implicados, tendo à frente o brigadeiro da reserva Saad Bahar, foram detidos. Porém, Numeiry se sente ameaçado e tem intensificado a repressão, ao mesmo tempo que solidificou a aliança de seu governo com os Estados Unidos e Egito. Deles recebe uma assistência militar com a qual espera superar seus problemas internos e externos.

O governo de Washington o instruiu publicamente a construir bases militares no território sudanês. O presidente Ronald Reagan, por sua vez, lhe concedeu 100 milhões de dólares em ajuda militar. O Sudão, que tem recebido importantes equipamentos bélicos dos EUA, é hoje, depois do Egito, o país que tem mais apoio militar da superpotência na África.

Rompendo os acordos firmados pelos países árabes contra os de Campo David e as relações egípcio-israelenses, o regime de Cartum, que havia retirado seu embaixador do Cairo em novembro de 1979, voltou atrás, retomando seus vínculos no mesmo nível. Ao mesmo tempo, expulsou os representantes da Organização para a Libertação da Palestina.

Essa virada nada mais é do que um aprofundamento da orientação direitista e pró-oci-

dental de Numeiry. Mesmo depois de retirar seu embaixador do Cairo, decisão motivada não por convicção e sim pelo desejo de continuar recebendo ajuda econômica dos Estados do golfo Arábico, manteve um discreto diálogo com o regime do general Anuar Sadat, que lhe forneceu armamento.

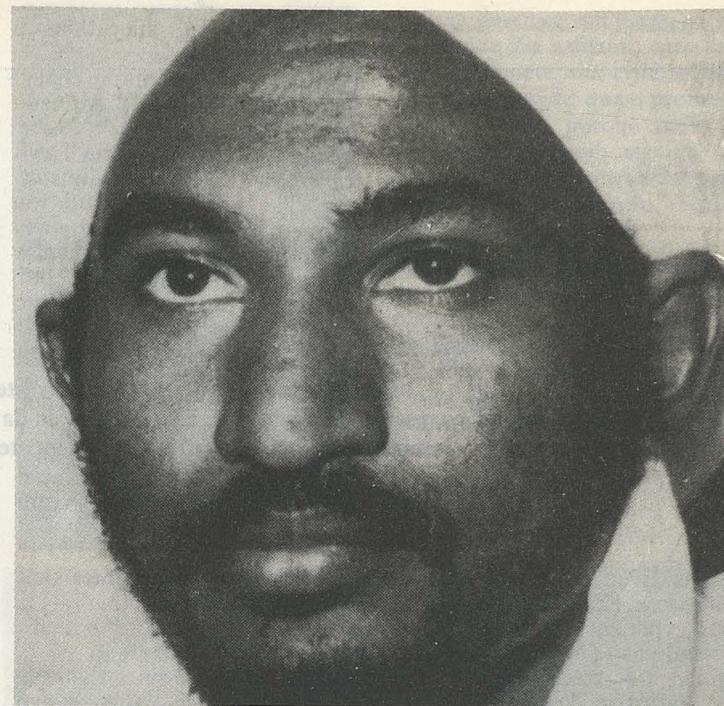
Além de normalizar suas relações com o Egito, o ditador sudanês sugeriu aos países árabes que seguissem seu exemplo para pôr fim ao isolamento diplomático do Cairo. Esta decisão, embora lhe assegure um apoio militar, pode lhe acarretar sérias consequências. Os Estados do Golfo, e principalmente a monarquia saudita, poderiam lhe negar uma ajuda financeira fundamental para a sua subsistência.

No plano interno, tal atitude não terá outro sentido senão o de provocar seus numerosos adversários. O principal deles, o líder do importante partido Umma, Sadik Al Mahid, havia atenuado sua oposição a Numeiry depois que este cortou relações com Sadat. O Umma combateu os acordos de Campo David e agora conta com um novo motivo para atacar a ditadura.

Entre os antagonistas do regime estão o ativo Partido Comunista — clandestino —, as duas alas do Movimento Baas e os nasseristas. Um dos mais destacados inimigos de Numeiry, Al Sharif Al Hindi, que dirige no exílio londrino o semanário *Al Dastour*, tem exortado a luta através de um levantamento popular para derrubar o presidente sudanês.

Numeiry tem demonstrado grande habilidade para controlar a hierarquia militar. Porém, ainda tem rivais nas Forças Armadas, pois afastou muitos dos oficiais que o apoiaram no golpe de 1969.

No âmbito regional, apesar de haver apoiado o movimento de li-



Al Mahid: contra Campo David e contra a ditadura de Numeiry

beração da Eritréia, Numeiry firmou no ano passado um acordo de não-ingerência recíproca com a Etiópia. Ele foi induzido a dar esse passo para que o governo do coronel Mangistu Hailé Mariam não fomentasse, em represália, o separatismo do sul do Sudão, que tem fortes raízes culturais e religiosas. Porém, o Sudão tem cerca de mil quilômetros de fronteira com a Líbia e o Chade, e péssimas relações com ambos países desde que o exército líbio auxiliou as tropas do presidente chadiano, Goukouni Oueddei. O chefe rebelde Hissène Habré se refugiou com o resto de suas tropas no Sudão e a fronteira entre esses países é um foco de grande tensão.

O Sudão é um país difícil de se governar, pois sendo o mais extenso da África — 2.505.813 quilômetros quadrados — tem uma população de 18 milhões de pessoas, constituída por numerosos componentes étnicos e tribais que falam 33 línguas. A isto

se junta a existência de cerca de meio milhão de refugiados originários da Etiópia, Eritréia, Uganda, Zaire e Chade.

Mas o maior problema do país está na grave crise econômica. Há escassez de bens de consumo, principalmente de alimentos e energia, o preço da gasolina foi aumentado em 40% e o seu abastecimento foi racionado até o ponto de causar cancelamentos e atrasos nos vôos da companhia aérea nacional.

Há um profundo mal-estar no terreno trabalhista e são constantes as reivindicações por maiores salários, enquanto que o desemprego vem aumentando. O déficit externo é alarmante. Foi calculado recentemente que o Estado têm dívidas atrasadas de até um ano, totalizando 400 milhões de dólares, por produtos que importou.

Para enfrentar este sombrio panorama, a única solução que até agora Numeiry encontrou foi a de armar-se até os dentes. □

Um novo Irã pode explodir

O regime de Zia Ul-Haq perde sua sustentação interna e cresce o Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), uma frente oposicionista sem precedentes no país

M. M. Havelock



Será que o Paquistão pode acabar sendo, para a administração de Ronald Reagan, o que o Irã foi para a de James Carter?

A pergunta, antes, poderia parecer sem propósito, mas atualmente é encarada com uma certa seriedade nos meios diplomáticos, devido ao vertiginoso processo de deterioração que vem sofrendo nos últimos meses o regime encabeçado por Zia Ul-Haq.

O recente sequestro do *Boeing* paquistanês, que teve o seu des-

fecho em 14 de março último, em Damasco, com a libertação dos 103 passageiros em troca da soltura de 55 prisioneiros políticos paquistaneses, foi algo mais do que um simples episódio isolado.

A captura do avião por um comando do grupo "Al Zulfika" coincidiu com o lançamento do Movimento para a Restauração da Democracia (MRD) por parte da maior frente oposicionista constituída nos últimos tempos no Paquistão.

Uma mobilização dessa magnitude teria sido impossível poucos meses antes, e sua colocação em marcha ilustra tanto a rapidez como a profundidade das mudanças que estão se operando no quadro político do país.

O golpe de Estado dirigido em 1977 por Zia contou com uma base de sustentação interna, representada (ativa ou passivamente) por um conjunto de forças conservadoras temerosas do reformismo de Zulfikar Ali Bhutto, líder do Partido Popular do Paquistão.

Essa base de sustentação alcançou seu maior grau de amplitude e solidez ao estourar, em dezembro de 1979, a crise do Afeganistão que alinhou, sob a condução de Zia, uma consistente frente interna cuja palavra-de-ordem era a unidade nacional diante da intervenção soviética no país vizinho e a suposta ameaça que ela representava para a segurança paquistanesa.

Diálogo fracassado

O posterior esfriamento da situação afgã, que dissipou a perspectiva de um consequente expansionismo soviético para além das fronteiras desse país, fez vol-

tar ao primeiro plano os problemas especificamente internos do Paquistão. Entre eles, a progressiva deterioração de sua situação econômica, os crescentes protestos contra a repressão e a insegurança causada pelos sucessivos adiamentos de uma definição governamental a respeito da saída institucional democrática prometida por Zia Ul-Haq.

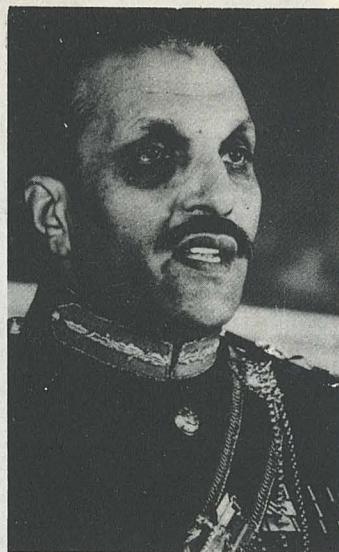
O centro da ação oposicionista achava-se localizado no Partido Popular do Paquistão, agora orientado pela senhora Nusrat Bhutto desde que seu esposo Zulfikar Ali Bhutto fora executado, há quase dois anos, por ordem do regime de Zia.

Até os últimos meses de 1980, a política do partido em relação ao regime não progrediu por causa de uma contradição interna: alguns setores defendiam uma linha de ação intransigente em relação ao governo e uma fração se declarava partidária de uma solução negociada por meio do diálogo.

Zia, que via declinar suas bases de apoio para uma solução política própria que prescindisse da oposição, tratou de desacelerar o desenvolvimento da linha dialoguista, apresentando ou prometendo iniciativas que lhe pareciam justas.

Nesse sentido, entre setembro e outubro do ano passado, criou-se uma certa expectativa em torno de uma prometida reestruturação do gabinete que objetivava alargar a representatividade do governo por meio da inclusão de personalidades que refletissem os pontos de vista de um amplo espectro político.

Porém, a crescente tensão política já parecia não oferecer margens para combinações dessa natureza. Em Karachi, a maior cidade do Paquistão, estouraram em fevereiro últimos combates armados entre facções estudantis oposicionistas e oficialistas na universidade, com um saldo de um morto e 12 feridos.



Zia Ul-Haq: cada vez mais isolado

Ao mesmo tempo, a polícia dispersou violentamente em Lahore, capital do Estado de Pendjab, uma reunião de líderes oposicionistas. A operação terminou com a prisão de numerosos dirigentes, entre eles a viúva de Bhutto.

“Zia será derrubado pela irresistível força do povo”, gritou a viúva de Bhutto ao ser colocada pelos “agentes da ordem” num carro-cellular da Polícia.

Dramático isolamento

Nesse clima, foi ganhando terreno a linha intransigente encabeçada pela própria senhora Bhutto. A constituição do MRD foi uma resultante dessa mudança na relação das forças internas da Oposição.

O fator decisivo em favor da intransigência e de uma ação oposicionista frontal ao regime surgiu em princípio de março, quando Zia divulgou sua anunciada reorganização do gabinete. O novo elenco ministerial estava longe de satisfazer o requisito de uma ampliação na representatividade do governo.

Isso deveu-se, em parte, ao fato de que Zia utilizou, para formar o gabinete, um critério seletivo mais restrito que o prometido, e também porque todas as personalidades com alguma representatividade convidadas para tomar parte no governo, recusaram o oferecimento.

A evolução desse quadro político apresenta o regime de Zia numa já dramática situação de isolamento, pois consolida-se, nas fileiras do MRD, um enorme bloco oposicionista, cujos componentes vão desde a extrema esquerda até a extrema direita.

Entre os fatos mais significativos desse processo, figura a virada do Integralismo Islâmico em direção à frente oposicionista. Esse importante setor interno tinha facilitado seu apoio a Zia quando este tomou o poder em 1977 e figurou também entre os que apoiaram o governo quando estourou a crise afgã.

Esse é o panorama interno do Paquistão no momento em que a administração Reagan projeta sobre a explosiva área do Oriente Médio e da Ásia Sul-Ocidental sua política de guerra fria procurando consolidar estados-policiais regionais.

O Paquistão é um candidato natural para o desempenho desse papel nos planos atuais da Casa Branca. Mas, ao que tudo indica, se Washington ainda dispunha nesse país de alguma frente interna de sustentação, agora já não tem.

A opção para os Estados Unidos na área parece estar, assim, dividida entre deixar que a situação interna do Paquistão siga seu curso natural – coisa que parece improvável com a política de “contenção” revivida por Reagan – ou suprir, com um apoio militar externo cada vez mais intensivo, o vazio de sustentação interna que parece constituir hoje o problema central de Zia e seu regime. □

Uma eleição para poucos

O país de maior renda per capita do mundo tenta legitimar o seu regime sem alterar seus traços autocráticos

Said Madani

Depois de quatro anos e meio de suspensão do regime parlamentar, a 24 de fevereiro último, foi instalada no Kuait uma nova Assembléia Nacional, surgida num processo singular que tenta legitimar o regime sem alterar seus traços autocráticos.

Tal como estava previsto, os resultados foram favoráveis ao regime dinástico do emir Jaber Al-Ahmed Al Jaber que, nesse período, teve tempo de introduzir emendas e medidas fundamentais para a sua vitória.

Das 50 cadeiras em disputa, 21 foram ganhas por deputados que pertenciam ao *establishment* e, portanto, pró-governistas. Além disso, as emendas proporcionaram a consignação de 23 assentos à população beduina, cujos chefes mantêm uma sólida aliança com a família reinante. O controle que o regime exerce sobre o Parlamento é, assim, absoluto. A oposição está representada por cinco deputados de inspiração religiosa, identificados com o islamismo xiita, cujo líder

é Issa Majed Chahine. Mas esse setor perdeu posições, já que contava com dez cadeiras no Parlamento anterior. Por outro lado, trata-se de uma oposição limitada, pois é dirigida contra a ocidentalização da sociedade num emirado onde isso não significa um choque direto com o regime. A família real do Kuait se declara obediente ao Corão e impõe diversos costumes religiosos.

Teatro ou Parlamento?

Não foi eleito nenhum candidato da oposição progressista e nacionalista, a qual – apesar de ser, então, uma minoria – foi considerada por Al Jaber como “obstrucionista”, o que justificou o fechamento do Parlamento, em agosto de 1976.

“Os cinquenta deputados – disse Al Jaber, Primeiro Ministro na época – transformaram o Parlamento num teatro. Pretendem favores para seus partidários e paralizam a atividade do governo, perdendo tempo em debates fúteis”. Enumerando as “faltas”

dos parlamentares, o atual emir omitiu outras características dos debates claramente mais irritantes para o poder: críticas ao autoritarismo de Al Jaber, à política petrolífera, às leis restritivas sobre nacionalidade e ao exagerado enriquecimento dos núcleos dominantes.

Como, segundo a Constituição, todas as decisões governamentais devem ser submetidas ao Parlamento, o regime fez com que ele se mantivesse sob o seu controle.

Não houve restrições aos candidatos durante a campanha eleitoral, mas como no Kuait estão proibidos os partidos políticos, eles só podiam expressar tendências ou então interesses tribais ou pessoais.

Na realidade, o Poder Executivo é atribuição exclusiva da dinastia, integrada por duas famílias, os Sabah e os Ahmed, que se alternam na designação do Emir ou do Príncipe. Este designa o gabinete e tem a faculdade de dissolver o Parlamento, de forma



que a vida legislativa depende da vontade do soberano.

Um Estado assistencial

O sistema eleitoral consagra o voto seletivo. Nesse território de apenas 17.818 quilômetros quadrados, há 1.354 mil habitantes. Mas existe uma maioria de estrangeiros e, salvo raras exceções, só é concedida a nacionalidade — e com ela o direito de voto — aos 562 mil kuaitianos nativos. Desse, só podem votar os homens maiores de 21 anos: como a maioria da população é muito jovem e as mulheres são discriminadas, o número de eleitores reduziu-se a 42 mil.

Foi assim que o deputado mais votado recebeu 968 votos e o menos votado, 250. A isso deve-se acrescentar que, de fato, só pode competir eficazmente a campanha quem tiver grandes receitas. Além disso, o regime dispõe de outros mecanismos para induzir os cidadãos ao conformismo. As imensas riquezas petrolíferas (o país exporta 1,5 milhão de barris por dia e tem

reservas comprovadas para uns 100 anos) trazem fabulosos dividendos ao erário público e dão aos habitantes a mais elevada receita per cápita do mundo.

Em consequência, mesmo acumulando para si o grosso dos lucros, a família Real pôde estabelecer um Estado assistencial: os serviços essenciais — educação, saúde e até telefone e eletricidade — são gratuitos, ninguém paga impostos e os desempregados recebem um salário.

Porém, na realidade, a distribuição da renda é muito desigual. Os grandes negócios são privilégio das quinze grandes famílias que compõem o clã em cujo ápice se acha o Emir. Trata-se dos 4,2% da população que controlam mais de um terço das empresas comerciais e a maior parte dos multimilionários investimentos no estrangeiro. Essas estatísticas figuram no livro "A outra face do Kuait", escrito por Abdullah El Nifisi, ex-decano da Faculdade de Economia do emirato, que ao analisar os mecanismos de decisão econômica sen-

tenciou: "O Estado converteu-se em um negócio privado". Por ter publicado esse trabalho, El Nifisi, que era cidadão nacionalizado, perdeu seu cargo e seu passaporte.

Abaixo dessa oligarquia e dos chefes tribais, aparece uma classe profissional na qual prevalecem os estrangeiros. Nas mãos destes, não só se acham a administração e os cargos técnicos das empresas, mas também a polícia. Nesse setor, o grupo mais numeroso são os 200 mil palestinos admitidos nesse país carente de mão-de-obra e de técnicos, que são ao mesmo tempo, temidos pela minoria kuaitiana. Esses estrangeiros recebem salários muito altos se os compararmos aos do exterior e são vistos com desconfiança; aos palestinos, em particular, seus irmãos kuaitianos não concedem passaporte.

Um proletariado estrangeiro

Por último, na base da pirâmide acham-se centenas de milhares de imigrantes que vieram para realizar os serviços e os trabalhos que a população local desdenha: pedreiros, domésticos, serventes. Estes provêm principalmente do Egito, da Índia, do Irã, do Paquistão, da Coréia e do Beluquistão.

Ganham muito mais do que em seus próprios países, mas são explorados em relação à situação kuaitiana. São discriminados, por exemplo, quando lhes negam assistência médica ou quando são expulsos à menor falta. Assim é o proletariado do emirato que é considerado como uma classe potencialmente revolucionária, capaz de provocar convulsões sociais.

Olhando-se essa sociedade vertical a partir da realidade sócio-econômica, o Estado assistencial e as eleições seletivas apresentam-se como válvulas de escape instituídas por um regime que suscita mais aceitação do que adesão. □

O poder da burguesia

Uma classe dominante homogênea utiliza a diversidade e os contrastes dessa singular sociedade para se manter no poder

Fred Halliday



Se a objetiva miséria das massas fosse suficiente para provocar uma revolução social, a Índia — com 40% de sua população vivendo ao nível da pobreza e outros 40% abaixo desse nível — seria o primeiro candidato a esse tipo de sublevação.

O visitante que percorre as ruas das cidades indianas, espanta-se com os incontáveis amontoados de pessoas que dormem nas calçadas ou sob as pontes ou, ainda, com as mãos estendidas de doentes e moribundos: só em Bombaim existem 85 mil leprosos, rejeitados por suas famílias, cujo número aumenta numa taxa de quatro mil por ano. Para escapar da crescente miséria das al-

deias, milhões de camponeses instalaram-se em pobres cabanas e em favelas de sucata rodeadas de charcos estagnados e montes de lixo. Por uns poucos *país* (fração da rúpia, moeda do país) os condutores de riquixá distendem seus músculos atrofiados pelo esforço de puxarem ou empurrarem complacentes passageiros em suas “corridas” sociais ou comerciais.

No campo, os lavradores aram a terra com arados de madeira (que não mudaram há muitos séculos), as crianças brincam nuas em quintais infestados de moscas, os urubus beliscam as carcaças de animais mortos. Mulheres “intocáveis” acocoram-se às margens das estradas fazendo

pastéis, usando como combustível excrementos humanos e de animais. Nas aldeias de Rajasthan, próximas aos centros turísticos, existe um certo ar de prosperidade, mas nessa mesma província a fome faz vítimas.

O mito do “fatalismo”

Mesmo depois de 33 anos de independência, a Índia mostra um outro lado: é um excelente exemplo da “combinação” entre crescimento e miséria, inerente ao desenvolvimento capitalista.

Virtualmente sozinha entre os países do Terceiro Mundo, a Índia preservou um grau substancial de democracia burguesa: os governos chegam ao poder em eleições nas quais só vota um pouco mais da metade da população. A imprensa, embora um pouco abafada, é tão livre quanto na Grécia ou no México. Em algumas províncias, um poderoso movimento trabalhista mobiliza milhões de pessoas para as suas lutas. Parte dessa proposital resistência desmente a imagem de fatalismo e superstição que os ocidentais procuram projetar sobre a Índia.

Os tribunais estão ativos com as lutas travadas pelos advogados em torno de questões feministas e operárias.

Economicamente, também, o caso da Índia é surpreendente. Embora a fome continue, ela é mais um problema de distribuição do que de produção: hoje, a Índia tem um razoável excesso de grãos comestíveis. É o

décimo maior poder industrial mundial e mais da metade de suas exportações são de bens manufaturados. Todas as esquinas das cidades indianas fervilham com o frenesi da empresa capitalista: desde as intermináveis lojas que fazem do *Chandni Chowk* de Nova Déli o maior mercado da Ásia até as fábricas que se amontoam nos arredores de Bombaim.

Uma burguesia em expansão

Talvez a mais notável realização da Índia seja, até agora, a preservação de sua unidade — em parte por causa de sua forte burguesia que construiu um poderoso sistema econômico e administrativo desde a independência: uma classe dominante que encorajada sob o governo britânico recrutou largamente nos anos seguintes — atraiendo os fazendeiros que foram beneficiados pela “Revolução Verde” (aumento da produtividade graças às sementes híbridas fornecidas pelas transnacionais) — a crescente classe dos negociantes e os executivos de uma enorme burocracia.

Essa burguesia tem suas próprias instituições nacionais, seu mercado nacional e sua própria língua — o inglês, que é falado com um acento um pouco “hindificado”, em escala cada vez maior do que na época colonial — e seu próprio instrumento político, o Partido do Congresso, força nacionalista que liderou a luta pela independência e governou sem interrupção até que Indira Gandhi fosse derrotada nas eleições de 1977.

A senhora Gandhi voltou ao governo em 1979, mas a antiga máquina do Congresso hoje parece estar quebrada. Ela própria perdeu autoridade no partido para uma geração mais jovem de chefes políticos locais, e ficou profundamente afetada quando Sanjay, seu segundo filho e conselheiro mais íntimo, morreu

precocemente num acidente aéreo no ano passado. Ela parece estar com sua saúde abalada e, como a maioria das personalidades públicas indianas, parece confiar demasiadamente em seus astrólogos para a tomada de importantes decisões.

Por causa do descontentamento crescente nas províncias, de uma cada vez maior e descarada corrupção na política e nos serviços civis, do crescimento econômico estagnado e da escassez dos produtos essenciais (como o açúcar), cada vez mais pessoas — inclusive a própria senhora Gandhi — estão favorecendo um novo sistema baseado no modelo presidencial francês. O exército (de um milhão de homens) não intervém, mas até quando permanecerá nessa postura é o grande assunto da especulação pública.

A Índia é um país extremamente violento. Isso numa certa



Indira Gandhi: autoridade ameaçada

medida, sempre foi verdade, e o ideal gandhiano de não-violência encontra pouca receptividade, tanto na terrível história do hinduismo quanto nos acontecimentos da época da independência em 1947 quando, numa onda de violência entre hindus e muçulmanos, meio milhar de pessoas foram mortas e oito milhões tiveram de se refugiar.

Atividades não-gandhianas

Um jornal selecionado ao acaso, o *Hindustan Times* de 13 de novembro do ano passado, traz estas notícias na primeira página:

— Estudantes, na província de Assam, protestam contra a imigração *bengali* (do Bangladesh), paralisam a administração e bloqueiam um terço da produção doméstica indiana de petróleo;

— Em Nova Déli, os estudantes do Estado sulista de Kerala sitiaram a casa do Ministro Chefe de seu Estado, que visitava a capital;

— Na região de Nasik na província de Uttar Pradesh, os lavradores pararam 40 trens carregados de bens essenciais, quebrando ou queimando os dormentes da ferrovia.

Nas páginas internas do mesmo jornal:

— A polícia da província de Orissa usou gás lacrimogêneo para dispersar 500 estudantes;

— Em Lucknow, 60 *dacoits* (delinquentes rurais) foram mortos pela polícia na primeira quinzena de outubro e outros 789 foram indiciados por tráfico ilegal de armas;

— De acordo com o líder do Partido Socialista, George Fernandes, só num distrito de Uttar Pradesh, a polícia matou 40 pessoas entre junho e outubro e continua matando ao acaso; em duas outras províncias, Andra Pradesh e Tamil Nadu, alguns jovens foram mortos, suspeitos de



A massa da população indiana permanece manietada por ideologias de casta, região, religião ou língua

serem "naxalistas", termo comumente usado para os militantes oposicionistas no campo.

Hindus X muçulmanos

A violência social é acompanhada por uma crescente onda de violência comunal, contrapondo os hindus aos 40 milhões de muçulmanos que habitam no norte da Índia. Tumultos e assassinatos tornaram-se cada vez mais comuns no ano passado. Numa cidade que visitei, Godhra, na província de Gujarat, foi imposto o toque de recolher em consequência de uma briga entre um hindu e um vendedor de verduras muçulmano que evoluiu para um conflito no qual diversas pessoas foram mortas. Pode-se perceber, da fortemente policiada estação ferroviária, uma fila de lojas destruídas pelo fogo.

A atitude oficial é não dar importância às raízes internas desses conflitos. A senhora Gandhi recorreu à nada clara explicação de que existe "mão estrangeira" – isto é, alguma conspiração muçulmana – por trás dos tumultos. Na verdade, um verniz de chauvinismo farisaico cobre a vida política indiana, e é muito comum existirem comentaristas supostamente progressistas denunciando as lutas das minorias nacionais dos *naga* e dos *mizo* no nordeste do país, como sendo trabalho da

CIA. O governo recusou-se a negociar com o líder *naga*, A. N. Phizo, porque, tendo sido forçado a exilar-se, ele tem passaporte britânico: é, portanto, um cidadão estrangeiro.

Num outro contexto, foi possível encontrar um professor que me contou orgulhosamente, que qualquer um que quiser candidatar-se a um emprego passa automaticamente a encabeçar a lista de candidatos, se tiver obtido o título de PhD numa universidade estrangeira.

As mulheres têm pago um alto preço pela nova violência na vida pública indiana. Os estupros tornaram-se cada vez mais comuns, tanto por grupos de assaltantes urbanos adolescentes quanto pela polícia, que utiliza esse meio para intimidar grevistas e suas famílias. Os principais partidos de esquerda e um crescente movimento feminista nacional têm discutido a questão dos estupros e agora fazem pressões em prol de mudanças que levem a legislação indiana a uma posição semelhante à de outros países ocidentais.

Problemas da esquerda

O maior partido de esquerda é o Partido Comunista da Índia (Marxista) que rachou com o ortodoxo PCI pró-soviético em 1964 e mantém-se independente

tanto de Moscou quanto de Pequim.

Os membros do PCM são cada vez mais numerosos (mais de 238 mil) e detêm o poder em três Estados, cujas populações perfazem um total de mais de 100 milhões de habitantes. Dois deles, Kerala e Bengala Ocidental, são de vital importância para a vida nacional. Num certo sentido, é como se os comunistas tivessem sido eleitos para governar Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

E ainda, como o Secretário Geral do PCM, E. M. S. Namboodiripad, deixou-me bem claro, essas vitórias eleitorais podem também ser uma armadilha: o poder provincial é limitado pelo governo central e o povo espera muito mais do Partido do que este pode realmente dar. O PCM também encontra dificuldades em expandir-se para além dessas suas três praças-fortes e tornar-se um partido nacional. Também se preocupa com a expansão da violência social e comunal, sobre a qual nenhum partido tem a míima influência.

Paradoxalmente, é a grande diversidade da sociedade indiana que, até hoje, provou ser uma das fontes de origem da força de seus governantes. A Constituição exclui qualquer tipo de secessão, e os movimentos de protesto assim como as manifestações de violência continuam limitados a determinadas regiões. A massa da população permanece manietada por ideologias particularistas – de casta, região, religião ou língua. Existe uma classe dominante no âmbito nacional, mas a oposição ainda têm que encontrar ou uma ideologia ou uma forma de organização que possa equipá-la a seus opressores. Se isso acontecer, pode-se esperar que os governantes da Índia lancem mão até mesmo de mais repressão direta a fim de manter o substancial poder político e econômico que detêm hoje. □

A nova ordem da Junta

O golpe militar pode criar problemas para os membros da Otan

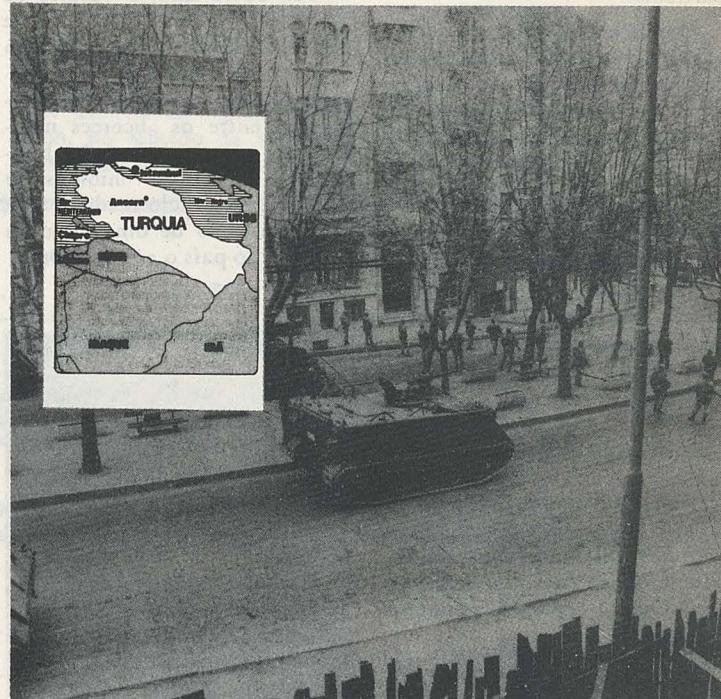
Agustín Castaño

Uma Junta militar encabeçada pelo general Kenan Evren governa a nação turca desde o golpe de Estado que a 12 de setembro passado pôs fim ao caótico regime centro-direitista de Suleiman Demirel. Sob muitos pontos de vista, ela está calcada no clássico modelo latino-americano.

Foi decisiva, como antecedente do golpe, a crescente debilidade do sistema de poder vigente até então, minado por uma dupla crise econômica e política, a qual parecia impossível ser solucionada no âmbito do governo civil.

No quadro econômico, os componentes da crise incluíam um estancamento das exportações, uma inflação anual de 110% que aproximava a Turquia do recorde argentino, um catastrófico aumento do desemprego e uma queda vertical dos salários reais, além de uma dívida externa que já ultrapassava os 30 bilhões de dólares e da qual o Estado já não estava nem mesmo em condições de pagar os serviços.

Nesse quadro, agravava-se ainda uma crise política caracterizada por uma paralizante disputa interna na coalizão centro-direitista de Demirel, pela sua negativa em encarar a possibilidade de um governo de amplo acordo nacional proposto pelo líder da oposição social-democrata Bülent Ecevit, e por uma devastadora escalada terrorista que, nas semanas anteriores ao golpe, che-



gou a causar mais de 20 assassinatos políticos por dia.

A influência internacional

A imagem de um crescente vazio de poder unida à crise econômica abriram caminho para o golpe militar. Ou, mais precisamente, ofereceram as justificativas internas para uma intervenção militar que teria de responder, em boa parte, a estímulos internacionais.

A Turquia, posto avançado da Otan no Oriente Médio e na Ásia

Sul-Oidental, mergulhava no caos, enquanto ao seu lado desenrolavam-se acontecimentos que eram para a Aliança Atlântica (e principalmente para os norte-americanos) um caso de máxima urgência.

O triunfo da revolução iraniana tinha deixado os Estados Unidos sem aquele que fora até então seu principal "gendarme" no Oriente Médio, no momento em que irrompia no Afeganistão o conflito que haveria de culminar com a intervenção da União Soviética. Tudo isso acrescenta-

va-se à cada vez maior virulência do combate árabe-israelense depois do fracasso dos acordos de Campo David como fórmula de pacificação na área.

Em meio a esse panorama, a estabilização da Turquia, e ao mesmo tempo, a preservação de seu papel de baluarte oriental da Otan, convertia-se numa prioridade máxima para a Aliança Atlântica e para Washington em particular.

Produzido o golpe, que a administração de Carter qualificou de "golpe bom", os acontecimentos posteriores seguiram o curso "normal": anulação de toda atividade política e sindical, supressão temporal do direito de greve, ondas de prisões que, no geral, afetaram mais de 30 mil pessoas desde a queda de Demirel, e uma série de condenações à morte que, no momento, atingem a quase uma centena de pessoas ainda pendentes de execução.

Uma situação complicada

Até aqui, tudo parece ajustar-se à lógica interna dos golpes militares nos países emergentes. Porém, o fato da Turquia pertencer à Otan complica um pouco a situação.

A Otan ainda mantém, formalmente, sua condição de aliança entre as "democracias" ocidentais e fica-lhe difícil ter em seu seio um membro que não responda a essa definição. Os Estados Unidos não costumam dar ênfase a esse requisito para selecionar seus aliados. Durante décadas, contabilizaram sem pestanejar ditaduras como as de Alfredo Stroessner (Paraguai) e Leônidas Trujillo (República Dominicana) como integrantes do "mundo livre". Esse critério de seleção é ainda menos embaraçoso para a administração Reagan.

Mas os aliados europeus de Washington, no quadro da Otan,

são um pouco mais exigentes, pelo menos quanto às formas. É verdade que essa inquietação formal não lhes impediu de tolerar durante anos uma aliança com a ditadura militar grega, mas não é menos certo que a resistência dos europeus em conviver com a Espanha franquista no seio da Otan frustrou os esforços norte-americanos para fazer de Madri uma peça do grupo atlântico.

Por outro lado, o fracasso da tentativa de golpe de Estado, este ano, na Espanha, deveu-se, em certa medida, ao fato de que alguns setores, cuja ideologia colocava-os entre os alicerces naturais de uma ressurreição franquista, sentiram-se inibidos de dar esse passo pelo medo de que a implantação de uma ditadura fechasse ao país o acesso à Otan.



Demirel: deposto à moda latino-americana

Convocação para uma Constituinte

Desse modo, a Otan se tornava para os generais turcos uma fonte de duas exigências difíceis de conciliar: por um lado, a necessidade de instaurar um regime de força que estabilizasse politicamente o país e, por outro, a de dar a esse regime um caráter formal de transitoriedade no sentido de uma saída "democrática".

Numa aparente tentativa de satisfazer essa segunda exigência, Evren anunciou, em janeiro passado, a convocação de uma Assembléia Constituinte para abrir caminho à normalização institucional do país.

"Damos nossa palavra de soldados, nossa palavra de honra, de que retornaremos a nossos quartéis tão logo tenhamos restaurado a ordem no Estado e no país. Uma Assembléia Constituinte começará a funcionar, salvo obstáculos imprevistos, numa data que será fixada entre 30 de agosto e 29 de outubro de 1981", disse Evren ao anunciar a convocação.

Conhecidas logo depois as modalidades da Assembléia Constituinte e os requisitos prévios para seu funcionamento, surgiram fortes dúvidas sobre até que ponto o prometido retorno militar aos quartéis poderá ser efetivo.

O processo de normalização, efetivamente, foi delineado com ajustes nas seguintes peculiaridades:

- 1) O Conselho Nacional de Segurança (CNS), organismo que o próprio Evren preside e que se identifica de fato com o atual governo, não desaparecerá com a instalação da Assembléia mas, sim, reterá inclusive um poder superior ao desse órgão, pois estará capacitado a examinar, aprovar ou vetar as reformas constitucionais que os constituintes aprovem. Na prática, não

haverá uma assembléia soberana provida de poderes constituintes, mas um corpo assessor encarregado de propor reformas ao poder constituinte dos militares.

2) Os partidos políticos, suspensos em seu funcionamento pelo regime militar, não terão participação na Assembléia nem no posterior processo de normalização.

3) Uma vez consagrada a nova Carta Constitucional — mediante um referendo que dará sequência à Assembléia — ficará fechado o acesso ao poder para os líderes dos partidos políticos considerados pelos militares como os prin-

cipais responsáveis pela caótica situação anterior à intervenção militar.

Um processo de normalização encarado dessa forma, aponta ostensivamente para um tipo de ordenamento institucional que mantém as Forças Armadas no papel de titulares reais do poder, com as forças civis — cuja natureza e função estão ainda pendentes de definição (de definição militar, naturalmente) — relegadas a um papel de simples executivos.

A marcha do regime militar turco, no sentido de encontrar formas de normalização demo-

crática não é, como se vê, muito promissora sob o ponto de vista da concepção européia de democracia, que até agora manteve mais ou menos sua validade como elemento de autodefinição da Otan. Esta deu sua bênção ao golpe turco baseada na suposição real ou fictícia de sua transitriedade. Se for concretizada a saída institucional delineada por Evren, a Otan se verá diante do dilema de estender esse aval a um autoritarismo institucionalizado, isto é, a um sistema onde a oclusão da soberania popular não será transitória, mas uma imposição constitucional, extremo este que nem mesmo os generais gregos tinham alcançado. □

CHINA

A grande ilusão

O fracasso tanto industrial como agrícola faz morrer o grande sonho do país | se tornar uma superpotência a curto prazo

Narinder Koshla

Na China, chegou a hora do "reajuste" econômico. Esta é a palavra-de-ordem dos dirigentes diante do fracasso dos planos de produção, que fez com que fosse necessária a revisão do conjunto da programação econômica, assim como um apelo de maiores sacrifícios à população, na esperança de um futuro melhor. Chen Yung, que junto com Deng Xiaoping e Hu Yaobang integra a cúpula da direção nacional, resumiu recentemente a situação: "1981 será um ano de sofrimento, mas é melhor que tenhamos um ano assim agora do que cinco depois". Parte, portanto, dos próprios dirigentes o reconhecimento das dificulda-

des e do não cumprimento das metas traçadas.

Após a morte de Mao e da queda do chamado "Bando dos Quatro", o presidente Hua Kuofeng anunciou em 1978 — quando ainda tinha um poder efetivo — "o grande salto em direção ao futuro", um ambicioso plano decenal de desenvolvimento. Tratava-se de superar os erros, os excessos e os desvios derivados dos radicalismos que se cometiam a partir da Revolução Cultural. Começaria uma era caracterizada pela aplicação de uma política econômica racional, por métodos eficientes e por uma modernização e uma ampliação da estrutura produtiva. O êxito

do plano baseava-se no cumprimento de três metas principais:

— entre 1978 e 1985 entrariam em funcionamento dez novos campos petrolíferos, o que duplicaria a atual produção, ainda na casa dos 100 milhões de toneladas de óleo cru;

— a produção de aço chegaria a 60 milhões de toneladas;

— a produção de cereais alcançaria 400 milhões de toneladas.

Por meio destes e de outros avanços, além de reduzir sua dependência do exterior ao mesmo tempo que aumentava suas exportações, o governo de Pequim conseguiria os recursos necessá-

rios para aplicar seu programa. Os dividendos provenientes da exportação de petróleo, forneciam ao país as divisas necessárias para a modernização de sua infra-estrutura. Havia a previsão de se construir mil complexos industriais, entre médios e grandes — e alguns gigantescos... Não só seria ampliada a indústria leve como se assentariam as bases de uma indústria pesada.

A disputa das transnacionais

Este projeto prometeu ao Ocidente a tão esperada abertura do gigantesco mercado chinês — mais de um bilhão de habitantes. Como a inimizade sino-soviética descartava a participação da URSS na reconstrução da economia chinesa, esta se faria estabelecendo uma intensa corrente de intercâmbio com os países capitalistas avançados. Foi um momento de euforia para os governos e para os homens de negócios dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão. Ante uma expectativa excepcional, Deng Xiaoping, o propagandista das "quatro modernizações", visitou os Estados Unidos e conseguiu um triunfo retumbante em termos de imagem.

Norte-americanos, europeus e japoneses disputaram encarniçadamente as melhores oportunidades para suas empresas. Todas as firmas transnacionais que viram possibilidades de atuar enviaram delegações a Pequim. Centenas de contratos foram firmados, alguns de grande importância.

Pouco tempo bastou para ficar evidente que o cálculo sobre o aumento da produção havia falhado e que as metas ficaram muito longe de serem atingidas. A base para o desenvolvimento, o petróleo, se manteve estacionário, em cerca de 100 milhões de toneladas anuais de óleo cru. Mas, na prática, isto constituía

uma curva descendente, pois ao aumentar seu consumo interno de petróleo em 15% ao ano, a China não só não incrementou como reduziu sua capacidade exportadora.

O revés no setor da energia foi acompanhado em 1980 por calamidades naturais — seca no norte e inundações no centro e no sul do país — que causaram uma queda na colheita de cereais. Ela atingiu 316 milhões de toneladas de cereais, em 1980, acusando uma redução de 15 milhões em relação ao ano anterior.

A diminuição drástica dos recursos disponíveis provocou um violento corte no orçamento. Levando-se em conta que os investimentos estatais previstos no plano foram cortados em mais de 40%, pode-se dar razão aos analistas que consideram que o "ajuste" de que falam as autoridades, mais parece um "tratamento de choque", segundo a terminologia dos economistas liberais.

Reducir os contratos

Minimizada a capacidade da China para financiar o plano de desenvolvimento, o governo teve que cancelar ou reduzir uma grande parte dos contratos que havia firmado, diante do alarme dos empresários ocidentais.

No caso do Japão, que havia sido o principal adjudicatário, foram anulados compromissos no valor de 1.500 bilhão de dólares. Dentro do plano, a vítima maior foi a indústria pesada, pois tentou-se salvar o máximo possível do programa de desenvolvimento da indústria leve. Os investimentos na indústria pesada, que haviam sido fixados em 11 bilhões de dólares, não passaram de seis bilhões.

Ao mesmo tempo, a carência geral de energia afetou, em especial, as fábricas. Estima-se que 30% das unidades fabris tra-

lharam hoje abaixo de sua capacidade instalada. As empresas que consomem demasiada energia tiveram que ser fechadas. Os efeitos desta crise são globais: um forte déficit externo, insuficiência de energia e de matérias-primas e insumos industriais, inflação e desemprego.

O desemprego, cada vez maior, atinge, sobretudo, a população jovem urbana, um setor onde a inquietação vem aumentando. No campo político-social, a resposta oficial é ir fechando as portas da liberalização que havia insinuado. Os próximos meses dirão se as medidas correctivas que o governo está aplicando serão eficazes.

Porém, na melhor das hipóteses, esta será uma lenta recuperação que consumirá um bom número de anos. Só depois deste lapso, se poderá voltar a falar de uma modernização e de um impulso da indústria e da agricultura em grande escala. Por outro lado, foi arquivada a modernização militar que com tanto orgulho proclamaram os líderes chineses: calcula-se que a redução tenha sido muito mais severa do que a que se abateu sobre os contratos com as indústrias civis.

O que aconteceu foi, portanto, um erro de cálculo em relação às dimensões reais do mercado chinês e suas possibilidades de uma rápida expansão. E este retorno à dura realidade tanto se reflete nos aspectos mencionados, como no obscurecimento da imagem chinesa no Ocidente e na própria política externa de Pequim.

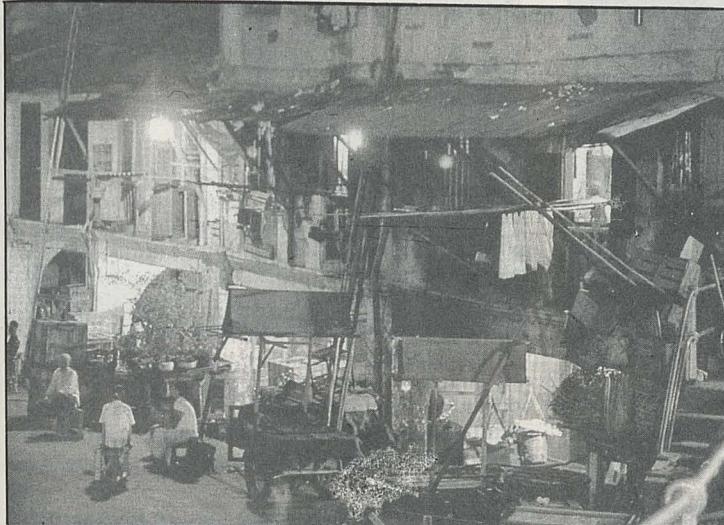
Conscientes de que tardarão muito mais do que haviam imaginado para chegar a ser uma grande potência mundial, o "reajuste" ordenado pelos líderes chineses se faz sentir em todos os planos, inclusive num tom mais baixo na sua política agressiva face à União Soviética e o Vietnã. □

INDONÉSIA

Um arquipélago superpovoado

A alta taxa demográfica não era esperada e pode criar sérios problemas para o regime do general Suharto

Mohamed Salem



Ao serem conhecidos, há algumas semanas, os primeiros resultados do censo realizado, no ano passado, no arquipélago indonésio, ficou descharacterizado o mito de uma suposta estabilização do aumento populacional: identificou-se inesperadamente no país uma taxa demográfica maior do que a estimada. Na Indonésia, a quinta nação do mundo em termos de população, as estatísticas oficiais tinham previsto que o ritmo de aumento anual durante a década passada seria mantida numa média de dois por cento.

Hoje, os números indicam que a taxa real de crescimento demográfico é de 2,34%, mais do que a da década passada, apesar da adesão do governo do general Suharto a uma política estatal antinatalista. Em função dos dados obtidos, calculou-se a população atual em 147 milhões de

habitantes, com uma estimativa de se atingir 235 milhões no ano 2.000, se essa tendência não for corrigida para menos.

Essa surpreendente comprovação é motivo de preocupação, pois implica o agravamento de dois sérios problemas: o da alimentação e o do equilíbrio demográfico dentro de um território de 1.904.569 quilômetros quadrados distribuídos em 13 mil ilhas.

Como a Indonésia é deficitária no campo da alimentação (no ano passado, teve de importar cereais num montante de um bilhão de dólares), esse problema vai continuar se agravando com o passar do tempo.

Hoje, a Indonésia pode pagar os altos custos de suas importações de alimentos graças a suas receitas petrolíferas. Porém, este é um recurso não-renovável e

não foi empregado para assentar as bases de um desenvolvimento que funcione quando o petróleo se esgotar. Visto a partir dessa perspectiva, o incremento demográfico envolve uma potencialidade explosiva.

O outro aspecto é a extrema concentração da população na ilha de Java, onde se encontra a capital, Jacarta, e onde 91,3 milhões de habitantes dividem entre si uma superfície de 132 mil quilômetros quadrados.

Se bem que, a taxa de crescimento em Java seja menor do que a média nacional (estimada entre 1,8 e 1,9%), a densidade demográfica que essa ilha atingiu é alarmante. A altíssima densidade de Java, juntamente com o minifúndio, deu origem a fenômenos de erosão e esgotamento das terras férteis, acarretando um quadro agrário inquietante.

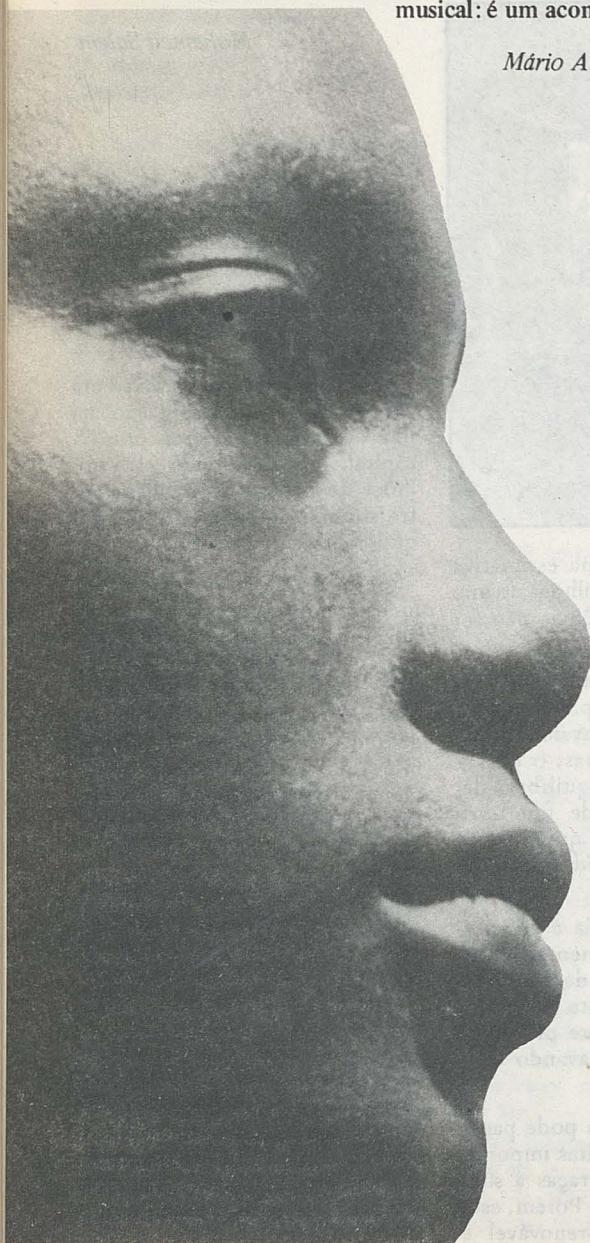
O governo, buscando reverter essa situação, pôs em prática em 1979 um projeto quinquenal de transferência populacional de Java para regiões escassamente povoadas.

Num lapso de cinco anos, deveriam ser deslocados 2,5 milhões de javaneses, mas até agora o plano só foi cumprido em 75% e a recente descoberta da taxa de crescimento demográfico indica que este será mais rápido do que as emigrações. □

De volta às origens

A grande incidência do afro nos shows brasileiros é muito mais do que um simples reencontro musical: é um acontecimento cultural e político

Mário Augusto Jakobskind

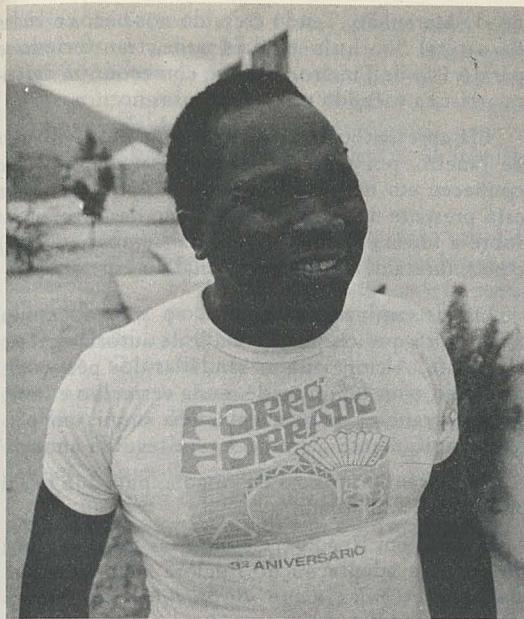


Uma nova etapa se abre no relacionamento Brasil-África. Não estamos falando do relacionamento oficial, mas de um encontro entre povos, com raízes culturais que se cruzam. Essa manifestação, que não é nova, mas que se concretiza hoje de uma forma incontrolável, pode ser identificada com mais vigor na música. O que era um privilégio de alguns cantores e compositores, marcadamente influenciados e preocupados com a contribuição africana na nossa formação cultural, de repente se populariza, emociona e passa a ocupar um espaço maior na produção popular brasileira.

Há seis meses, um grupo de artistas brasileiros esteve em Angola divulgando a nossa música. Não era no estilo das viagens à Europa ou aos Estados Unidos, para cantar samba. Era uma experiência nova, rica. Como se todos tivessem a oportunidade de entrar numa máquina do tempo e voltar ao passado, se misturar com um dos fortes segmentos que influenciaram a nossa cultura musical. Principalmente num momento em que as manifestações culturais de um povo se dão livremente, sem a interferência do colonizador. E aí está a importância do acontecimento: é a nova realidade política nos jovens países africanos que possibilita um relacionamento novo entre nossos povos.

Durante a dominação portuguesa, a música popular brasileira chegava à África de uma forma dispersa, unilateral, sem um retorno, sem uma troca, pela repressão cultural exercida pelos colonizadores, que não permitiam que a explosão rítmica africana se exprimisse e chegassem até nós da forma como chega agora.

Há um interesse, um sentimento que nos une. A libertação de Angola e Moçambique não foi apenas uma libertação política, mas também cultural. E hoje a música popular brasileira vai à África e obtém a resposta: volta enriquecida, libera o inconsciente musical adormecido ou desconhecido.



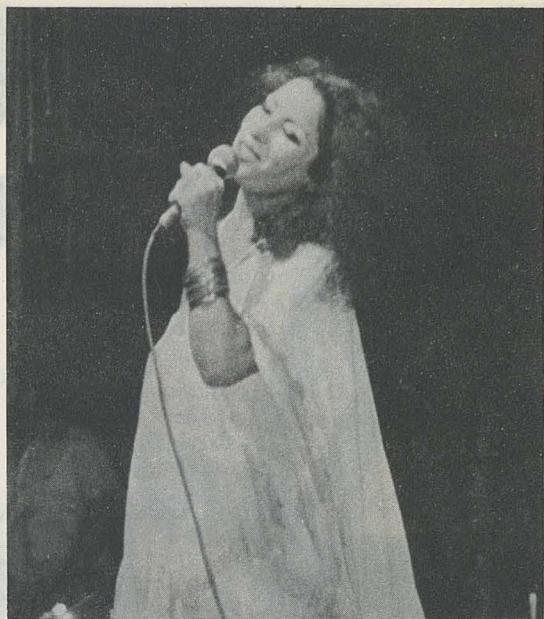
João do Vale: "em Angola todo mundo trabalha, não há distinções"

Essa observação não é uma coisa abstrata. Há o fato. Alcione, Clara Nunes e João do Vale — todos integrantes do grupo que foi a Angola — incluem hoje nos seus shows ritmos e músicas afro, numa nítida demonstração da importância do contato musical feito naquele país.

Não é nossa proposta analisar a influência musical africana na música popular brasileira. Seria necessário escrever um livro — e já existem muitos — para aprofundar o assunto. O que consideramos importante — e cabe a nós registrar do ponto de vista cultural e político — é o reencontro com um dos componentes fundamentais da nossa formação musical e a assimilação positiva que gerou em alguns dos nossos mais populares intérpretes e compositores.

Dos índios "Krahó" à "Morena de Angola"

"Clara Mestiça", um espetáculo musical apresentado pela cantora Clara Nunes, no Rio de Janeiro, durante vários meses, foi uma espécie de síntese da música popular brasileira atual. O show começa com o canto dos índios Krahó e passa por diversos ritmos brasileiros, terminando com a "Morena de Angola", de Chico Buarque de Holanda — um reencontro festivo com a ancestralidade africana, composta depois de uma festa no Morro da Catumbela, próximo da província angolana de Benguela durante a visita de 64 músicos brasileiros que participaram dessa curta temporada.



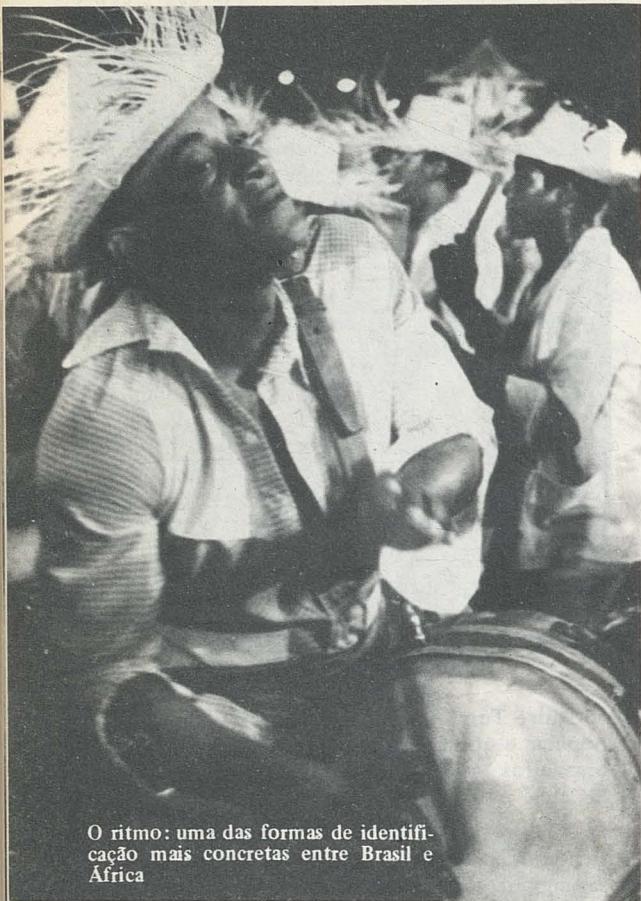
Clara Nunes: trazendo para o Brasil o que assimilou na África

Dulce Tupy, jornalista especializada em música popular e que acompanhou a comitiva musical de brasileiros a Angola, assim descreve o "Clara Mestiça":

"O repertório faz a curva ascendente da música popular brasileira. Cada música tem uma mensagem que se interliga a outra, formando um elo coeso entre o som específico de cada raça: branca, negra e indígena".

"Guerreira", de autoria de João Nogueira e Pau-lo César Pinheiro, é uma das músicas apresentadas por Clara Nunes:

*Se vocês querem saber quem eu sou
Eu sou a tal mineira
Filha de Angola, de Kêto e Nagô
Não sou de brincadeira
Canto pelos sete cantos, não temo quebrantos
Porque eu sou guerreira
Dentro do samba eu nasci
Me criei, me converti
E ninguém vai tombar a minha bandeira, ô, ô
Bole com samba que eu caio
E balanço e balaio
No som dos tantãs
Rebolo o que deito e que rolo
Me embalo e me embolo
Nos balangandãs
Bambeia de lá que eu bambeio
Nesse bamboleio*



O ritmo: uma das formas de identificação mais concretas entre Brasil e África

Que eu sou bambambá
Que o samba não tem cambalacho
Vai de cima em baixo
Pra quem é seu fã
E eu sambo pela noite inteira
Até amanhã de manhã
Sou a mineira guerreira
Filha de Ogum com Yansa

Natural da pequena cidade de Paraopeba, próxima de Belo Horizonte, Clara Nunes é atualmente uma das cantoras de maior sucesso no Brasil, apresentando o samba como ponto alto do seu repertório. Tanto Clara como os que estiveram em Angola no ano passado consideram a experiência marcante em suas carreiras musicais.

Alcione: o balé na Catumbela

Esta também é a opinião de Alcione Dias Nazaré, a Alcione, ou ainda, a Marron, natural do Esta-

do do Maranhão. Tendo crescido nos becos e vielas da capital São Luís e, mais tarde, transferindo-se para o Rio de Janeiro, Alcione começou sua carreira artística tocando piston em casas noturnas.

Ela apresentou recentemente um *show*, no Rio de Janeiro, por mais de um mês. Angola, país que conheceu em novembro do ano passado, desta vez está presente não só por intermédio das influências sobre a música popular brasileira (semba – samba) como, diretamente, na parte final do espetáculo.

Em determinado momento, ao som do samba “Foi agora que cheguei Dona”, de autoria de Tião Motorista, Alcione tira as sandálias dos pés, cobre o vestido com um pano de renda vermelho e outro preto, arranca a peruca deixando surgir um penteado tipicamente africano e, em seguida anuncia:

“Vou cantar músicas de Angola, país que fica lá onde nasce a liberdade”.

E canta em língua *kimbundo*, as músicas *Birim Birim*, uma adaptação do folclore angolano, *Nuadia Kime* e *Undi Guiami*. *Birim Birim* conta a história de um homem que passou algumas decepções na vida e não quer repeti-las. Enquanto *Nuadia Kime* fala de um velho que diz às crianças para respeitarem seus cabelos brancos, *Undi Guiami* descreve uma pessoa que não quis estudar, não foi à escola, mas quando cresceu, se informou da vida e arrependeu-se de não ser um homem culto.

A presença cultural de Angola, Moçambique, Benin (ex-Daomé), Guiné e outros países africanos no Brasil é atualmente um fato importante. Isso se deve em grande parte à descolonização e liberações ocorridas no continente africano.

E agora a questão se inverte: antes, o Brasil era um ponto de referência para esses países, uma espécie de parente mais velho e crescido. Como a cultura popular era reprimida pelo colonizador, os africanos, sobretudo nos países dominados pelos portugueses, viam as manifestações culturais brasileiras como um ponto de referência próximo em função das raízes comuns.

A África, como já foi dito, sempre esteve presente no Brasil, mas agora o elo de ligação se fortaleceu. A cultura popular dos países africanos libertados desenvolve-se e é estimulada, aumentando, portanto, o poder de criação na música, literatura, poesia, dança, enfim, nas mais diversas manifestações culturais dos povos livres. Vivemos, assim, um novo momento, porque o Brasil olha para a África e tem interesse em conhecer melhor o que está acontecendo em matéria de cultura popular.

De alguma forma, a apresentação de músicas angolanas por Alcione para um público dos setores

médios da sociedade, já é um reflexo deste novo momento. A aceitação foi muito boa, tanto que a própria Alcione já pensa em montar, até o fim desse ano, um musical negro no Brasil: vai a Angola, acompanhada de bailarinos e coreógrafos, para ver de perto o balé na Catumbela, isto é, se inspirar, segundo o seu próprio depoimento.

Há quem interprete o posicionamento atual de Alcione como oportunismo musical com interesses comerciais — a música angolana estaria sendo redescoberta e poderia trazer dividendos financeiros. Alcione responde aos que levantaram essa questão: "Oportunismo? Acho que não. Seria, se a música angolana tivesse estourado no mundo inteiro. Não é nada disso. Nós não ouvimos música angolana. Fomos lá buscar. Isso não é oportunismo. Pelo contrário, foi oportunidade que o governo de lá me deu para conhecer diretamente a cultura do povo. Toda vez que me derem oportunidade, quero ir para conhecer ainda mais".

"Não sou Papa mas beijei o solo angolano"

Outros músicos brasileiros que estiveram em Angola sentiram também as raízes comuns. Sobre isto, fala o cantor e compositor João do Vale, maranhense há muitos anos radicado no subúrbio de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro e cujas canções como "Carolina", "Pisa na fulô" e "Carcará" alcançaram repercussão internacional.

"Angola sempre esteve presente no meu pensamento. Lá eu me senti em Pedreiras, no lago das Onças, cidade e local onde eu nasci, no Maranhão. A caravana de artistas que foi para Angola não sabia que eu era descendente de angolanos, através de meu bisavô. Fui o primeiro a descer no aeroporto. Não sou Papa nem nada, mas beijei o solo

angolano, pela alegria de reencontrar a terra dos meus antepassados."

Natural de uma região agrícola do Maranhão — Pedreiras fica a 300 quilômetros da capital do Estado — com forte predominância negra, João conviveu desde criança com o ritmo e a dança dos seus antepassados. Segundo o próprio artista, ele reencontrou o *tambor de criola* (o jongo clandestino que se manifesta de forma semelhante nas cidades situadas às margens do rio Paraíba) em Angola, na região de Benguela. Outro fato evocativo de sua infância chamou a atenção de João e de certa forma decifrou um "enigma":

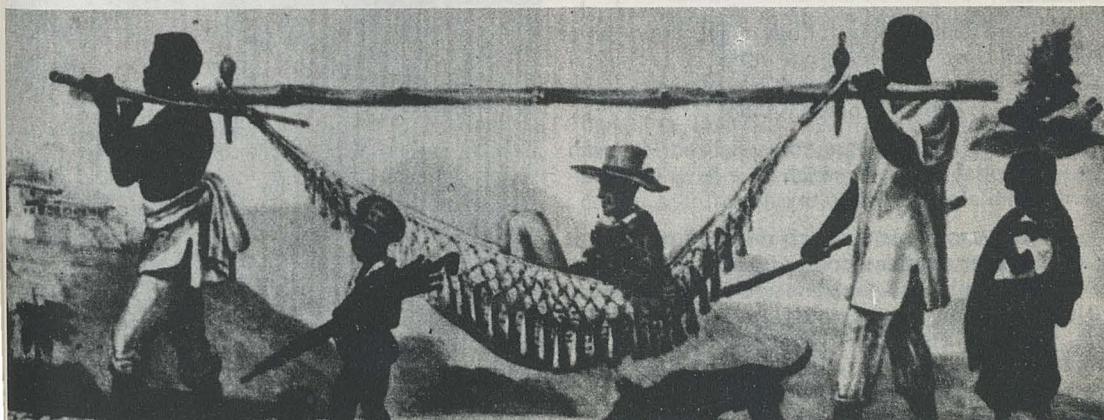
"Lembrei que no lago das Onças tinha algumas pretas velhas que falavam embolado. Todo mundo dizia que era coisa da roça. Mas não. Acabei descobrindo em Angola ouvindo o povo falar. Era uma mistura do português com a linguagem própria das pretas velhas."

Antes de cantar, João do Vale foi operário da construção civil, pedreiro, peixeiro, agricultor e até jogador de futebol no Bangu.

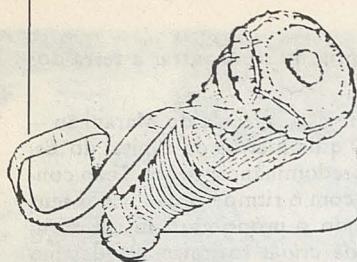
João já compunha sambas, baiões e cocos de influência africana. Acabou tornando-se, a partir da década de 50, um dos nomes mais populares em matéria de música popular, compondo e cantando músicas do norte e nordeste com sabor afro.

João do Vale mostra-se muito eufórico pelo seu primeiro contato com a África e fez algumas observações:

"Em Angola todo mundo trabalha. Acho muito importante. Gostei muito de visitar as fábricas e ver os camaradas angolanos preocupados com o futuro. Há um equilíbrio de salários. Todo mundo paga 10% do salário no aluguel. Não há distinções. Quem, como eu, já foi operário, sabe da importância disso tudo." □



Com os escravos não vieram apenas os braços fortes, mas principalmente o sentimento de um povo



Alcione

Chega de colonialismo

“Sempre fui apaixonada pela música angolana. Por falta de oportunidade, circunstância e distância, não havia intercâmbio entre a música angolana e a brasileira. Não tínhamos informação sobre Angola, nem os colonialistas estavam interessados nisso. Mas os angolanos sabem tudo sobre a nossa música.

“Em novembro último, fui a Angola a convite da Secretaria de Cultura. Fiz oito apresentações: em Benguela, Huambo, Cabinda, Malange e Luanda. Conheci compositores, músicos, poetas e escritores angolanos.

“Tenho a impressão que já estive lá há muito tempo e não voltei mais. Achei isso não só pelos contatos com as pessoas, como também em relação à música, à comida, enfim, tudo. Pensei: preciso trabalhar em cima desta música, cantar esta música, pois ela realmente me diz alguma coisa, como a música brasileira. Foi daí que eu trouxe fitas gravadas. No final do meu show do Canecão¹, resolvi prestar uma bem merecida homenagem a Angola.

“Não acho a música angolana uma música de consumo. A música norte-americana sim é que é. Não tem mais nada para dizer. Eles agora só têm mesmo o jazz, porque é a única coisa real que existe em termos de música nos Estados Unidos. O resto já era. O jazz ficou porque tem história, e o que tem história fica. Rock e outras porcarias passam.

“Acho que Angola foi um marco importante na minha carreira. Depois que voltei de lá cheguei convicta que a música africana e a brasileira ainda têm muito o que fazer neste mundo.

“Tenho medo é que comercializem e façam aquelas coisas para a América ver e ouvir, como fizeram com alguns músicos brasileiros.

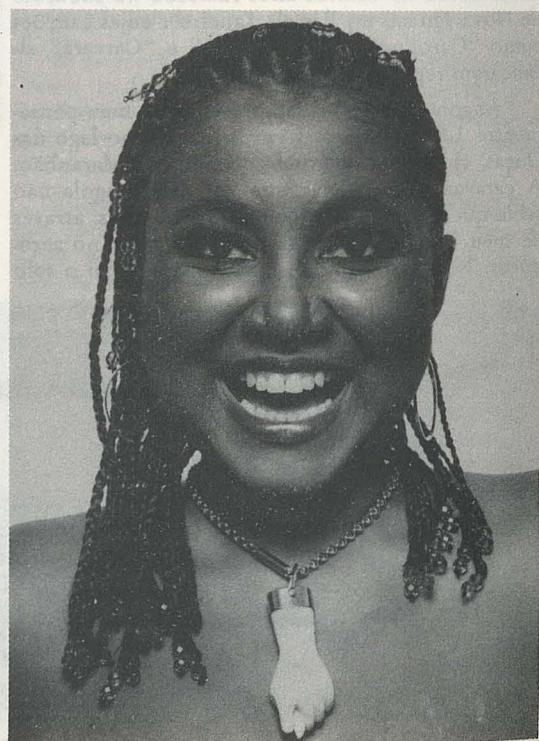
“As pessoas gostaram do meu último show e ficaram surpreendidas com o quadro de Angola. Acharam muito bonito, apesar de não entenderem a letra cantada em quimbundo. Acham que no fundo tem uma coisa muito importante, como tem mesmo. Muita gente comentou comigo: ‘Que maravilha aquele quadro da África!’

1 O café-concerto mais famoso do Rio de Janeiro.

“No show que pretendo apresentar ainda este ano vou começar com Angola e acabar num tremendo carnaval. No meu próximo disco pretendo mostrar coisas de Angola.

“Acho o povo angolano muito forte. É muito bonito eles mandarem no país deles. É um povo pacato, apesar de terem guerreado muitos anos para ficarem livres. Não entendo muito de política, mas das coisas que eu pude captar, acho que a África merece se unir e buscar a libertação. Chega de colonialismo! Chegou a hora desse povo. Chega de opressão!

“Gostei demais de Angola, a gente morre de saudades. Dona Ivone Lara (cantora que também esteve em Angola) me perguntou outro dia: ‘Alcione, depois que saímos de Angola você não tem sonhado às vezes com aquele país? Não ficou com Angola na cabeça, com aquele povo todo?’ Realmente tem um ingrediente espiritual que eu não consigo explicar. É uma coisa muito forte.”



Chico

Agora a História é outra

□ "Os angolanos conhecem bem o Brasil desde muito tempo. Encontrei gente que guardava recortes de revistas brasileiras da década de 50. O Brasil era um ponto de referência. Na medida em que a cultura popular era reprimida pelos colonialistas, eles buscavam no Brasil as coisas que não podiam ser manifestadas lá, porque os opressores não deixavam. Hoje, os angolanos continuam olhando com interesse para o Brasil, mas a história mudou. Agora somos nós que vamos lá em busca das nossas origens.

"Antes, de lá para cá nunca chegava nada, o colonialismo não permitia. Apenas divulgavam imagens que não correspondiam à realidade do povo, mas mostravam os colonos portugueses. Agora, com a independência, chegou a vez dos angolanos transmitirem diretamente aos brasileiros o que está se passando lá. Neste sentido o Projeto Calunga (a excursão musical de 12 dias dos artistas

brasileiros no ano passado em Angola) foi muito importante. A idéia inicial era ir também a Moçambique. Não foi possível, fica para outra vez.

"Discordo dos que dizem que a música com raízes africanas é moda. Aqui no Brasil a ida de 64 músicos brasileiros não teve o destaque e a importância que deveria ter tido. A moda se impõe através dos parâmetros burgueses. O que houve foi um contato direto entre dois povos através de caminhos próprios.

"Angola é um país com um povo realmente modesto, mas este povo participa no processo revolucionário com grande vibração. A impressão é que cada um se sente inspirado pela batalha que está sendo travada. Foi uma valiosa experiência para todos nós.

"A volta às origens é importante na afirmação da formação cultural."

Como nasceu a

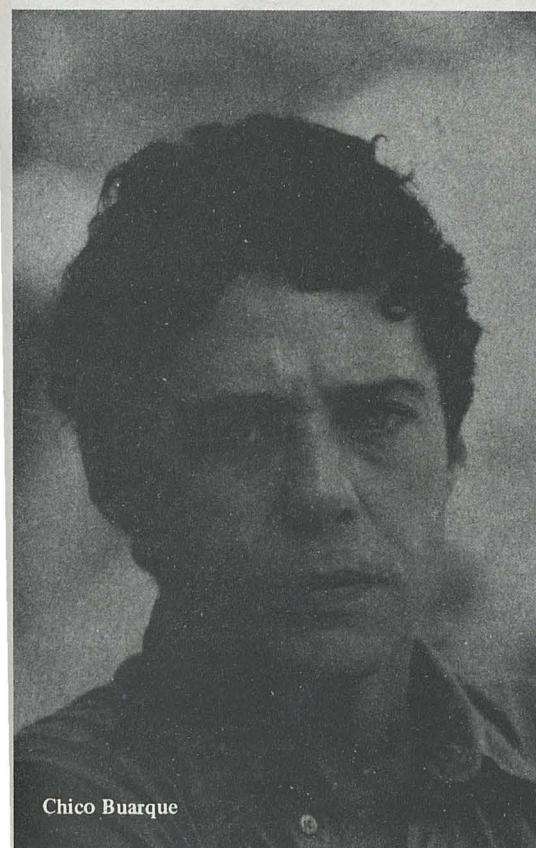
"Morena de Angola"

□ Chico: — "Morena de Angola" nasceu diretamente motivada pela viagem e por um pedido de Clara Nunes que queria gravar alguma coisa que lembrasse o país em que estávamos. Assistimos uma festa típica no morro da Catumbela, perto de Benguela. Vi mulheres dançando com chocalho na mão. O certo seria usar o chocalho no pé. Usá-lo na mão talvez fosse uma influência da colonização.

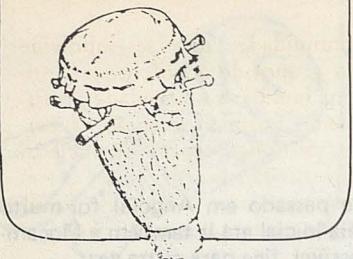
Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela; será que ela mexe o chocalho ou o chocalho é que mexe com ela?

— Imaginei tudo isso misturado com o clima de guerra (a luta contra a agressão racista) que se sente na cidade.

Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela. Será que no meio da mata, na moi-



Chico Buarque



ta, a morena ainda chocalha? Será que ela não fica afoita prá dançar na chama da batalha?

— Um sentinel que conduz o fuzil e começa a dançar. O pessoal lá tem o ritmo, a dança e a música no coração.

Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela. Passando pelo regimento ela faz quebrar o sentinel.

Clara Nunes: — Um dia estávamos em Benguela, a caminho do almoço, em um ônibus. Falei para o Chico que, voltando ao Brasil, ia gravar uma música dele. Perguntei se já tinha alguma coisa pronta. Ele respondeu: "Eu faço." Lembrei-lhe que estou "ligada" na África, em Angola. "Vê se te inspiras e faz alguma coisa em cima disso" — pedi.

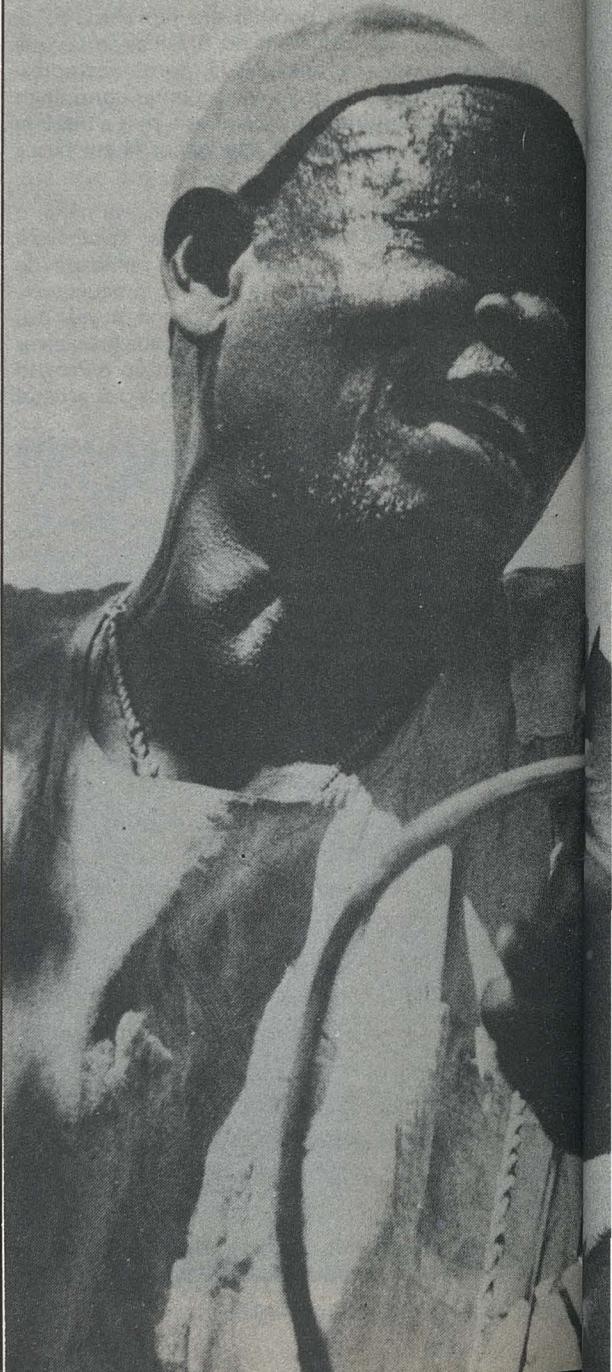
— Dois dias depois, fomos ao Morro da Catumbela assistir um espetáculo de músicas e danças, com meninas com chocalho. Aí surgiu a "Morena de Angola", música linda e uma homenagem ao povo angolano. E aqui, no Brasil estourou, tornou-se um sucesso.

— Depois disso houve uma polêmica. Alguns disseram que as angolanas não andavam de chocalho. Agora não andam, mas é uma coisa tradicional. Acho que foi uma polêmica sem razão de ser.



As mesmas raízes

Do século XVI até os nossos dias, a presença angolana na música popular brasileira



A rigor, com a chegada ao Brasil, no século XVI, dos primeiros escravos negros procedentes de Angola, para o trabalho na monocultura da cana-de-açúcar, começam a ser ouvidos acordes musicais em escala pentatônica — de cinco tons — que caracterizam as manifestações musicais africanas. Paralelamente, desenvolveu-se a música de origem européia e dos primeiros habitantes do país descoberto pelos portugueses, os índios.

A fusão dos três ritmos, e mais alguma influência moura na região nordeste, resultou na música popular brasileira, com predominância africana e européia. No decorrer dos séculos, o índio foi sendo dizimado pelo colonizador — de mais de cinco milhões no século XVI restam hoje perto de 100 mil —, pois a sua mão-de-obra escrava não se adaptou aos vários ciclos econômicos (cana-de-açúcar, mineração e café) do modo de produção capitalista.

Os africanos trouxeram o *semba*, que se transformou no *samba*, gênero marcante da música popular brasileira nas áreas de maior concentração populacional negra, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador. Em outros estados, a África também marcou sua presença: Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Maranhão e parte do litoral do nordeste, como Pernambuco.

Ainda hoje, nas proximidades da cidade de São Paulo e em Minas Gerais, nas áreas onde se desenvolveu o ciclo da mineração, realiza-se todo ano a *festinha da Congada*, uma manifestação tão africana como brasileira, também praticada nos Estados de Goiás, Rio Grande do Norte e Pernambuco, guardando as especificidades locais.

Na Congada, é coroado o Rei do Congo, geralmente uma pessoa mais velha e com liderança na

comunidade, que se subdivide em grupos de acordo com a origem familiar ou atividade profissional. Formam-se então os *Ternos de Congo*, espécie de núcleos, cuja função é a de eleger o Rei com mandato de um ano, mantendo portanto as tradições.

Durante o cortejo, ouve-se música essencialmente africana, no ritmo, na estrutura do coro, refrão e solo. Uma das características da Congada — praticada por negros e brancos de origem humilde — é também o duplo sentido das letras (forma de auto-defesa dos oprimidos). Uma pessoa canta e o coro responde. Eis o exemplo, no Terno de Catupé, que fala da abolição da escravatura em 1888.

*“1888, oi naquele dia de
ano (bis)
eu tava dormindo no mato
soldado me procurando
ai, ai, ai, ai
que dor que dá no meu peito.”*

Nessa manifestação, os participantes se escondem atrás do catolicismo aceitando uma parte do ritual — os santos negros ou considerados protetores dos humildes — mas recusam a música sacra (européia), optando pela estrutura rítmica africana.

De certa maneira, em função de toda estruturação social dos *Ternos de Congo*, que se reflete também na música e na dança das festividades, a Congada é, na realidade, a mãe das Escolas de Samba que desfilam no Carnaval brasileiro e cuja manifestação maior se dá no Rio de Janeiro.

Outra forma musical eminentemente africana é o *jongo*, que aparece em cidades do Estado do Rio de Janeiro situadas às margens do rio Paraíba, e nos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

O *jongo* nordestino é praticado por pessoas mais velhas, semelhantes às reuniões dos mais



Muitos dos instrumentos musicais africanos utilizados no Brasil desapareceram: imposição "cultural"

antigos *kimbundos* nas *mulembas* (espécie de casa do conselho dos mais idosos), que se reúnem em redor de uma fogueira, cantando e dançando. Os músicos, segundo explica Antônio Espírito Santo, integrante do grupo musical *Vissungo*, utilizam *angomas* (o atabaque da África do Norte), executando pontos encadeados um ao outro em forma de desafio, onde as metáforas vão ficando pouco a pouco mais complexas, até provocar uma espécie de catarse coletiva e fenômenos paranormais.

*"Me dá o que comer, me dá o que beber
que eu saio lá de casa e vou
morar lá com você
ai junguito, ai minha povaria
de tão longe eu venho vindo
cativeiro tá aqui."*

O termo *jongo* deriva de *ka-jongo*, que na língua *Kimbundo*

significa "osso duro da virilha do boi". No decorrer do tempo, o prefixo *ka* entrou em desuso, ficando *jongo*, que a grosso modo significa "osso duro de roer". Manifestação semelhante ao *jongo* pode ser encontrada no Estado do Maranhão com o nome *tambor de criola*.

Cronistas europeus e alguns pintores como *Rugendas* e *Debret* registram, até 1870, a existência no Brasil de vários instrumentos musicais africanos hoje praticamente desaparecidos. Entre eles estão o *kissanje* (caixinha de ressonância de madeira ou cabaça com paletas de aço ou bambu, dispostos de forma a produzirem escalas musicais), o *sanza*, o *imbueto* e a *marimba* (ripas de madeiras de cabaças superpostas a caixas de ressonância fabricadas em madeira de lei) — essa última é ainda encontrada em algumas congadas.

Qual teria sido o motivo da não fabricação desses instrumentos?

Segundo Antônio Espírito Santo, uma das versões seria a luta cultural entre as elites dominantes e as classes dominadas, com as primeiras impondo os seus próprios instrumentos (cultura), resultando no desaparecimento dos demais. A violência da escravidão do passado e do presente, que impede as pessoas de terem tempo para desenvolver sua cultura, seria também uma das explicações.

Angola, a cultura *bantu*, e a África de um modo geral estão e sempre estiveram presentes na cultura brasileira, em especial na música popular, tanto no interior do país como nas grandes cidades, para não falar do Carnaval, que merece um capítulo à parte. □

Um maestro na África

Um músico brasileiro pesquisa a música moçambicana e analisa o seu potencial e a sua sobrevivência à repressão cultural ocidental na época da dominação portuguesa

Norma da Silva

Natural de Minas Gerais, onde iniciou seus estudos musicais aos quatro anos de idade, Martinho Lutero é um jovem regente com uma sólida formação musical, que hoje desenvolve um importante trabalho de pesquisas na República Popular de Moçambique. Parte do resultado das suas atividades foi divulgado pela emissora oficial do país.

Uma vez mais, é demonstrado que a presença colonial não é apenas algo retórico, mas que

Como é que você, um profissional formado dentro da escola tradicional, fortemente influenciada pela Europa, vem para um país do Terceiro Mundo desenvolver o tipo de trabalho que está realizando?

— Bem, no Brasil nós temos o costume de estabelecer a dife-

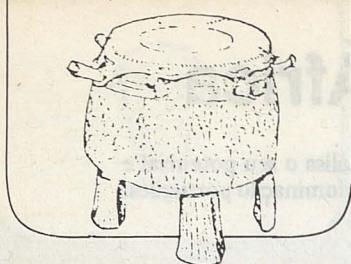
penetra em todos os setores da vida de um povo. Nesta entrevista é dada também uma visão panorâmica, não só dos problemas colocados para o intelectual e o seu papel na sociedade, particularmente no Terceiro Mundo, como ainda dos equívocos surgidos nas tentativas de aproximação com a África, todos derivados da incapacidade de se aceitar a validade de outras formas de cultura que não sejam aquelas irradiadas por centros tradicionalmente conhecidos.

me interessei pela música negra, pela influência africana na cultura brasileira. Grande parte da nossa música, seja ela erudita ou não, deve muito à influência negra, que é bastante forte. Trabalhei na área de coral e com a música negra. Quando surgiu a oportunidade de vir para Moçambique, isso significou a possibili-

rença entre a música popular, a música antiga, a música erudita etc. A meu ver, existem apenas dois tipos de música, a boa e a má. Não tenho nenhum preconceito quanto à área de atuação dentro da música. A minha formação foi para ser músico e para trabalhar em qualquer área. No meu trabalho no Brasil, sempre



Martinho Lutero pesquisando a música moçambicana



dade de eu entrar em contato com as nossas origens. Vim para Moçambique porque aqui se desenvolve um processo que politicamente me motiva a colaborar na organização de um país novo. Em resumo, aqui se coloca em prática uma opção que é também a minha — o socialismo — e que necessita de apoio para se tornar realidade. Tudo isso e mais o meu interesse musical foram os motivos que me levaram a aceitar o trabalho em Moçambique.

No Brasil, a minha atividade nos últimos tempos foi quase que exclusivamente voltada para a música erudita. Trabalhei muito pouco com a música popular. No nosso país há duas maneiras de formar um músico. Através unicamente da prática: aquele músico que pega um violão e sai tocando, hoje em um bar, amanhã na casa de amigos e depois grava um disco e vira músico popular. Algumas vezes ele se torna de fato um músico, como é o caso de Villa-Lobos, que começou tocando nos bares do Rio de Janeiro e depois se transformou no grande músico que todos nós conhecemos. Ou por meio da outra linha oferecida ao pessoal da minha época, que faz a sua formação através da escola.

Eu não estabeleço diferença entre ambas as formações, pois acredito que de qualquer uma delas pode sair um bom músico. No entanto, a pessoa que começa de uma forma mais popular, espontânea, chega a certa altura, tem que parar para estudar profundamente e então se desenvolver. O indivíduo que começa por uma outra via, pelo estudo, tem

que esquecer um pouco os bancos da escola e viver com o povo, ver o que se faz na rua, porque senão ele jamais vai se tornar um grande músico. Então tudo é uma questão de começo, por onde o músico inicia. E esse começo está ligado às suas possibilidades econômicas, à sua classe social.

— No Brasil, se você vai para a rua e tenta viver a música popular como eu vivo aqui, você não come. Em Moçambique sou pago para isto, para andar por aí vendendo como é que o povo faz música.

Eu não sabia muito claramente o que ia encontrar em termos de condições de trabalho. Tinha conhecimento de que era um país muito pobre e que fatalmente eu não ia ter condições técnicas como, por exemplo, instrumental, estúdios etc. Mas tinha a segurança de que ia encontrar uma instância superior que não era hostil, e isto para mim era mais importante para o trabalho do que condições técnicas, de vida, às quais estava acostumado. O importante é que, em termos políticos, tenho meios efetivos de trabalho. E eu me considero engajado nos objetivos deste governo.

Levantamento da música tradicional

Quais são as atividades que você desenvolveu na Escola de Música?

— Logo que cheguei tive como tarefa reformular o curso de música, que estava bastante limitado na formação de profissionais. Faltava-lhe uma definição quanto ao que realmente se queria no tocante aos futuros professores. Encomendaram-me a revisão do currículo da escola, repensar toda a sua parte pedagógica. Neste projeto, que conduziu à organização geral do ensino, trabalhei cerca de um ano.

Uma vez feito isso, saí para outras tarefas consideradas mais prioritárias.

Essa parte do trabalho na escola de música considero como um projeto na área cultural, pois, como se sabe, um dos problemas fundamentais que existem em Moçambique é a formação de quadros em todos os campos. No nosso setor, isso não é diferente. Junto com essa tarefa específica, comecei a desenvolver uma parte do projeto que, na minha opinião, era mais importante: o levantamento da música tradicional, de toda a música do povo moçambicano. E aqui cabe uma definição do que é música tradicional: aquela que é desenvolvida pelas culturas existentes dentro de Moçambique. Essa música chama-se, normalmente, em todos os países do mundo, de folclórica. Aqui somos virtualmente contra esse termo porque o folclore, no Ocidente, de uma maneira geral, tem um sentido politicamente pejorativo. Concebe-se o folclore como a representação de determinadas culturas que já passaram. Por exemplo: no Brasil temos o chamado folclore indígena, que é a música daqueles povos que lá viviam antes do "descobrimento", isto é, antes da invasão portuguesa. A cultura desses povos foi, em consequência, totalmente destruída. Aqui não foi possível destruí-la, não se conseguiu aniquilar os povos que habitavam o território, o que é uma situação completamente diferente daquela que se viveu no Brasil.

Em Moçambique existe ainda uma cultura tradicional cultivada pelos diferentes grupos étnicos. Com o desenvolvimento da luta armada, vem então a consciência da nação moçambicana, que, como síntese, será o fruto das diversas culturas existentes. Dessa forma, aqui não tem sentido falar em folclore, pois o que encontramos não é uma cultura do passado, mas,

pelo contrário, ela está presente no povo até hoje. Por isso, nós chamamos de tradicional esta música que normalmente, pela terminologia ocidental, seria denominada de folclórica. Em última instância, nós poderíamos chamá-la de música popular, num sentido completamente diferente daquele vigente, por exemplo, no Brasil, onde esta denominação é dada principalmente a um produto criado para o consumo.

Não só uma questão histórica

Seria uma espécie de resgate do que o colonizador tentou negar...?

— Sim. Em Moçambique, a pesquisa da música tradicional é a questão mais importante que existe para ser feita. Só depois de levantado e de valorizado todo esse passado é que se vai poder pensar em alguma síntese para o futuro, em atividades para se dar continuidade ao projeto. Vê-se, pois, que essa tarefa não é só uma questão histórica, mas uma aglutinação de tudo aquilo que existe de efetivo na cultura do povo moçambicano. Nós não temos aqui as divisões das atividades musicais que existem no mundo ocidental de uma maneira geral, como seria a música erudita, a ligeira e a folclórica. Temos, isso sim, a música feita pelo povo e a elaborada nas cidades no tempo colonial, hoje denominada de "ligeira". Esta última categoria enfrenta um problema muito sério que é a comunicabilidade com o povo. Quem é que ouvia a música ligeira antigamente? Era o colono e o "assimilado". Mas hoje, tal tipo de música perde o seu valor assim como se perdeu o seu público. E somente irá sobreviver na medida em que se agarre às formas tradicionais que não são conhecidas por esses profissionais. Esta pesquisa é importante, pois abre caminho para uma música que

será de fato moçambicana, com todo o sentido político que isso representa. Depois de 500 anos de dominação colonial, a música feita por 95% da população de Moçambique está vindo à tona e deverá tomar o lugar de toda a importação que se faz dos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul e outros países. Pela primeira vez, ela tem condições de ir para as ruas e proliferar. E isso só foi possível com a vitória sobre o colonialismo.

Concretamente, o que é que vem sendo feito no sentido de valorizar essa música tradicional?

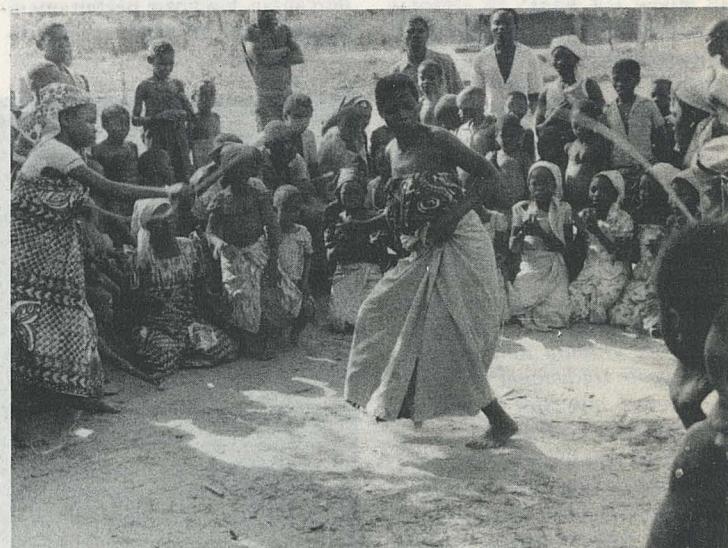
— O que se faz é recolher, por enquanto, o que existe dentro do país. Passado o período colonial, no momento da independência, muito pouca coisa se sabia a respeito de Moçambique. Inclusive, em termos da população, não se tinha sequer uma idéia exata do seu montante, e, consequentemente, muito menos do que ela fazia. Em termos musicais, o desconhecimento era total: naquele tempo essa atividade era reprimida. Então, o principal do nosso trabalho — é o que

estamos fazendo agora — é um levantamento do que existe em relação à música e à cultura. Nesse sentido, o Festival de Música Tradicional do ano passado foi muito importante pois permitiu que recolhêssemos e mapeássemos a música existente no país.

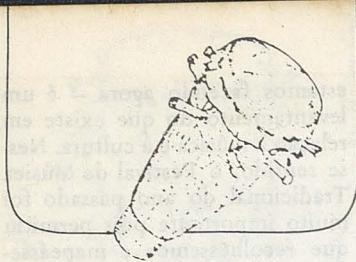
Essa promoção, que reuniu desde a sua fase provincial, de localidade e célula (que é a menor organização social), até a fase nacional, envolveu oito mil músicos. Através do trabalho de todos esses participantes passamos a ter uma idéia do que existe neste setor. O material agora recolhido permite conhecer facilmente, dentro das províncias, dentro do país, onde está localizada cada atividade cultural ou musical.

Como estão divulgando essa música?

— O que podemos fazer, em termos de divulgação, são discos ou, como já foi feito, livros com análise a respeito da música tradicional. Tudo isso mais voltado para o conhecimento externo que interno. Porque internamente, mais importante do que gra-



A dança "Nsope", na aldeia de Mitope, província de Cabo Delgado



var discos, do que transmitir a música tradicional pelo rádio ou publicar livros, é que o povo continue a fazer a sua música tradicional e que essa música se desenvolva. Ela ainda está muito ligada a toda a sociedade tribal, feudal, que é uma herança que Moçambique recebeu no momento da independência. Foi o legado de um país, com uma organização tribal, enfraquecido pelos séculos de jugo colonial. Da mesma forma que a organização social e política, também a música se ressente do mesmo problema.

Que o povo reflita em cima da música que faz e possa, através da mudança social que se comeca a ter, também progredir e fazer esse mesmo avanço em termos culturais e musicais. Esse é o ponto fundamental da pesquisa. O levantamento não é simplesmente uma questão histórica, o que por si só já seria importante. Trata-se de levantar o passado como perspectiva do que será o futuro.

Voz de cabeça

Em um dos programas emitidos pela Rádio Moçambique, você aborda a questão da técnica vocal utilizada tanto nas sociedades africanas como europeias. Através de considerações em torno desse recurso de interpretação, você ensaiou uma crítica à concepção tradicional da cultura. Como é que você encara essa questão?

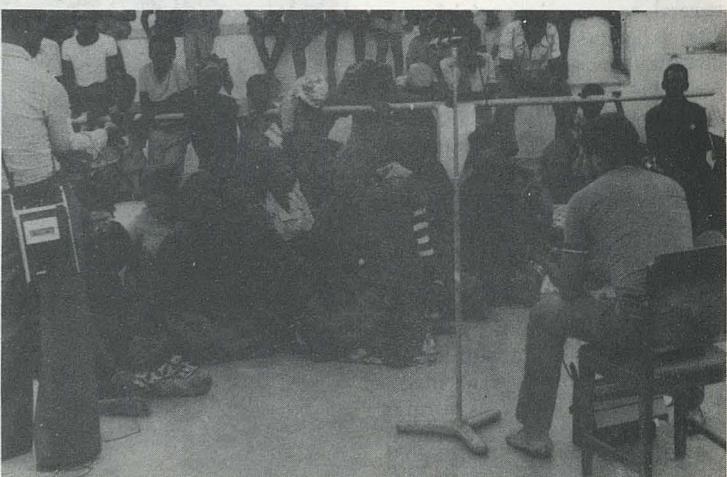
— No Ocidente, temos a mania de achar que somos os donos de toda a técnica na área cultural. Isso não é verdade, porque quando encontramos povos chamados de primitivos, selvagens,

indígenas, verificamos que eles dispõem de técnicas que nós nem sonhamos ter. Um exemplo é o caso de uma cantora apresentada na Rádio Moçambique. Nós temos aqui muita música, muito canto ligado a influências exteriores, fora dos povos *bantu*. É o caso do norte, da influência árabe veiculada através da cultura islâmica, dos cânticos muçulmanos. Já no sul, temos o peso da cultura cristã, difundida por meio das missões católicas ou das igrejas protestantes através dos corais. Mas essa cantora que apresentamos é, no entanto, de uma região da província de Téte, onde não houve nenhum tipo dessas influências. A forma dela cantar é bastante singular. O tipo de utilização que faz da voz, e o modo como faz a transposição de "voz de peito" para "voz de cabeça" (que é o grande terror de toda cantora do Ocidente onde se desenvolvem diferentes técnicas para superar esta dificuldade), é obtido de uma forma muito simples e natural. Ela recorre ao que aprendeu com o seu pai, que, por sua vez, aprendeu com o seu avô, e que veio com a tradição do povo *bantu* na forma de cantar. E a voz é perfeitamente apreciável por aqueles que exi-

gem qualidade, tanto por uma platéia do local mais isolado da África como pelos frequentadores da Ópera de Paris.

Esse é um exemplo típico do valor intrínseco que existe dentro desta cultura tradicional, inclusive no seu aspecto técnico. Não é somente o enfoque exótico que muitas vezes se dá na Europa e em outras partes do mundo para a cultura africana. O importante, repito, é o valor técnico que o Ocidente não conseguiu ainda alcançar.

Tenho mais um exemplo a dar sobre isso, que é o caso das *timbila*s. Elas são instrumentos parecidos com as marimbas e, diga-se de passagem, as nossas marimbas são de origem africana. Segundo registros do ano de 1562, feitos por padres jesuítas portugueses, eles encontraram aqui, em Moçambique, conjuntos de marimbas que já tocavam numa elaboração orquestral que o Ocidente só veio a ter depois do século XVII. Eu me refiro ao ano de 1562, porque data dessa época o primeiro documento escrito que temos a esse respeito, o que pode significar que esta atividade deve ser ainda mais antiga.



Coral de "Nsope": arte popular em Moçambique

A posição do Ocidente de ver a cultura africana somente do ponto de vista exótico é falsa. Temos que baixar a cabeça e ver que, sob o ponto de vista técnico e em termos musicais, temos muito que aprender. Nos nossos países há, de uma maneira geral, a convicção de que o desenvolvimento técnico, sob o ponto de vista artístico, só se consegue através de escolas, por meio de centros de estudos conceituados que já desenvolveram toda uma metodologia. A pessoa tem que entrar ali para aprender. Aqui em Moçambique nós vimos que esse desenvolvimento técnico pode ser feito por uma escola que não seja aquilo que nós entendemos como escola.

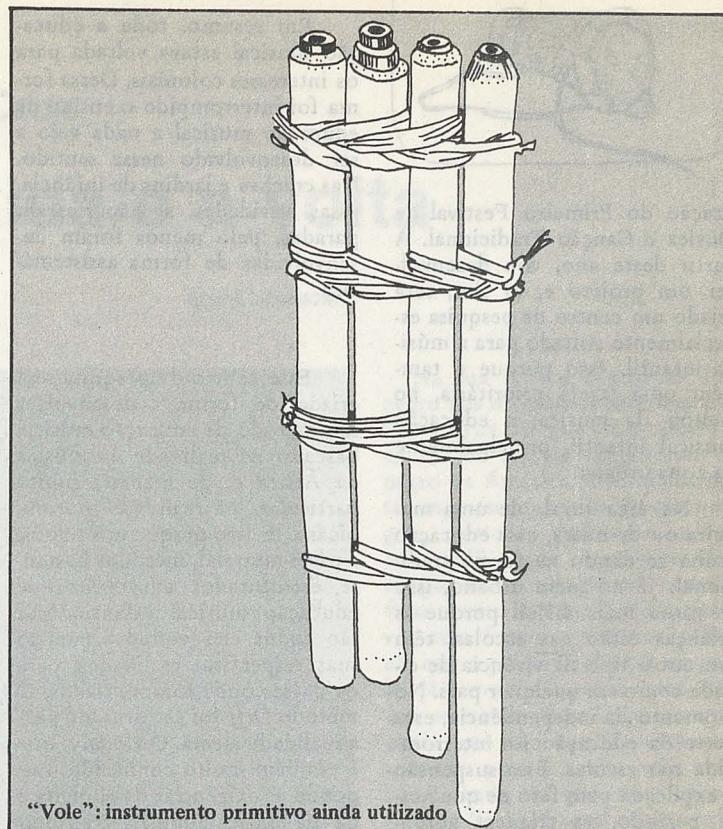
Um processo imitativo

Como assim?

— A passagem do conhecimento dentro da sociedade tradicional africana se realiza através de rituais, músicas e danças.

Um exemplo: para aprender a cantar, ninguém na África entra em uma escola de canto, nem passa quatro horas por dia fazendo técnica vocal para conseguir dar um agudo ou um grave de uma forma bonita ou feia. Esse aprendizado é feito durante a vida em seu aspecto social ou religioso. É nessas condições que as pessoas aprendem toda a parte artística.

A aprendizagem se faz também no trabalho. Quando essas pessoas vão para a *machamba* (horta) e estão a cultivar a terra, toda essa atividade é acompanhada de uma determinada música, que vai sendo cantada pelos velhos. E os pequenos vão imitando. Trata-se de um processo imitativo e natural de aprendizagem da cultura tradicional. Em consequência, muito pouco se tem a ensinar aqui na África em termos técnicos. Temos muito mais é que aprender.



“Vole”: instrumento primitivo ainda utilizado

A única coisa nossa que podemos desenvolver aqui — e que é um ponto positivo — é o processo científico de trabalho, do seu rendimento, da sua análise, de escrita, de preservação de toda essa cultura. Agora, a maneira de fazer a cultura... eles sabem muito bem como fazer e conhecem técnicas para desenvolvê-la.

Em conclusão, essa atitude que você defende implica a necessidade de se reconhecer a validade do processo cultural que é desenvolvido na África e, particularmente, em Moçambique, rechaçando uma análise elaborada a partir de modelos europeus?

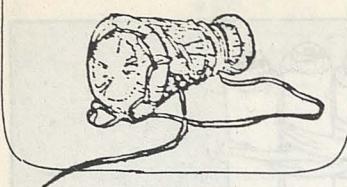
— Correto. A introdução de um modelo europeu na África como forma de fazer cultura foi exatamente o que fez o colonia-

lista. As missões católicas, só para citar um exemplo, traziam a forma de cantar das igrejas da Europa e procuravam massacrar a cultura tradicional. Qualquer tipo de atividade hoje em Moçambique, no sentido de tentar ensinar o que eles devem fazer em termos culturais, é uma atitude perfeitamente identificada com o que se fazia no tempo colonial.

A música infantil

Em consequência dos estudos até agora realizados, está se organizando algum centro de pesquisa?

— Trabalhei na Direção Nacional de Cultura ligado ao Serviço de Museus. Não seria propriamente um centro de pesquisas mas um projeto de estudos que foi toda a infra-estrutura criada para tornar possível a rea-



lização do Primeiro Festival de Música e Canção Tradicional. A partir deste ano, vou desenvolver um projeto e, afim, será criado um centro de pesquisa especialmente voltado para a música infantil. Isso porque é também uma tarefa prioritária, no campo da música, a educação musical infantil, principalmente na zona urbana.

Na área rural, de uma maneira ou de outra, essa educação acaba se dando na forma tradicional. Já no meio urbano, isso se torna mais difícil porque as crianças estão nas escolas, têm um outro tipo de vivência de cidade como em qualquer país. No momento da independência, essa parte da educação foi interrompida nas escolas. Essa suspensão é explicada pelo fato de que nesse período, as crianças aprendiam nos centros de ensino a cantar músicas portuguesas e até mesmo os hinos brasileiros, porque Lisboa insistia em considerar o Brasil como fazendo parte da "grande família portuguesa".

Em resumo, toda a educação musical estava voltada para os interesses coloniais. Dessa forma foi interrompido o ensino de educação musical e nada veio a ser desenvolvido nesse sentido. Nas creches e jardins de infância, essas atividades, se não ficaram paradas, pelo menos foram desenvolvidas de forma assistencial.

Esse centro de pesquisa será criado de forma a desenvolver um método de educação musical baseado na realidade da música da África e, de maneira muito particular, na realidade moçambicana. E isso porque nós temos, a nível mundial, métodos bastante estruturados em termos de educação musical infantil. Mas são todos eles voltados para as suas respectivas realidades, para os países onde foram criados. O método *Orff* foi estruturado para a realidade alemã. O *Kodaly*, que é também muito conhecido, responde às exigências da Hungria e da sua música popular. Transportar esses métodos para Moçambique seria uma coisa muito ineficaz, uma vez que viriam carregados de toda uma base que não é própria daqui deste povo. Esse projeto de um centro de pesqui-

sa de música tradicional tem como objetivo criar um método de educação musical baseado na realidade cultural de Moçambique.

Patrimônio de todo o povo

Em relação à presença colonial portuguesa, qual foi o programa encontrado no campo da cultura?

Ficou uma herança colonial, não há dúvida nenhuma, mas é difícil dizer se ela é apenas portuguesa, porque aqui houve influência de diversos países. Em termos culturais, a mais forte não foi de Portugal, que deu muito pouco. Toda a região da costa norte de Moçambique era ocupada por muçulmanos devidamente controlados pelo governo português. Lá, a cultura que influenciava não era portuguesa.

Já na parte central e sul, os cristãos eram os que mais influenciavam através das missões, que nem sempre eram de origem portuguesa, mas também alemã, suíça, italiana e, algumas delas, norte-americanas. Essa atividade toda influenciou a população local. De Portugal mesmo, a grande herança que nós temos é o massacre que foi feito da cultura tradicional. Quando se queria fazer qualquer atividade própria da população negra era preciso pedir autorização do administrador da região onde se vivia e nem sempre essa solicitação era atendida. Isso, evidentemente, restringia as manifestações na área cultural e obrigava a comunidade negra a ir para o mato, onde podia se expressar livremente. Portanto, a grande herança que restou do período colonial foi a repressão contra as diferentes formas de manifestação cultural. E é no sentido de recuperar todo esse acervo, tornando-o patrimônio de todo o povo moçambicano, que estamos trabalhando. □

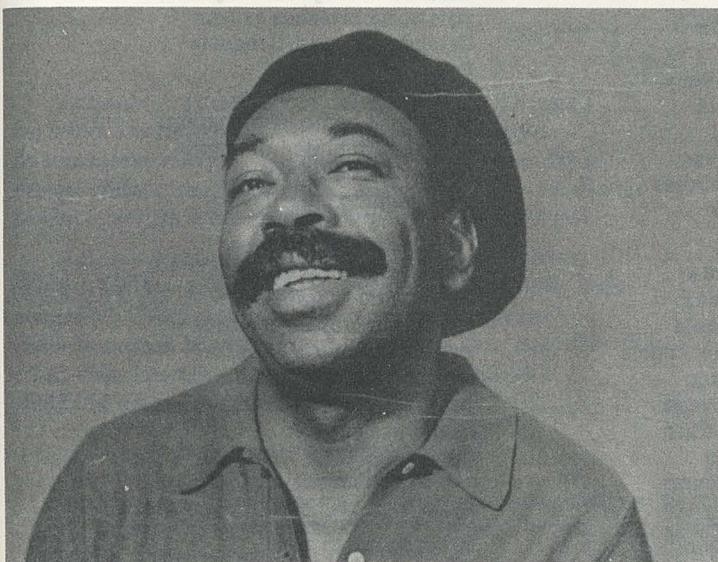


Martinho Lutero ouve o povo para realizar seu trabalho

Nicomedes Santa Cruz

A ida e a volta

José C. Gondim



a poesia — com a problemática social e econômica", levando essa posição ao mais sério nível de revolucionários.

Os processos de libertação africanos, principalmente os de Moçambique e Angola, também repercutem no Peru. Repercute no sangue e na arte de Nicomedes Santa Cruz, negro, peruano, 55 anos, nono entre dez irmãos. Santa Cruz é um poeta popular preocupado não só com sua origem de oprimido como também com toda manifestação cultural que envolva a libertação do homem na sua forma de se expressar e se desenvolver: "Fazer poesia como Samora Machel ou Agostinho Neto, conjugando a arte da palavra, na síntese de suas expressões — que é

Santa Cruz dedicou-se, a partir de 1957, à atividade artística em poesia, pesquisa folclórica, gravação de discos e incursões no campo do jornalismo, da publicidade comercial e da televisão. Com vários livros de poemas publicados, o poeta faz uma distinção entre a influência negra em seu país e no Brasil e Antilhas, onde o negro é aceito, apesar dos complexos e racismos, como parte de suas etnias mestiças.

Na sua crítica à posição do negro nas sociedades americanas, Santa Cruz diz que "é muito fácil ser ou mesmo representar o negro na América, principalmente em países que não são tão negros, como os andinos e os do cone sul", onde se pode muito simplesmente atingir um *status*, ficar muito famoso e "respeitável, com fonemas e ritmos". Diz ele que o principal, "a cor da pele, já temos". E que o resto, "é um pouco de *show*". Acrescenta ainda que não tem importância que um poema tenha mais eco em Luanda do que em Cuzco, porque "é contra um mesmo inimigo em ambas as latitudes".

Sua condição de negro, herdeiro de toda uma tradição na diáspora, faz com que ele se volte à luta de sua raça a nível universal, embora sinta dentro de si a divisão entre essa herança e sua condição particular de peruano. Ao mesmo tempo, sente que esta terra onde nasceu é sua pátria, que não veio aqui por vontade própria:

"Lutando por uma integração nacional — e lutando contra os que não a querem — projeto-me na realidade do negro universal, solidarizando-me com meus irmãos da África e dos Estados Unidos, mas sem perder de vista minha realidade de peruano comprometido com a causa de meu povo."

Os dois poemas que seguem são um claro exemplo desse sentimento:



A ida

Ritmos da escravidão
contra penas e amarguras
ao compasso do grilhão
ritmos negros do Peru

... e disse assim:

Minh'avó de África chegou
vestida de caracóis
veio com os espanhóis
num barco caravela
com fogo marcaram ela
a carimba foi sua cruz
E na América do Sul
ao golpe de suas dores
os negros deram tambores
ritmos da escravidão

Por um só dinheiro
venderam ela em Lima
e na fazenda La Molina
serviu à gente espanhola
com outros negros de Angola
Ganharam pelo esforço
mosquitos prás suas veias
e prá dormir o chão duro
e nadinha de consolo
contra penas e amarguras

Na plantação de cana
nasceu o triste socabón*
no alambique de rum
o negro cantou a zaña*
O terçado e a foice
curtiu suas mãos morenas
e os índios com suas quenas
e o negro com tamborete
cantaram sua triste sina
ao compasso do grilhão

Morreram os negros velhos
mas por entre a cana seca
se ouve a zamacueca*
e o panalivio* bem longe
E se ouvem os festejos
que cantou na juventude
De Cañete a Tumbuctu
de Chancay a Moçambique
levam seus claros repiques
ritmos negros do Peru

Volta, minha caravela
volta ao teu lugar de origem
pois nossa presença exigem
Cabinda, Luanda, Benguela
Proa lá, a toda vela
volto num novo veleiro
que nem é barco nem negreiro
nem tem tratante no mando
Minha volta é navegando
em comando guerrilheiro!

Os fuzis foram forjados
com nossas rotas cadeias
e é fúria de nossas veias
o cuspo de nossos petardos
e aqui viemos, aos montes
em cada atlântica marola
prá dizer-te, Mãe Angola
República Popular
que teus filhos d'á-lém-mar
não te podem sozinha deixar

Pela Vitória Final
se confundirão aqui
Túpac Amaru e Martí
o Che e Amílcar Cabral
E nesta luta frontal
contra o vil imperialismo
vive Angola o heroísmo
do grande povo vietnamita
deixando com sangue escrita
a verdade do socialismo

Nossa vitória é segura
tão certa como o amanhã
desta Unidade Africana
que é a esperança futura
Longa etapa de amargura
é a que agora termina
e desde Angola germina
uma grande Revolução
que consolida esta união
afroaméricalatina

* Ritmos negros peruanos

A história da América vista por dentro

Eduardo Galeano fala do novo livro que está preparando e analisa sua obra literária

Julia Maciel

Eduardo Galeano nasceu em Montevidéu (Uruguai) em 1940. De 1960 a 1964 foi secretário de redação do semanário *Marcha* e dirigiu durante dois anos o diário *Epoca*, editado em Montevidéu. A partir de 1973, foi diretor de *Crisis*, revista sobre cultura editada em Buenos Aires.

Galeano é autor, entre outros, dos seguintes livros: "China, 1964 - crônica de um desafio", "Guatemala, país ocupado", "Vagamundo", "La canción de los otros", "Días y noches de amor y de guerra". Seu livro mais difundido é "As veias abertas da América Latina", traduzido e reeditado em quase todo o mundo.

Temos com Eduardo Galeano um velha amizade que é renovada a cada encontro. É como se mantivéssemos, com intervalos breves ou longos, um diálogo freqüentemente interrompido, sempre rico, às vezes polêmico.

Desta vez, encontramo-nos na Europa, onde Galeano é muito conhecido. A idéia era "fazer uma reportagem", coisa particularmente difícil quando quem entrevista pode antecipar algumas respostas já conhecidas.

Tudo começou quando lhe perguntei: "Você não acha que seria oportuno tornar a propor algo no estilo de "As veias"? Hoje, milhares de adolescentes, de jovens latino-americanos, têm que descobrir ou inventar a História de suas nações, a realidade a que pertencem, longe do seu país ou num país amordaçado.

Esse encontro com a própria identidade deveria ser favorecido."

As páginas que seguem são uma resposta quase textual de Galeano:

— A gente escreve procurando partilhar algumas dúvidas e certezas; procurando responder perguntas que de alguma forma são coletivas. De todas as tentativas que fiz, o livro que melhor respondeu foi, sem dúvida, "As veias". Nota-se que é o que melhor coincidia com as necessidades coletivas.

A História tem sentido como memória viva. O que, definitivamente, distingue uma cultura como cultura de libertação é o fato de estar viva. Neste caso, é sempre subversiva.

A única resposta das classes dominantes a esse caráter subver-

sivo da cultura é mandá-la para o museu. Para neutralizá-la, convertem-na em proposta para arqueólogo ou em *souvenir* de aeroporto.

Eu não vejo a História como um baile de máscaras ou um museu de cera, mas como memória viva dos tempos de agora. O passado me serve na medida em que piso sobre essas pegadas, mas piso para adiante. Não se trata de repetir outros passos.

A saudade é boa, mas a esperança é melhor.

A mensagem de "As veias abertas"

Com "As veias" eu não quis fazer uma história quieta. Uma história, como cultura que se move, contradiz a falsa idéia que as classes dominantes têm a respeito de sua legitimidade.

As classes dominantes pretendem que seja assim, porque assim foi e assim será. Confundem-se a si próprias com a eternidade. Uma história viva ensina: "Não, não se confunda com a eternidade, você está aqui por um instante, não para sempre. Não é decisão de deuses ou de estrelas, não faz parte de um signo fatal de forças obscuras. Você é parte do processo histórico, mas esse processo é coisa dos homens e pode ser transformado pelos homens."

Agora, voltei a escrever História. A literatura nasce de coisas um pouco misteriosas. O impulso de escrever é algo que acontece e faz com que a mão coce. Esses fantasmas que falam ao teu ouvido não são fantasmas alheios à realidade, vêm dela, mas a razão nem sempre pode explicá-los. A razão nem sempre pode explicar tudo e, às vezes, quando está sozinha, sabe-se que gera monstros.

Eu não podia dar-me ordens e fazer coisas que não "sentisse" o impulso irresistível de fazer. A obra fica ortopédica porque se notam os resultados.

Nenhuma coisa que não nasça do desejo pode gerar desejo. E nenhuma obra literária vale a pena se não gera desejo. Se a palavra não é desejada por quem a lê, fracassou; se quem lê não mudar um pouquinho, se não se sentir alterado pelo que lê, aquele que escreveu fracassou. Se "As veias" teve algo de bom foi ser um livro desencadeante, um livro gatilho que disparava coisas na consciência dos leitores.

Já falamos outras vezes da caça à palavra nua, isso de procurar escrever buscando caçar e desvestir a palavra. Hoje, acho que estou em condições de empreender outra obra, correr outros perigos, enfrentar outros riscos.

A realidade é sempre muito contraditória. A liberdade, também. Nossa José Artigas disse que "a contradição é a única prova da liberdade". E não só isso. É, além disso, a única prova da vida.

Tudo se acumula e as perguntas que eu me fazia há dez anos, e que deram origem às "Veias abertas" se transformaram em outras perguntas, nem mais nem menos importantes, mas que abrangem outros espaços.

Essas perguntas foram feitas pelo homem que eu era quando



tinha trinta anos. Foram feitas apaixonadamente e formuladas dentro de espaços bem determinados. As que me faço agora abarcam espaços cada vez mais amplos.

Que os fatos cantem

Quero narrar a história de Cristóvão Colombo para cá e ando nisso há mais de um ano. Hoje me sinto em condições de tentar realizar um projeto bem complicado: contar a história analisando-a de dentro. Contar de tal maneira que a interpretação dos fatos não seja feita ao lado deles e sim de dentro de sua barriga. Que os fatos cantem, que falem sozinhos.

Fui crescendo porque o mundo me exigia outras coisas. Se uma pessoa se apaixona por suas convicções e não as põe à prova, elas se congelam, não se enriquecem.

Agora me sinto com gana e forças para realizar o que estou me propondo. Mesmo que me

tome muitos anos, será um livro dividido em duas partes: a primeira, chega até o ano de 1700. Tem uma introdução que é sobre o nascimento mágico da América através dos mitos pré-colombianos. Já reuni mais de setenta mitos.

Depois entra o senhor Colombo em cena e daí começa a História. O livro é uma sucessão de relatos breves com uma data e um lugar, isto é o local e o momento em que ocorrem. De certo modo, reconstitui-se assim a nossa unidade essencial. Não há nações, capitais, países. As referências são a povoados, a regiões que pertencem a todos.

Apesar de ser difícil, a intenção é linda. Quero contar as coisas de tal maneira que quem as leia sinta como se estivesse lá, e assim a história não será algo que ocorreu aos "homens daquela época".

Gostaria que o leitor sentisse a História como algo próximo. Que perceba o palpitar furioso desse coração batendo ao seu lado. Porque o passado faz parte do presente e antecipa o futuro. Não quero reduzir a História a uma corrente de anedotas.

Deixe-me repetir, quero que fique bem claro: toda obra humana que de alguma maneira contribua para desmascarar a realidade, resgatar a memória coletiva, redesenhar, reconquistar a identidade coletiva, tem um sentido positivo. Não somos anjos, mas tampouco baratas.

Não se deve idealizar a literatura como obra de uma elite, nem menosprezá-la como tarefa de covardes incapazes de ação. A literatura, como toda obra cultural válida, integra o processo de transformações, faz parte da História e tem melhor ou pior sorte, caso coincida ou não com as necessidades de todos. Escreve-se para o agora e também para o depois.

Borges: distraído e cego

Jorge Luís Borges recebeu recentemente na Itália, o prêmio "Balzan", uma espécie de anti-Nobel, que lhe rendeu uma quantia nada desprezível: 125 mil dólares.

Na entrevista coletiva que concedeu, Borges foi acossado pelos jornalistas, que não lhe pouparam críticas: "Por que só agora você denuncia as violações que a Junta Militar da Argentina reiteradamente comete contra os mais elementares direitos humanos?" — perguntou um dos jornalistas. "Sou distraído e, sobretudo, cego. Não me interesso por acontecimentos atuais. Por outro lado, sou contra a



Borges: Só agora contra a Junta Militar

violência, não por razões políticas. Acreditem-me: mais do que pela minha distração, foi pela minha cegueira que não falei até hoje sobre temas tão dramáticos, e só o faço agora com tanto atraso. Sou um homem que não vê" — respondeu Borges. Finalmente alguém lhe

contou o que se passa em seu país e o autor de "El Aleph" resolveu falar: criticou a Junta Militar de seu país e assinou um manifesto de intelectuais de todo o mundo a favor dos direitos humanos. Benvindo ao mundo dos que não se negam a ver.

Defender o patrimônio de Nazca

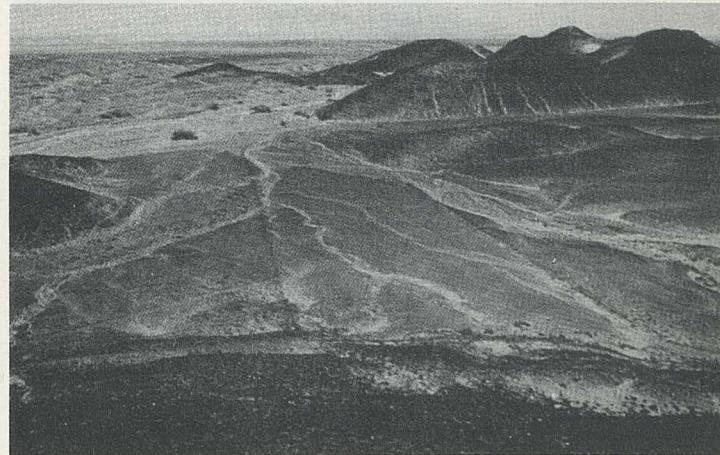
No deserto de Nazca (Peru) existem desenhos gigantescos cujas origens remontam ao século II antes de Cristo. As figuras misteriosas são o testemunho de uma cultura sobre a qual tudo ainda está por se descobrir. O maravilhoso beija-flor traçado em uma pedra de mais de cem metros de largura, os estranhos zig-zags de curioso desenho nos penhascos, as gigantescas aranhas, macacos e passáros, correm perigo.

É necessário organizar a sua defesa, como propôs à Unesco a astrônoma e matemática Maria Reiche. Os problemas se agravaram devido à presença na área de despreocupados motoristas que, ao cruzarem a rodovia Panamericana, se "desviam" para olhar mais de perto as célebres pedras, deteriorando os desenhos menos nítidos.

Porém, o mais grave são as transformações climáticas da região, desértica há mais de três mil anos, que agora recebe chuvas provocadas pela poeira das explosões da mina Marcona, situada nas proximidades,

danificando as figuras de Nazca.

É, portanto, urgente lançar uma campanha para a proteção desse complexo arqueológico que testemunha um momento de nossa cultura.



Deserto de Nazca

CULTURA



Comunicação transnacional e auto-suficiência nacional

As ameaças à soberania feitas pelos monopólios transnacionais por intermédio da cultura e das comunicações exigem uma séria reflexão do Terceiro Mundo

Herbert I. Schiller

A privilegiada sociedade de consumo em nossos países (...), baseada — como disse João Paulo II — na frenética imitação dos padrões de consumo das metrópoles (Estados Unidos e Europa Ocidental), (...) não permite a integração das massas marginalizadas (...). As camadas alta e média-alta estão capacitadas para usufruírem do progresso técnico e da crescente

produtividade na América Latina. Como um dos economistas que, há 30 anos, viu com grandes esperanças o desabrochar das forças dinâmicas da América Latina, confesso que estou surpresto..."

Assim expressou-se o respeitado economista argentino Raul Prebisch que é, desde 1945, um especialista em matéria de De-

*Professor de Comunicações em San Diego, na Universidade da Califórnia; autor de "Os gerentes do pensamento" e "Comunicações de massa e o império americano"

senolvimento, falando à Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), em 1979. Suas melancólicas conclusões a respeito da desigualdade econômica e dos padrões de consumo distorcidos pela subordinação a modelos estrangeiros, aplicam-se igualmente à Ásia e à África. A isso ele denominou de "parte do sistema sustentado pelas metrópoles, principalmente por intermédio das transnacionais" — o sistema dos monopólios econômicos empregados em obter lucros, em escala mundial. Também lamenta que o consumismo seja um companheiro inevitável do desenvolvimento ocidental, ajudado pelos meios de comunicação de massa, que foram os primeiros a promover e depois satisfazer a demanda das camadas sociais privilegiadas.

À medida que um país segue esse modelo, seus recursos, sua economia e sistema de comunicações estão destinados a serem absorvidos pela ordem transnacional mundial, para serem utilizados em seu benefício. E o sistema corporativo transnacional está especialmente interessado em penetrar e controlar a Cultura e as Comunicações.

Os "filantropóides" na África

No entanto, só em casos extremos é que o Sistema virá a ser o dono da infra-estrutura da Comunicação nacional. Seria arriscado e nem é preciso: os níveis de influência podem ser exercitados mais sutilmente. Devido ao desigual desenvolvimento das nações, a moderna estrutura das comunicações favorece a dominação externa, à guisa de "assistência e apoio". Uma olhada nos quatro setores-chaves de uma estrutura de rádio e de televisão torna isso bem mais com-

preensível. São eles: educação e treinamento de pessoal, fornecimento de equipamentos, programação e estrutura de propriedade e financiamento, como analisaremos a seguir, em detalhes.

Examinando o papel das fundações norte-americanas na África depois da Segunda Guerra Mundial, a *Harvard Educational Review* de maio de 1979 mostra como as fundações Ford, Carnegie e Rockefeller "por meio da educação africana, aspiravam influenciar no desenvolvimento da África, segundo as diretrizes aceitas pelos interesses (corporativos) dos Estados Unidos. (...) O extremo interesse dos 'filantropóides' nesse continente foi o de treinar as elites para que elas governassem suas nações de maneira a garantirem a maximização do crescimento, da estabilidade política e do investimento capitalista". Isto é: iniciá-los e ajudá-los a participar da "privilegiada casta dos consumidores".

A criação de universidades pioneiras cujos departamentos mais importantes eram administrados por africanos formados nos Estados Unidos; o treinamento de administradores públicos; programas educacionais para os professores e treinamento avançado para os africanos nas universidades da elite americana, foram elementos essenciais ao processo.

O mesmo acontece com o treinamento de estudantes de comunicações e jornalismo do Terceiro Mundo. Os estudantes voltam para seus países com os conceitos e a filosofia da teoria ocidental da Comunicação, inclusive com as definições ocidentais de "notícias", "diversões", "objetividade", "pluralismo" e "neutralidade dos valores" — termos habilmente usados nos Estados Unidos para promover (assim como para conceber) os valores de uma privatizada sociedade de consumo.

Para a produção e distribuição dos instrumentos — câmeras, sistemas de gravação e controle, transmissores, satélites, computadores — a maioria dos países subdesenvolvidos depende inteiramente de uns poucos fornecedores transnacionais: *NBC International, ITT, RCA, Siemens, Phillips, Nippon Electric, IBM, Hughes Aircraft, Honeywell, Control Data*. Os instrumentos fornecidos são as apólices de seguro de uma longa dependência para aqueles que os compram. Não existe nenhum outro lugar onde se possa comprar peças de reposição: as instalações devem ser mantidas e o material fornecido (programações) para os equipamentos importados é outro problema quase insuperável.

Passivos peões

Muitos países estão à mercê do mundo industrializado quanto aos padrões de equipamentos, os quais — apropriados ou não — são impostos pelas filosofias de mercado das transnacionais. O padrão escolhido para se deter-

minar o número de linhas de uma tela de TV, por exemplo, afeta a recepção das transmissões geradas fora do espaço geográfico nacional. Assim, o Canadá, agora inundado de programações norte-americanas, poderia ter escolhido um padrão diferente quando — presume-se — isso poderia ter sido feito no alvorecer da era da televisão. Da mesma forma, os padrões de TV colorida abriram o caminho para as batalhas, entre nações e corporações, por mercados e influência cultural. As nações menos desenvolvidas tendem a ser passivos peões em tais batalhas.

Em toda parte, salvo raras exceções, os sistemas de rádio e televisão usam material importado, produzido pelos conglomerados de meios de comunicação, principalmente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Mesmo as relativamente ricas nações escandinavas e européias pouco populosa têm que importar a maioria de suas programações, na base de despesas; os custos para os poucos centros produtores



Se as técnicas utilizadas na televisão funcionam para vender cereais, por quê não funcionariam no aprendizado de coisas úteis?

são altos, mas o mercado mundial permite seu retorno. Os materiais de TV ou de filmes, comprados abaixo dos seus custos de produção, parecem uma barganha irresistível para os importadores. Mas existe, escondido, um preço cultural. A produção doméstica, se desenvolvida, não passa de um jogo limitado, imitativo e infeliz.

Enquanto isso, as telas de televisão e cinema de todo o mundo estão cheias de filmes, *soap operas* (novelas), noticiários, esportes e variedades dos Estados Unidos (e em menor escala, britânicos, franceses, alemães), todos excessivamente carregados da ideologia do consumidor-privado e que atendem especialmente às novas elites das nações em desenvolvimento. Uma fonte de dominação cultural sem precedentes.

O mistério do mercado

É coerente que um sistema de comunicações sob influência transnacional seja aberto às mensagens dessas transnacionais: em essência, mensagens de vendas e de ideologia de uma ordem social baseada na propriedade privada. Embora a propriedade privada dos meios de comunicação seja o "esquema ideal", as transnacionais não vêm como essencial um sistema de comunicações inteiramente comercializado como os dos Estados Unidos e da América Latina (exceto Cuba). Os sistemas estatais podem satisfazer a esses mesmos objetivos e muitas vezes o fazem, pelo menos, em parte. Mas o Sistema prefere o não-estatal e trabalhou, com grande sucesso, contra os meios de comunicação estatais na Europa Ocidental durante os últimos 20 anos.

Um esquema comercial favorece a influência da corporação, pois é ela quem paga a publicidade, podendo influir nas decisões da emissora. Quando um sistema

depende principalmente ou totalmente da publicidade, a corporação que investe nos anúncios pode determinar o tipo de programa e a frequência dos comerciais, além de exercer, às escondidas ou publicamente, a censura. E quem faz a publicidade, inevitavelmente, é uma transnacional porque a informação televisada, especialmente a cores, é muito cara e só os mais poderosos podem pagá-la.

Além disso, um sistema comercial (privado) de comunicações pode encobrir quem o está controlando — um fator de muita importância para as transnacionais. Assim, certas decisões das corporações visando o seu próprio benefício, são apresentadas como consequências "normais", "naturais", "inevitáveis" do mercado "livre".

Se o pessoal, os administradores, os equipamentos e os padrões, as programações e os financiamentos estão sob o controle das transnacionais, levanta-se a questão: qual a chance que existe de se refrear (muito menos do que de se superar) essa terrível correlação de forças favorecendo à dominação? Na realidade, há uma pequena margem de otimismo.

Sementes de esperança

Já que o sistema de comunicações de massas (apesar das pretensões de neutralidade) é parte integrante da infra-estrutura capitalista, é a força ou a fraqueza do sistema transnacional quem determina, em última instância, a sua capacidade para dominar os meios de comunicações nacionais. Poderoso como é, o Sistema é acossado por uma crise que se reflete intensamente no campo das comunicações: crescente desemprego, escassez de energia, enormes gastos com armamentos, inflação, turbulência política em todo o mundo, profundas rivalidades entre os Esta-

dos capitalistas industrializados. Uma grande parte da população já demonstrou veementemente que está farta da exploração e miséria, e o sistema transnacional não pode, por muito tempo, satisfazer as necessidades consumistas que criou.

As exigências do sistema transnacional contribuem cada vez mais para a sua própria vulnerabilidade, e, em nenhum outro campo, isso é mais claro do que no das comunicações. O Sistema necessita de comunicação instantânea para poder operar diariamente. Necessita de vendas maiores de equipamentos e programações para manter a margem de lucro e tem que ter acesso a um espectro de onda cada vez mais largo para transmitir suas mensagens. Ele se tornou fortemente dependente do livre acesso às suas sucursais mais distantes e à audiência dos consumidores em potencial de todo o mundo.

A lei do tango

Mas, para susto dos "transnacionais", há necessidade de um consenso internacional a respeito desses dois aspectos. Se "para se dançar um tango, há necessidade de dois parceiros", tem de haver dois, também, no mínimo, para se fazer a Comunicação. Assim, as urgentes necessidades das transnacionais oferecem oportunidades sem paralelo para que as nações dependentes caminhem no sentido de sua independência. A atual dependência nacional em termos de comunicação deriva de temas aparentemente bem distantes como, por exemplo, os problemas de transmissão direta dos satélites aos aparelhos receptores de TV, o fluxo de dados através das fronteiras nacionais, a distribuição de frequências do espectro eletromagnético e a circulação internacional de programas. Temas que — pelo menos em teoria



— estão sujeitos à legislação nacional ou a pactos internacionais no quadro das Nações Unidas... onde o Terceiro Mundo é maioria.

Em termos de Comunicações, é inviável a autonomia nacional se o poder do sistema transnacional (para decidir a respeito desses temas) continua intocável. Porém, sempre existe a possibilidade de se alterar essa situação. O mínimo de cooperação entre as nações dependentes que isso exigiria, não é uma questão tão simples. Se esses Estados dependentes são controlados pelas classes desejosas de se aliarem ao jogo das transnacionais, a participação delas no esforço para limitar esse poder do Sistema é, na melhor das hipóteses, duvidosa.

Dois princípios-chaves

É hora de organizar a oposição internacional ao sistema transnacional, tendo como objetivo assegurar a soberania nacional e a igualdade entre os Estados. Esses dois princípios gerais são a chave para a avaliação do tema em discussão a nível inter-

nacional, já que aquilo que ficar resolvido, pode ampliar ou diminuir a independência nacional no campo das Comunicações.

No caso das transmissões diretas via satélite, por exemplo, a aplicação desses princípios sugere que o "consentimento prévio" — a prerrogativa de cada país em aceitar ou rejeitar qualquer sinal que entre no seu espaço nacional — deve ser condição indispensável na decisão de participar de um sistema mundial de comunicações satélite-aparelho receptor, sem intermediação das estações terrestres (o que já é tecnicamente viável mas ainda não foi aplicado por causa das ameaças implícitas às soberanias nacionais). No caso do fluxo internacional de dados, como o que os grandes bancos realizam por meio de seus computadores, os princípios-chaves poderiam ser atendidos, exigindo-se uma monitorização nacional daquilo que é transmitido. No caso do acesso ao espectro internacional de ondas eletromagnéticas, o acesso nacional equivalente é um ponto inegociável. De acordo com esses princípios, deveria se exigir também que notícias, dados, diversões etc., fossem adaptados aos padrões e às necessidades de cada país.

Os defensores do sistema transnacional têm sido premediatamente frios em relação a esses critérios, rotulando-os de "políticos" e lamentando "uma incontrolável epidemia de politização em discussões eminentemente técnicas". Porém, como muito habilmente afirmou o especialista vietnamita Tran Van Dinh (1), "quanto mais específica for a questão, mais política deve ser sua tática, porque sua especificidade só pode ser compreendida se entendermos o

(1) "WARC, o Terceiro Mundo e a Nova Ordem Informativa Internacional", in *CoEvolution Quarterly*, verão, 1979.

general. Todos os temas específicos da WARC (Conferência Mundial de Administração de Rádio, realizada em Genebra em setembro de 1979), são fáceis de serem tratados em termos dos princípios gerais de soberania nacional, consentimento prévio, supremacia das pessoas sobre as máquinas, compreendendo as implicações ideológicas da tecnologia e a natureza egoísta da ajuda norte-americana", que antes de tudo ajuda aos próprios Estados Unidos.

Um convite à independência

A base para uma ação nacional na luta pela autonomia das comunicações é a dimensão internacional dessa luta. Se isso for entendido e, consequentemente, se se partir para uma atuação efetiva, o sistema transnacional terá menos chance de dificultar os esforços nacionais. Essa ação vai variar de acordo com a situação específica da nação, embora um dos denominadores comuns deva ser o reconhecimento de que a experiência de desenvolvimento do Ocidente é geralmente inaplicável e imprópria para as nações que agora tentam se desenvolver.

A produção gerida pelas leis do mercado — que respondem exclusivamente ao poder aquisitivo e, portanto, montada à imagem dos gostos de uma classe média indulgente — dificilmente poderia ser a base para uma Nova Ordem Econômica Internacional. Se isso for rejeitado, os sistemas nacionais de Comunicação não mais serviriam de instrumentos do *marketing* transnacional e poderiam assumir funções totalmente novas.

Quando a programação é não-comercial, o "horário principal", por exemplo, pode ser matutino ou no momento em que a prioridade social assim o exija. O conteúdo será mais importante e que os novos equipamentos e

tecnologias, sendo isso um reflexo do fato de que a comunicação não é um fenômeno tecnológico, mas social. Da mesma forma, os radialistas, jornalistas, membros das equipes técnicas etc., serão educados e treinados nos padrões nacionais e não mais ocidentais.

A inundação de informações: contenção ou afogamento

Considere-se este fato: "Vila Sésamo", o único programa de TV para crianças produzido nos Estados Unidos que pretendeu mostrar que um sistema comercial poderia produzir algo digno, foi claramente calcado nas fórmulas consumistas. "Não nos vergonhamos de admitir, escreveu Joan Ganz Cooney, presidente da organização que o produziu, que tomamos empresta-

do, aproveitamos e roubamos técnicas comerciais usadas com sucesso pela *Madison Avenue*. Pensamos que se essas técnicas podem vender cereais e brinquedos para as crianças, certamente poderiam funcionar para ensiná-las no aprendizado de habilidades...". E, ao mesmo tempo (mas isso não é para ser mencionado), servem para preparar as crianças para as regras de mercado que elas, um dia, terão que enfrentar como adultos. A artículista do *New York Times*, Edith Spiegel, que cita Cooney na edição de 5 de agosto de 1979, descreve algumas dessas técnicas emprestadas à "educação" como "de altíssimo nível de ruído, passo-rápido, apresentação fragmentada de guloseimas soltas de informação e excessiva repetição".

Será que é possível continuar sustentando que os padrões e

técnicas não ditados pelos imperativos comerciais estão além da capacidade humana? Há sessenta anos, Charlotte Gilman, uma feminista norte-americana socialista, escreveu um romance sobre uma nação de mulheres que criou sua própria cultura (além dos seus próprios meios de reprodução), após muitos séculos. Uma equipe de visitantes homens, vinda dos Estados Unidos, oferece-lhes a possibilidade de reencontrar o caminho da "civilização" e as mulheres gentil mas firmemente recusaram. "Consideradas todas as coisas, replicam elas, não estamos dispostas a exportar nosso país à livre comunicação com o resto do mundo... por ora."

As nações do Terceiro Mundo devem pensar muito nessa alternativa — e o mais rápido possível. □



A televisão é o aparelho do século: os EUA sabem disso e exportam suas imagens para grande parte do mundo

Inter Press Service - Terceiro Mundo (IPS) inicia uma nova etapa tecnologicamente avançada

Com uma recepção oferecida a 18 de março último, na sede de seu centro de comunicações, a **Inter Press Service - Terceiro Mundo (IPS)** inaugurou uma nova etapa de suas atividades, caracterizada por seu alto grau de desenvolvimento tecnológico.

Mais de uma centena de personalidades políticas, culturais, de organizações internacionais e especialistas da Informação assistiram a inauguração das novas instalações e equipamentos tecnológicos da Agência que, desde hoje, divulga suas informações por meio dos modernos sistemas computorizados *Ermes* e *Iaticon*.

Mediante diversos grupos de telas-visoras (monitores) — programados para processar, memorizar e transmitir o volume de notícias de cada um dos cinco setores linguísticos em que se distribui a informação da IPS —, o tráfego jornalístico é recebido, processado e distribuído simultaneamente para cerca de mil subscriptores em quatro continentes, onde funcionam mais de 50 escritórios da Agência.

Entre os que assistiram à cerimônia, estavam personalidades latino-americanas, africanas, asiáticas e de organizações especiali-

zadas na temática da circulação da Informação, assim como prestigiadas figuras dedicadas à concretização de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

Esse importante avanço tecnológico da IPS materializa-se no momento em que a Agência inicia seu décimo oitavo ano de existência (foi criada em 14 de abril de 1964), e coincide com a eleição de um novo Conselho de Administração.

A Assembléia Geral dos sócios da IPS, uma cooperativa de jornalistas que congrega profissionais da Informação, em sua maioria nativos de países do Terceiro Mundo, reunida em Roma, aprovou o informe apresentado pelo Conselho de Administração que terminava seu mandato e elegeu os membros do organismo que dirigirá a Agência no triênio 1981/84.

Para o cargo de Presidente, foi eleito Gabriel Valdes que, nos últimos anos desempenhou as funções de Subsecretário geral da Organização das Nações Unidas e de Administrador para a América Latina do Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud). Valdes foi Ministro das Relações Exteriores do Chile de 1964 a 1970.

O novo Vice-Presidente eleito, Piervicenzo Porcacchia, desempenhou o cargo de Presidente da IPS desde sua fundação. Atualmente é também Chefe dos Informativos da Rádio e Televisão Italianas (RAI).

Juan Somavía foi eleito como Vice-Presidente para a América Latina. Atualmente é Diretor Executivo do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet).

Como Vice-Presidente para os países árabes, foi designado Mahmoud Triki, ex-Diretor Geral da agência tunisina TAP, Conselheiro do Primeiro-Ministro de Túnis e Assessor de Informações da Liga Árabe.

Esmond Wickremesinghe, atual Presidente da agência noticiosa nacional do Sri Lanka (*Lankapuvath*), exercerá o cargo de Vice-Presidente da IPS para a Ásia.

Para Vice-Presidente para a Europa, foi eleito Marc Nerfin que, atualmente, é Presidente da Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento (Fipad).

Roberto Savio, fundador da Cooperativa **Inter Press Service - Terceiro Mundo**, foi reeleito como Diretor Geral da Agência.

Árabes e latino-americanos trocam notícias

Dez agências de notícias de nações árabes e treze latino-americanas decidiram intercambiar seus serviços informativos, criando o primeiro mecanismo desse tipo entre duas regiões do Terceiro Mundo.

Esse passo em direção a uma comunicação direta Sul-Sul e que, portanto, evita a dependência de quatro grandes agências transnacionais, foi dado a cinco de abril em Acapulco, durante o segundo encontro dos diretores de agências árabes e latino-americanas.

As primeiras estão agrupadas na Federação de Agências Nacionais Árabes (Fana), mas não têm

uma rede de intercâmbio multilateral. Os contatos que elas mantinham eram bilaterais.

Quanto às latino-americanas, que ainda não têm uma federação dentro da região, foi criado um organismo multilateral, a Ação de Sistemas Informativos Nacionais (Asin), que integra treze agências nacionais. A Asin funciona como uma agência regional, já que por meio de sua secretaria técnica, a *Inter Press Service*, cada um dos membros faz circular entre todos os associados seu serviço diário de notícias, assim como distribui em seu âmbito nacional as notícias que recebe das demais integrantes do sistema.

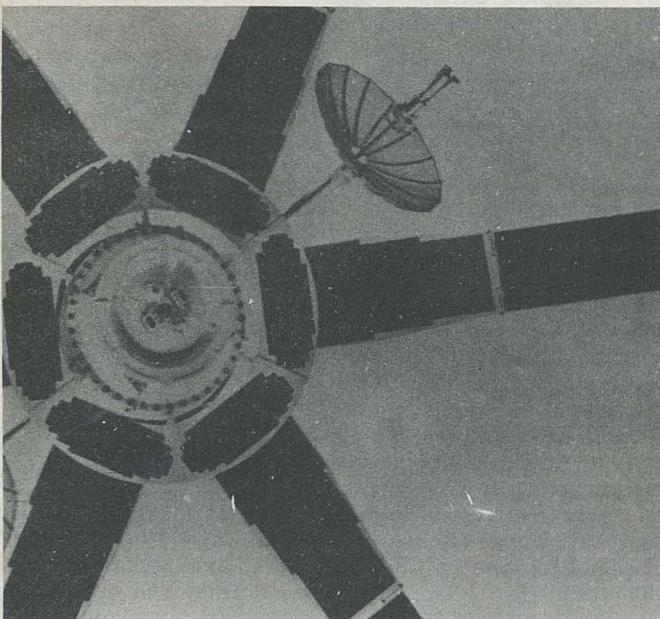
A resolução aprovada em Acapulco estabelece que os membros da Asin enviem todo dia uma seleção de 16 mil palavras diárias, a partir de sua secretaria executiva no México, para suas homólogas árabes; estas, a partir de cinco agências que operam como coordenadoras da região, despacharão igual quantidade de tráfego para o México, de onde será distribuído à região. A *Inter Press Service*, como centro de telecomunicações, operará a partir de sua sede central em Roma.

Alcançado esse acordo, que abre um importante precedente na intercomunicação do Terceiro Mundo, espera-se que se proceda a uma rápida e eficiente instrumentação.

As agências latino-americanas presentes foram: Notimex, do México; ANN, da Nicarágua; CRI, da Costa Rica; Panapress, do Panamá; Venpress, da Venezuela; GNA, da Guiana; Equapress, do Equador; ANB, das Bahamas; Andina, do Peru; Dompress, da República Dominicana e SNA, do Suriname. Embora sejam membros da Asin, não participaram do encontro, a Colpress, da Colômbia e a Jamipress, da Jamaica. Em compensação, estiveram presentes a agência cubana Prensa Latina e a argentina Telam, que participarão do intercâmbio.

As agências árabes presentes foram: INA, do Iraque; SPA, da Arábia Saudita; APS, da Argélia; Inna, do Líbano; Jana, da Líbia; MAP, do Marrocos; Wams, da Mauritânia; Sana, da Síria; TAP, da Tunísia e a palestina Wafa.

"O meio é a mensagem" (McLuhan)



DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO:

uma referência segura e atual para os profissionais, professores e estudantes sobre 21 áreas da Comunicação

Você abre o Dicionário e logo entende o que significa a palavra que procura.

Semiotologia não precisa de explicações super-herméticas e Metalinguagem não é nenhum bicho de sete cabeças.

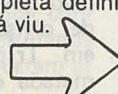
Isso você vai perceber em todas as páginas do Dicionário. Muita informação, sobre tudo o que existe (inclusive sobre as novidades mais recentes) em Comunicação de Massa. A teoria da comunicação é apresentada sem mistérios, com ilustrações inéditas e esquemas muito bem transados.

Quem se interessa por Artes Gráficas, Programação Visual ou por qualquer outra atividade da Editoração vai encontrar no Dicionário de Comunicação tudo o que precisa, desde os dados técnicos até a gíria usada nos meios gráficos. Os processos de impressão, todos os gêneros de edição, as famílias de tipos, as técnicas de diagramação, rafe, leiaute, arte-final, marcação de textos, revisão, montagem, composição, formatos, tipos de papel, medidas tipográficas etc.

E um detalhe a mais. As iniciais de cada capítulo foram desenhadas especialmente pelos maiores, cartunistas, desenhistas e artistas gráficos brasileiros: Adail, Borjalo, Cláudius, Duayer, Emil, Fortuna, Guidaci, Henfil, Ivan Fernandes, Jaguar, Mariano, Lapi, Millôr, Nássara, Calicut, Marco, Mariza, Redi, Hélio, Agner, Nani, Vilmar, Zélio, Claudio Paiva e Ziraldo.

Do Gibi à Imprensa Nanica

A literatura de Massa pela primeira vez é registrada num Dicionário. Tudo sobre a narrativa das Histórias em Quadrinhos, da Fotonovela, dos folhetins, impressos ou eletrônicos. E mais: a diferença entre cartum, charge, caricatura e desenho de humor, exemplos incríveis de tiras e fotopotecas e a mais completa definição de humor que você já viu.



- Mais de 4.000 verbetes.
- Iniciais capitulares desenhadas pelos mais importantes artistas gráficos brasileiros.
- Centenas de fotografias, mapas e diagramas.
- Encadernação luxuosa com capa dura plastificada impressa a duas cores.
- Mais de 500 páginas em papel offset de 1^a qualidade.

DEVOLVA ESTE PEDIDO AINDA HOJE

À EDITORA CODECRI — Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ



CERTIFICADO ESPECIAL DE RESERVA



SIM, queiram enviar-me pelo Reembolso Postal o DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO pelo qual pagarei apenas Cr\$ 420,00 - US\$ 8,50 (mais porte-aéreo)

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST.

PROFISSÃO

IDADE

ASSINATURA

Líbia: A socialização do comércio

□ A revolução líbia, empenhada na socialização da economia, deverá alcançar sua meta de eliminar o setor privado até o fim deste ano, de acordo com um programa que vem sendo cumprido de modo gradual. A socialização compreende desde o pequeno comércio até as grandes empresas, cujo controle está sendo assumido pelo Estado. A administração de cada unidade de trabalho recai, no entanto, sobre o Comitê de Trabalhadores: dessa maneira o líder líbio Muammar Kadafi aplica sua "Terceira Teoria Universal", descrita em seu "Livro Verde".

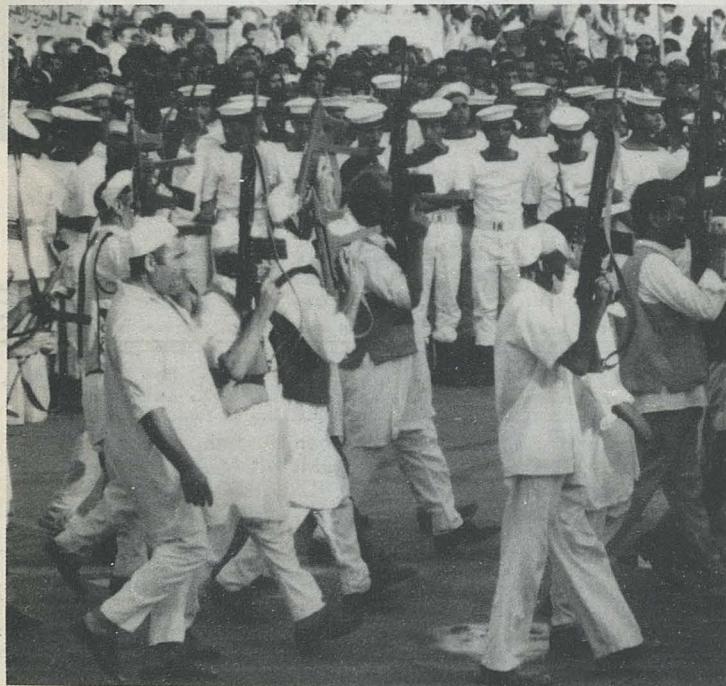
Se em termos teóricos o coronel Kadafi distingue a sociedade que idealiza tanto do capitalismo como do comunismo, o certo é que a propriedade do tipo capitalista está desaparecendo em favor de um tipo de socialismo que os dirigentes da *Jamahiria* (República de massas) líbia acreditam estar de acordo com os ensinamentos do Corão.

Em meados de fevereiro, Mohammed Zaroug Rajah, o secretário geral do Comitê do Povo (cargo equivalente ao de Primeiro-Ministro), descreveu as etapas

da socialização durante este ano. De acordo com a aplicação desse programa, em março foram fechados os comércios de vendas de têxteis, de sapatos, de aparelhos domésticos, de peças de automóveis e açoogues. O ciclo será concluído em dezembro, com o fechamento dos comércios de comestíveis.

Antes dessas medidas, foi nacionalizado o comércio exterior: decisão essa que facilitou a socialização do comércio sem coerção. A Líbia, que ainda sofre uma forte dependência de alimentos e de manufaturas, importa uma grande quantidade de produtos para o mercado interno.

E os produtos que o governo importa ou adquire internamente vão para os grandes supermercados subvencionados pelo Estado: edifícios supermodernos e funcionais, construídos rapidamente em todo o país e administrados pelos Comitês Populares. O fato de se respeitar nos supermercados os preços oficiais — bastante baixos — é um outro fator que contribui para o sucesso da experiência e a consequente falência dos comércios privados. Muitos dos pequenos e médios comerciantes se viram obrigados a trabalhar nos supermercados, enquanto que comerciantes mais poderosos transferem-se para o exterior com seus capitais (se tiveram tempo de sacá-los antes das severas medidas tomadas pelo governo para evitar a fuga de divisas). Na realidade, hoje, em Trípoli, aproximadamente metade dos comércios privados já deixaram de funcionar.



Segundo Kadafi, a sociedade líbia se distingue tanto do capitalismo como do comunismo

Dacko sucede a Dacko

Após uma onda de protestos que teve seu epicentro em Bangui, capital da República Centro-Africana, e que fez um número indeterminado de mortos e feridos, os opositores do presidente Victor Dacko foram dissuadidos, pelo toque de recolher e por uma dura repressão militar em todo o país, de continuar as manifestações. Eles tinham se rebelado contra os resultados das eleições, que consideraram fraudulentas.

Os resultados divulgados pelo governo outorgam ao Presidente em exercício 50,23% dos votos e, graças a essa milimétrica diferença, Dacko se livrou de ter que participar de um outro pleito: copiado da França, o sistema de *ballottage* estabelece uma segunda eleição se o candidato mais votado receber até 50% dos votos.

Em segundo lugar, ficou Ange Patasse, com 38,11% dos votos, e os outros três candidatos dividiram o pouco que restou. Patasse surge assim, como um opositor forte e parece inclinado a aglutinar em torno de si todos os adversários do Presidente.

A demora em anunciar os resultados das urnas foi atribuída às suspeitas de que o governo estaria cometendo fraude diante de um resultado negativo. Ganhou força a ideia de que Patasse teria ganho as eleições. Ao serem conhecidas as cifras oficiais, as denúncias e as palavras-de-ordem dos opositores, que clamavam a que os resultados fossem ignorados, provocaram as manifestações.

O deficiente mecanismo eleitoral centro-africano dava ao governo, com seu pleno controle da administração e das forças de segurança, a possibilidade de manipular as urnas e, sob esse aspecto, a denúncia da oposição é verossímil. Porém alguns observadores sustentam que pelo seu domínio dos meios de comunicação e dos instrumentos administrativos, Dacko deveria ter recebido uma porcentagem semelhante à divulgada pelo governo.

Em todo caso, não estavam em jogo opções reais para o povo centro-africano, pois os candidatos representavam mais rivalidades pessoais do que políticas. Dacko havia sido despachado por avião pelo governo da França, em 20 de outubro de 1979, para substituir o autoproclamado imperador Bokassa I.

Assim, sua eleição não só assegura uma submissão neocolonial à França como também aos interesses da administração e *establishment* centro-africanos.

Por outro lado, Patasse, que se apresentou como feroz adversário do regime em vigor, ocupou treze cargos ministeriais durante a longa ditadura de Bokassa. De modo que sua carreira tirou a credibilidade das radicais posturas verbais que assumiu na sua campanha.

A principal diferença entre as suas posições e as de Dacko consistiu em questionar a abertaingerência da França neste país, que foi sua colônia até 1960, e

que apesar da sua independência formal encontra-se sob uma total dependência da ex-metrópole. Porém, essa atitude de Patasse foi posterior à escolha de Dacko como o homem de confiança colocado pelo governo de Paris para suceder a Bokassa.

Por isso, dizem os críticos de Patasse, não lhe restava outra alternativa senão posar de antifrancês. Estejam certos ou não os resultados, o fato é que Patasse, um orador veemente, demonstrou na campanha sua popularidade e contou em Bangui com uma enorme adesão. Sua pose antifrancesa explorou um sentimento existente em grande parte da população, que, apesar do extremo subdesenvolvimento do país, denota uma crescente consciência nacional.

Ao decidir empregar mão-de-ferro, Dacko conseguiu dominar a situação, embora tenha, ao mesmo tempo, se tornado dependente das Forças Armadas, pela solicitação indispensável para não ser atingido pelas agitações no país.

Para a oposição, esse é o momento de decidir seu comportamento ante um regime que deverá acatar, ainda que não o considere legítimo. Entretanto, os círculos de maior consciência política, e em particular os estudantes, após terem denunciado o governo, mantêm-se à margem do atual jogo político, por entenderem que em seu interior não existe a alternativa real que procuram.

Chile: "o caminho da rebelião"

□ A rebelião armada foi o caminho escolhido pelo conjunto da esquerda chilena diante da nova constituição elaborada e aprovada pelo regime de Pinochet. Essa foi a tônica das declarações dos líderes chilenos nos diversos atos realizados recentemente na capital mexicana em repúdio ao projeto do governo militar instalado no país. Num desses atos — com a presença de dirigentes políticos de todos os partidos mexicanos e de representações de partidos latino-americanos — dois oradores se destacaram: o deputado mexicano Zegbe Sanen, Secretário-Executivo da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal), e o senador chileno Anselmo Sule, Presidente do Partido Radical e Vice-Presidente da Internacional Socialista.

Sanen, ao analisar a Constituição de Pinochet, qualificou-a de "antidemocrática e violadora dos direitos humanos" e reconheceu, em consequência, "o direito do povo chileno à rebelião".

Na sua opinião, "é um ato de verdadeira profanação a entrada de Pinochet no Palácio de La Moneda, onde foi assassinado o Presidente Allende".

Por outro lado, o Senador chileno, depois de atacar a administração de Reagan em relação à América Latina, fez uma apelo aos países filiados à Internacional Socialista, "que deram claras mostras do seu apoio aos povos latino-americanos, para que atuem perante os seus governos de forma a indicar-lhes a inconsequência em que incorrem quando se abstêm de condenar os regimes ditatoriais". E em seguida foi contundente: "Fechados os caminhos internos e provavelmente alguns externos, só nos resta o caminho da rebelião, consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Igreja e pela própria Constituição dos Estados Unidos no seu artigo primeiro."

Sule foi ainda mais além: "Continuaremos nossa luta em

todos os terrenos, utilizaremos todas as formas de ação. Não abandonaremos nossas posições à frente das massas nem nas frentes internacionais e estaremos preparados para a insurreição. O nosso lema é *vencer ou morrer*."

O Presidente do Partido Radical, que falou em nome do conjunto da esquerda chilena, fez também uma séria advertência aos partidos e movimentos que estão unidos na luta contra o regime de Pinochet: "A unidade de critério que se alcançou deve ser traduzida numa férrea unidade de ação e disciplinada unidade de vanguarda para que se possa conseguir um dinamismo inteligente e coerente nas novas formas de luta que deveremos enfrentar."

Posteriormente, numa conferência de imprensa, as posições de Sule foram reiteradas por representantes dos partidos que integram a Unidade Popular, do setor cindido do Partido Socialista e do Movimento Revolucionário de Esquerda (MIR).

Angola edita 25 escritores nacionais em 80

□ A União dos Escritores Angolanos (UEA) editou durante o ano passado cerca de 25 títulos de escritores do país, atingindo uma tiragem de 200 mil exemplares. As obras editadas incluem literatura angolana

moderna e de seus precursores, estudos, ensaios e uma edição especial do conto "Náusea", de Agostinho Neto. A sensação do ano em termos editoriais foi, no entanto, o romance "Mayombe", de Artur Pestana (Pepetela), que está sendo transformado em livro de bolso, numa edição especial. A UEA já recebeu originais de 81 escritores para publicações futuras.

No campo da cooperação internacional, foram feitos conta-

tos com associações de escritores de várias partes do mundo, entre as quais, as da República Democrática Alemã, da União Soviética e da Mongólia. A UEA participou de um simpósio sobre literatura africana em Frankfurt, República Federal da Alemanha, e de um encontro de escritores na República Popular da Mongólia, onde foi representada pelo secretário-geral adjunto da União de Escritores Afro-Asiáticos, o conhecido contista angolano Luandino Vieira.

Educação para América Latina

Os 28 Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na região da América Latina e Caribe reuniram-se para elaborar um ambicioso "Projeto de Educação para a América Latina".

A situação educacional ao sul da fronteira dos Estados Unidos é qualificada pelos *experts* como dramática: de uma população adulta de 159 milhões de habitantes em 1979, 45 milhões são analfabetos, ao que se deve somar uma elevada taxa de evasão nos primeiros anos de escolaridade, sérios desajustes na relação entre a educação e o trabalho e a educação e o desenvolvimento em todas as suas formas, entre outros problemas graves.

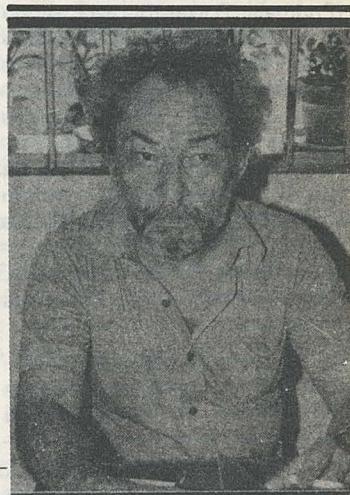
O objetivo desse projeto será precisamente a formulação de soluções para esses problemas já identificados pela Declaração do México, aprovada na Confe-

rência regional de Ministros de Educação realizada na capital mexicana em fins de 1979. Foi fixado, como tarefa fundamental, determinar os grupos de população que o projeto deverá atender preferencialmente, destacando "o papel decisivo que corresponde à Educação dentro de um novo estilo de desenvolvimento mais equilibrado, que contribua para orientar as atividades econômicas em busca de uma maior homogeneidade social".

Neste sentido, a Declaração do México proclama que "a independência política e econômica não pode realizar-se cabalmente sem uma população educada que compreenda sua realidade e assuma o seu destino".

Entre os objetivos principais do projeto, destaca-se o de oferecer uma educação geral mínima de 8 a 10 anos, propondo-se como meta fundamental incorporar ao sistema todas as crian-

ças em idade escolar antes de 1999; adotar uma política decidida para eliminar o analfabetismo antes do fim do século; dedicar orçamentos gradualmente maiores para a educação; vincular estreitamente o planejamento da educação com o planejamento econômico, social e global; renovar os sistemas de formação de professores.



Manoel Maurício: morte súbita

A morte do professor

Morreu Manoel Maurício. Professor e escritor – lançou recentemente o livro "Pequena História da Formação Social Brasileira" defendendo a tese de que o Estado brasileiro sempre foi autoritário –, Manoel Maurício poderia simbolizar toda uma geração de professores comprometidos com uma interpretação científica da História, e principalmente da História brasileira, silenciados e prejudicados pelo AI-5. Formado em 1950 pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, lecionou nas mais importantes universidades do Rio de Janeiro, onde passou a ser respeitado tanto pela sua capacidade intelectual como pela originalidade de suas aulas, onde o humor e a criatividade sempre tiveram um papel preponderante. Aposentado compulsoriamente em 1969,

passou a viver do ensino médio, especialmente dos cursinhos pré-vestibulares, abandonando provisoriamente suas pesquisas. Preso duas vezes, nunca deixou-se intimidar na profissão: "Verifico com certa alegria íntima que havia muita gente que nos considerava mortos e enterrados. Mas não nos destruímos. Do ponto-de-vista cultural, tivemos a possibilidade de estudar". Realizou cursos livres em teatros para mais de 500 pessoas, escreveu roteiros para cinema, colaborou com grupos teatrais. Surpreendido por um infarto numa livraria, Manoel Maurício, aos 53 anos, era ainda um jovem adolescente pela efervescente intelectual que o acompanhava, pela contagiente figura humana que carregava.

Ameaça ecológica no Caribe

Os problemas ecológicos já alcançaram o Caribe. As belas praias de areia branca e águas cristalinas podem transformar-se apenas em recordações, ameaçando um dos paraísos naturais do mundo. A ameaça é grave e séria — considera um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Portanto, está sendo articulado um Plano de Ação para o Caribe, resultado de mais de três anos de trabalho por parte de um grupo de especialistas que pertencem à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e ao Pnuma. Foram elaborados mais de 50 projetos concretos, que constituem a espinha dorsal do Plano de Ação, além de uma avaliação básica das propostas.

O custo do conjunto de projetos foi estimado em mais de 7,2 milhões de dólares e será dirigido em duas direções principais: a avaliação da situação, com especial referência às áreas mais críticas, e a formulação de planos necessários para conseguir uma gestão ambientalmente adequada ao desenvolvimento. Os principais são: controle da contaminação, áreas costeiras, recursos pesqueiros, energia, conglomerados humanos, turismo, saúde ambiental e desastres naturais.

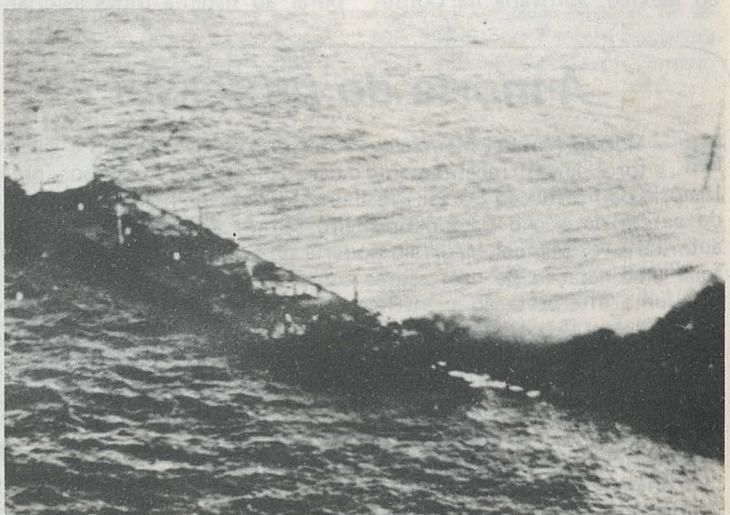
Especialistas em ecologia consideram que muitos dos problemas ambientais do Caribe não são consequência do desenvolvimento, e sim do subdesenvolvimento que ainda afeta vários países da área. O emprego de técnicas inadequadas no uso da terra acarretou a erosão e a de-

gradação dos solos. O desenvolvimento urbano também contribui para a perda de terras cultiváveis. A industrialização não é grande no Caribe. No entanto, há uma tendência para a instalação de indústrias altamente contaminantes, como refinarias de petróleo, complexos petroquímicos e refinação de produtos. As Nações Unidas procuram atualmente elevar o nível de consciência da população sobre a necessidade de se proteger o meio ambiente e, nesse sentido, convidaram 25 meios de comunicação para participarem de um seminário sobre o tema.

Uma outra iniciativa refere-se a um encontro entre vinte e quatro países das Antilhas que aprovaram, em Montego Bay (Jamaica), um amplo plano de proteção ecológica, que compreende 66 projetos específicos que vão

desde a luta contra os vazamentos de petróleo e a proteção de recifes de corais, até o cuidado especial com a fauna e a flora, principalmente das espécies ameaçadas. Os projetos incluem ainda o controle dos contaminantes costeiros e o estudo do impacto do turismo sobre o meio ambiente.

Os países participantes se comprometeram em destinar 1,5 milhão de dólares para o Fundo de Concessão Especial das Antilhas. A França anunciou a contribuição de 350 mil dólares, México 250 mil, Venezuela 230 mil, Colômbia e Cuba 30 mil e Barbados, Haiti e Nicarágua 16.500 dólares. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que organizou a reunião, contribuirá com 1,38 milhão de dólares.



A Pnuma está lançando um Plano de Ação para resolver os problemas ecológicos do Caribe

TELEX

Fronteiras vivas Uma das consequências da disputa territorial entre Peru e Equador é a decisão do governo de Belaúnde Terry de colonizar a zona da cordilheira do Condor com 600 famílias peruanas do Departamento de Cajamarca. A área faz fronteira com o Equador e será a primeira de uma série de outras a serem ocupadas e que fazem parte de um plano do governo peruano para a criação de "fronteira vivas" e a exploração dos recursos naturais desses locais — informou o Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional do Senado peruano, Mirko Cuculiza Torje. O Equador teve um gasto de aproximadamente 80 milhões de dólares durante a disputa e a consequência mais grave dessa despesa será o adiamento de várias obras incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, revelou o Ministro das Finanças Rodrigo Paz.

Mesmo assim, alguns dos programas beneficiados diretamente pela receita dos derivados de petróleo não serão alterados, especialmente os de caráter social que atingem os trabalhadores.

Roubo de Urânia As autoridades liberianas prenderam recentemente dois geólogos norte-americanos que tentavam tirar ilegalmente do país 100 sacos de urânia.

Agricultura no deserto Novas descobertas científicas sobre plantas resistentes ao sal poderiam transformar o deserto dos Emirados Árabes Unidos num território agrícola subtropical exuberante. Assim se expressou o Presidente do Conselho Mundial de Alimentos, Arturo Tanco que recentemente visitou aquele país árabe. Vários cientistas que trabalham num projeto de engenharia agrícola sob os auspícios do Conselho estão estudando as perspectivas de uma nova variedade de cevada tão resistente à salinidade que, teoricamente, poderia ser irrigada com água do mar. Os países da península árabe estão particularmente interessados nas possibilidades que essa "planta milagrosa" (ainda em fase de laboratório) abriria para sua agricultura, tão dificultada pela falta de água na região.

Ameaças Um comunicado emitido por duas Frentes de Oposição de Bahrein, na ocasião da comemoração do aniversário do levante popular de 1965, manifesta a preocupação das organizações progressistas do Bahrein com os planos de estabelecer mais bases dos EUA na área e incrementar a presença naval ocidental na entrada do Golfo, sob a complacência dos regimes reacionários árabes.

Ferroviás Uma Comissão Ferroviária Centro-Americana será oficializada na próxima reunião de Ministros de Economia da região. A decisão foi tomada durante um encontro do Grupo Zonal Centro-Americano da Associação Latino-Americana de Estradas de Ferro (Alaf). A Comissão terá a tarefa de concretizar o projeto de interconectar em uma só estrada de ferro as atuais redes nacionais. Participaram da reunião, além dos responsáveis pelas companhias ferroviárias dos países da região, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), a secretaria do Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Petróleo O Canadá está em guerra com as companhias petrolíferas transacionais. "As irmãs maiores" (Imperial Oil-Exxon, Gulf Canadá, Shell Canadá e Texaco Canadá) foram acusadas pelo governo de terem assaltado os canadenses em 12 bilhões de dólares nos últimos 15 anos. O escândalo está registrado num informe de sete volumes, resultado de uma investigação de oito anos ordenada pelo governo canadense, reunindo mais de 300 mil documentos requisitados às companhias.

Cooperação A Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e a Universidade de Luanda, em Angola, firmaram recentemente um convênio, pelo prazo de cinco anos, para cooperação técnica e científica entre ambas instituições.

Exportações A criação de um mecanismo para garantir os créditos de exportações e assim estimular o comércio internacional do Terceiro Mundo por meio de empréstimos a médio e longo prazo é uma das sugestões incluídas num recente informe da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento ((Unctad). A idéia foi amplamente discutida por longo tempo na Unctad. Os países industrializados não mostraram boa receptividade a respeito, já que consideram que tal mecanismo constituiria uma ameaça potencial para sua dominação do comércio mundial de bens de capital.

Assistência militar A decisão do governo argentino de oferecer ajuda militar à Junta salvadorenha foi muito bem recebida pelos meios oficiais do país centro-americano, que já se mostraram favoráveis à viagem de oficiais dos Corpos de Segurança Nacional a Buenos Aires para receberem "assessoramento e treinamento militar contra a luta de guerrilha urbana e rural".

Compromisso Político O giro de duas semanas do Presidente argelino Chadli Benjedid por onze países africanos confirmou os compromissos do seu regime com o Não-Alinhamento. Ele deu prioridade na sua visita aos países da "linha da Frente" na luta contra o *apartheid* (Angola, Zâmbia, Botswana, Zimbabwe, Moçambique e Tanzânia), vítimas das agressões do exército sul-africano. Nos últimos meses, a Argélia decidiu fornecer seis mil toneladas de petróleo à maioria desses países para assegurar-lhes um mínimo de abastecimento que o conflito entre o Iraque e o Irã ameaçou seriamente.

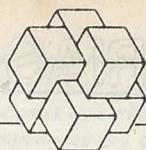
Jornalismo Está sendo estudada a possibilidade de se estabelecer em 1983 uma escola de jornalismo em Maputo. Seria uma escola aberta para os habitantes de Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, com ajuda da Unesco, que já apoiou o projeto na sua última Assembléia em Belgrado. Os cursos oferecidos inicialmente seriam de nível médio.

Energia O México já pode ser considerado o quarto produtor mundial de petróleo depois da União Soviética, Arábia Saudita e os Estados Unidos. Há cinco anos, ele ocupava o 15º lugar. O país tem reservas provadas de 67.850 milhões de barris de óleo cru, o que o coloca em quinto lugar entre as reservas mundiais do produto. Um diretor da Pemex assegurou que durante este ano se alcançará a meta de produção de 2.750 mil barris diários, prevista no Plano Global de Desenvolvimento do presidente López Portillo.

Além disso, o país está desenvolvendo uma tecnologia própria para a produção, utilização e recuperação de água pesada para seus programas energéticos. Em consequência, foi assinado um convênio com vigência de 10 anos entre o Instituto Mexicano do Petróleo (IMP) e o Instituto de Investigações Nucleares (Inin).

Refugiados Organizações humanitárias de assistência revelaram recentemente que o número de refugiados salvadorenhos que fugiram do país devido à repressão governamental já alcança a 235 mil pessoas. Eles estão atualmente distribuídos pelo México, Honduras, Belize, Panamá e Nicarágua.

Empréstimos O Fundo da Opep para o Desenvolvimento Internacional já fez até agora, empréstimos a 76 países em vias de desenvolvimento, entre os quais se incluem aqueles que necessitaram da ajuda para equilibrar o seu Balanço de Pagamentos. Foram feitos 118 empréstimos nesse sentido, dos 222 aprovados pela instituição. O total dos empréstimos diretos concedidos pelo Fundo já ultrapassou a casa de 1 bilhão de dólares. Outras operações do Fundo — representadas por doações e contribuições a outros organismos financeiros internacionais — elevam a sua ajuda total para 1.594 milhões de dólares. Recentemente, a Guiana, o Mali, o Sri Lanka, a Síria e Tanzânia receberam empréstimos do Fundo, que dispõe, no total, de cerca de 49 milhões de dólares para auxiliar o Balanço de Pagamentos desses países, exceto a Síria, que empregou os recursos da Opep em outras áreas.



Ciência para matar

Cada vez são mais numerosos os pesquisadores e cientistas do Terceiro Mundo que se dedicam ao aperfeiçoamento de material bélico

Meio milhão de cientistas em todo o mundo trabalham em regime de dedicação exclusiva ou prioritária na pesquisa e no desenvolvimento da tecnologia especializada em materiais bélicos, revela um estudo feito pelo jornalista Claudio Aguirre Bianchi. Os Estados Unidos concentram a maior parte de sua capacidade científica e de engenharia no item armas, e não estão sozinhos nesse processo.

Segundo dados recolhidos pelo professor Raimo Vayrynen da Universidade de Helsinque (Finlândia), até 1970 a porcentagem de gastos estatais em pesquisas militares com relação ao total investido em pesquisa e desenvolvimento era a seguinte: Estados Unidos, 53,9%; Grã-Bretanha, 40,7%; Suécia, 31,4%; França, 32,2%; República Federal da Alemanha, 16,8%.

A Grã-Bretanha gastou em 1970 cerca de 826 milhões de libras esterlinas nesse tipo de pesquisa, quer dizer, quase o dobro do destinado como ajuda oficial direta ao desenvolvimento. O restante dos gastos fiscais britânicos em pesquisa e desenvolvimento para esse mesmo ano concentrou-se no desenvolvimento nuclear e no avião supersônico *Concorde*.

No. 33 — 15 abr./15 mai — 1981

Também o Terceiro Mundo

Embora as cifras sejam bastante modestas, no Terceiro Mundo a tendência é coincidente. A Índia, por exemplo, é o país que tem o maior número de cientistas e engenheiros dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento: são 100 mil. De acordo com o anuário estatístico das Nações Unidas publicado em 1978, nos países do Terceiro Mundo melhor equipados, as cifras são as seguintes: Egito, 10.665 cientistas e engenheiros; Argentina, 8.100; Brasil, 7.725; Coréia do Sul, 6.314; Tailândia, 6.090; México, 5.896; Chile, 5.498; Irã, 4.896.

Israel, Brasil, Índia e África do Sul são os principais fabricantes de armamentos no Terceiro Mundo. À exceção da Índia, esses países encontram-se entre os chamados "novos exportadores" de armamentos, o que constitui uma das características mais importantes na evolução das exportações de material bélico no mundo durante a década de 70. A participação desses países no total das exportações de armas (período 1970-79), segundo o anuário *Sipri* publicado em 1980, foi a seguinte: Israel, 26%, com exportações para a África do Sul, Argentina e El Salvador; Brasil, 21%, com vendas para a Líbia, Chile, Iraque e Abu Dhabi (Emira-

tos Árabes); Irã (na época do Xá), 9%, abastecendo o Paquistão, Jordânia e Etiópia; África do Sul, 9%, provendo a Rodésia (atual Zimbábue) e o Malawi.

A pesquisa militar representa atualmente uma das áreas onde se concentra a maior parte dos recursos científicos e tecnológicos dos países em desenvolvimento.

Analisando a grande participação das forças armadas no governo da maioria dos países mencionados, é fácil chegar à conclusão de que os militares são responsáveis pelo extraordinário impulso dado às atividades de pesquisa e desenvolvimento no Terceiro Mundo, no campo da indústria de armamentos e na geração de energia nuclear.

Nesse sentido, a ciência e a engenharia dirigem-se principalmente para servir aos interesses da guerra em lugar de concentrar esforços para o desenvolvimento do bem-estar da população. Isso constitui uma das características que mais sobressai nos Estados que seguem a chamada "Doutrina de Segurança Nacional".

Segundo Armand Mattelart — especialista belga em transnacionais — o Estado de Segurança Nacional surge como expressão da "aliança entre os militares e as indústrias de guerra e eletrônica", ambas em mãos das empresas transnacionais. □

Os corsos não querem morrer

Edmond Simeone, líder da União do Povo Corso, explica a *cadernos* as inspirações históricas e políticas de sua luta



Cexistem fatores comuns entre a luta dos países do Terceiro Mundo pela sua libertação e a de diversos povos que, em várias nações da Europa, constituem minorias cujos direitos à autonomia são negados pelos Estados centrais.

Esses fatores foram ressaltados durante o "Encontro Internacional sobre o Caso Galego", realizado na cidade de Vigo (Espanha) de 20 a 22 de fevereiro passado.

Exatamente por visualizar tais vínculos, os organizadores — a municipalidade de Vigo, governada por uma maioria de esquerda, e o Centro Universitário da Romênia — convidaram **cadernos do terceiro mundo**, representado pelo nosso editor Pablo Piacentini, a participar do Encontro.

A Reunião teve por objetivo divulgar a história, a cultura e a situação atual desse velho povo, cujos direitos nacionais têm sido reprimidos pelo Estado espanhol,

particularmente durante a ditadura de Franco, quando se perseguiu até mesmo o uso do idioma galego. O Encontro se desenvolveu poucos dias depois de ser aprovado, em Madri, o estatuto de autonomia para a Galícia, que oferece certas possibilidades à região, embora seja considerado insuficiente pelos movimentos autonomistas.

Entre os representantes das minorias nacionais, achava-se Edmond Simeone, Secretário Geral da União do Povo Corso, que representa a tendência independentista moderada e que realiza intensa mobilização para obter uma independência limitada da França.

O paralelismo da situação dessas duas nacionalidades reprimidas pelos Estados centrais, que foram — até pouco tempo — impérios e que mantêm colonizada a economia dessas regiões e de muitos países do Terceiro Mundo, justificam a inclusão dessa temática em **cadernos**. Por isso, transcrevemos um resumo das declarações que Simeone nos concedeu.

Um movimento nacionalista

Relação com o Terceiro Mundo: "Do ponto de vista econômico, a Córsega é um país em situação de subdesenvolvimento mas também com situações de desenvolvimento capitalista, como é o caso do turismo. No entanto, não conhecemos os dramas da fome, da carência de saúde e do

analfabetismo. Segundo nossa análise, o Ocidente industrializou construiu sua prosperidade na base do saque dos recursos dos países subdesenvolvidos, particularmente de suas matérias-primas. E continua fazendo isso. Vemos que o diálogo Norte-Sul não é, para o Norte, outra coisa senão um diálogo de mercadores, enquanto continua impondo ao Sul as rotas e os preços das matérias-primas, o que constitui uma verdadeira trapaça.

“Sentimo-nos muito solidários para com todos os povos que se acham sob dominação estrangeira, seja política, econômica ou militar. E desejamos multiplicar nossos contatos com todos os povos que lutam pela sua liberdade e por sua dignidade.”

A população corsa: “Nosso povo tem entre 900 mil e um milhão de habitantes. Os residentes na Córsega são 230 mil dos quais 130 mil são corsos. Entre nós, há 50 mil trabalhadores imigrados, o que representa mais de 20% da população. Destaco esse fato, que politicamente é muito significativo, porque demonstra que na Córsega não há sentimentos racistas, enquanto nas sociedades ocidentais considera-se que uma porcentagem de imigração que ultrapasse 12% seja intolerável.

“Na diáspora, tanto na França como em outros países, está a maioria do povo corso, umas 800 mil pessoas que tiveram que emigrar. Grande parte dos recursos da ilha estão em mãos de pessoas vindas do exterior. O turismo de massas é controlado pelas transnacionais e a importante riqueza vitivinícola está em poder de 300 colonos. A Córsega, que é um país rico, com uma balança comercial em superávit, vê que o essencial de sua riqueza promove a prosperidade de outros.”

A “União do Povo Corso”: “É um movimento legal que luta

por um reconhecimento de sua situação e por uma autonomia interna que não inclui as relações exteriores e a defesa militar. Temos cerca de 1.500 militantes que podem ser mobilizados a cada instante e milhares de simpatizantes. O movimento está muito bem estruturado na ilha e nas principais cidades da diáspora. É um movimento nacionalista e progressista. É nacionalista porque luta pela recuperação de sua cultura e de seus bens alienados ao estrangeiro e pela construção de uma democracia. É progressista, porque, à margem do liberalismo e do coletivismo, propicia formas sociais de organização (principalmente para cooperativas) e a autogestão.

“Queremos a devolução dos 22 mil hectares em poder dos colonos da África do Norte (*pieds noirs*) para organizar sua exploração de forma comunitária pelos trabalhadores, mas sem ceder a propriedade; o mesmo com o triste do turismo. Concebemos a democracia não somente mediante eleições como também

pela extensão da vida sindical e de todos os meios de controle popular.”

O Estado francês: “A Córsega interessa ao Estado francês por três motivos. Primeiro, politicamente, porque a França foi construída à base de um sistema unitário e não quer aceitar que, depois de dois séculos impondo-se ao nosso povo pelas armas, renasça o nacionalismo corso. A França teme que a emancipação da ilha ponha em perigo sua própria estruturação.

“Segundo, em termos geoestratégicos, pois a Córsega ocupa um lugar privilegiado no Mediterrâneo. Encontra-se na rota do petróleo que alimenta as refinarias de Foix e Gênova. A França dispõe aqui de um potencial militar muito importante, com a base aeronaval de Astretto, com a Legião Estrangeira que lhe permite intervir no Chade, no Djibuti ou em Shaba (Zaire), e, principalmente, porque dispõe, na Córsega, da ultramoderna base aérea 126, que, em qualquer momento, pode ser equipada com armamento nuclear, se já não o tiver.

“Terceiro, no plano econômico, pois abastece a economia francesa, por meio do turismo, de fortes divisas. Trata-se de uns 30 milhões de dólares anuais que são uma soma irrisória, se considerarmos que a ilha conta com mil quilômetros de excepcionais praias a apenas duas horas de vôo das maiores capitais da Europa. A vocação da Córsega é desenvolver essa riqueza turística cujo potencial é enorme.”

A situação atual: “Valéry Giscard D’Estaing é o presidente mais repressivo que a França teve nos últimos vinte anos; é o defensor intransigente de um unitarismo total, e mantém na Córsega um tribunal de exceção, o de Segurança de Estado, que lembra os instaurados na Espanha.



Giscard: símbolo da opressão francesa

nha durante o período franquista e que condenou numerosos lutadores corsos a penas de prisão sumamente severas.

"Giscard introduziu as polícias paralelas que já cometem mais de cinquenta atentados contra militantes nacionalistas. Vejamos um exemplo desse comportamento: militantes nacionalistas desmascararam os autores de um desses atentados, os prenderam e os entregaram à polícia. Esses militantes nacionalistas foram condenados, há poucos dias, a quatro anos de prisão, enquanto os elementos parapoliciais que executaram o atentado foram postos em liberdade.

O comando desses policiais e magistrados encontra-se no Palácio do Eliseu, na Presidência francesa, que proíbe toda expressão democrática de teor nacionalista. A propaganda francesa apresenta-nos como gente mes-

quinha que quer apoderar-se das riquezas alheias, quando o correto é que estamos num processo de recuperação de nossa identidade nacional e de construção de uma democracia.

"Temos o direito a nossos bens e a educar nossos filhos em nossa própria língua. Não se pode pedir a um povo que aceite o seu próprio desaparecimento.

"O Estado francês responde: A Córsega nunca gozou nem mesmo de uma simples regionalização. Pensando que tem os meios materiais e militares de dominar a rebelião do nosso povo, esse Estado, que demonstrou seu apego ao colonialismo produzindo centenas de milhares de mortes na Indochina e na Argélia, não está disposto a retroceder.

"A União do Povo Corso pensa que seria possível uma solução negociada, por isso não exigimos, dentro de nossa autonomia, a

gerência das relações exteriores e da defesa. Mas o Estado francês não quer escutar-nos."

Os métodos de luta: "Nos últimos quinze anos, os militantes corsos da luta armada efetuaram quatro mil atentados. Eles partem de uma análise segundo a qual o Estado francês é incapaz de se reformar em razão de sua natureza colonialista. Pensam, portanto, em cortar todos os laços com esse Estado e, por isso, partiram para a luta armada com o objetivo de alcançar a independência. O outro método é o da União do Povo Corso. Nós não utilizamos aquele meio de luta. Pensamos que mesmo que mudem os partidos no governo da França, o Estado não concederá a independência total da Córsega, mas acreditamos ser possível que, mediante uma ampla mobilização, possa-se arrancar da França uma ampla autonomia a nosso favor." □

Atentado em Ajaccio

□ No dia 16 de abril, quando o presidente Valéry Giscard d'Estaing acabava de desembarcar no aeroporto de Ajaccio, na ilha da Córsega, uma poderosa bomba explodiu naquele local, atingindo, no entanto, um jovem turista suíço que morreu pouco depois, e ferindo sete outras pessoas. O Presidente francês saiu ileso. O atentado foi reivindicado pelos "Franco-Atiradores e Partisans Corsos", ex-integrantes da Frente de Libertação Nacional Corso que agora decidiram "pegar em armas" pela autonomia da ilha. Em carta divulgada, a Organização proclama que "a presença do Presidente francês em solo corso constitui uma provocação que teve sua resposta em Ajaccio". A bomba foi colocada num cofre do aeroporto e continha cinco quilos de dinamite.

Outras organizações que pretendiam manifestar-se pacificamente durante a visita de Giscard à Córsega, como a União do Povo Corso, de tendência moderada, resolveram cancelar o seu protesto de-

pois do atentado. Eles também consideraram a visita como uma "verdadeira provocação para os nacionalistas corsos, vítimas da política econômica e financeira da França".

É a primeira vez que um atentado provoca morte na ilha. Já houve antes várias mortes entre manifestantes autonomistas, mas como resultados de confrontos com a polícia.

Os atentados a bomba não são novidade na Córsega, já que há mais de dez anos que vêm sendo praticados pelas forças nacionalistas. No entanto, até agora só tinham por objetivo chamar a atenção da opinião pública mundial a respeito do problema do povo corso. O atentado do dia 16, ao que tudo indica destinava-se a provocar o assassinato do presidente Giscard d'Estaing. O que resta saber é se foi um ato isolado de um grupo dissidente corso ou se traduz uma mudança de métodos da resistência nacionalista.

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
económica e
pela da África”**



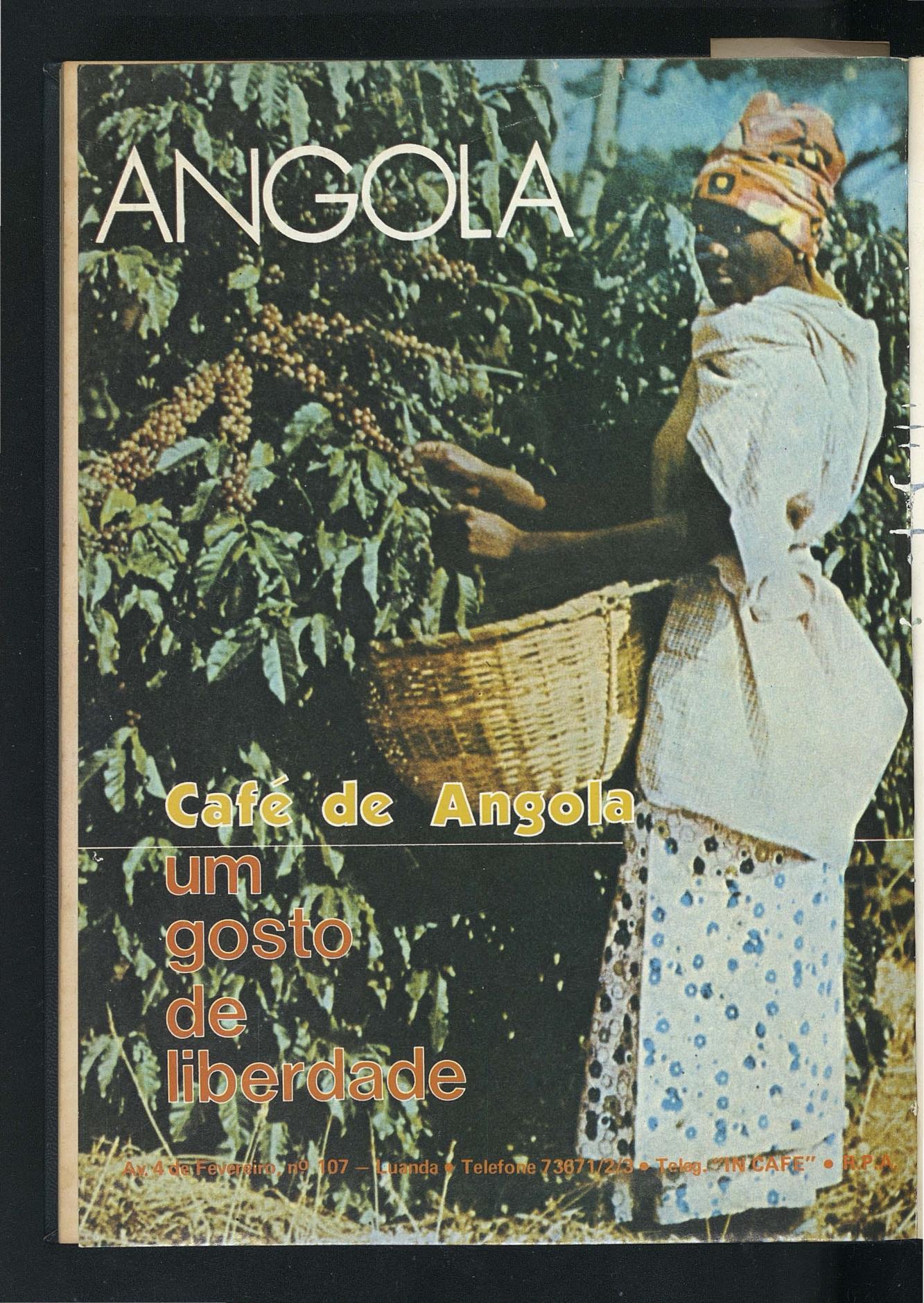
Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

**CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar**

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacuaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532



ANGOLA

A color photograph showing a woman from the side and back, wearing a patterned headwrap and a light-colored dress with a blue and white polka-dot pattern. She is in a coffee plantation, reaching out to pick ripe coffee beans from a bush. A large woven basket is positioned in front of her to collect the harvested beans.

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 – Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.